Educação do campo:

escola para área rural de Uberaba - MG



EDUCAÇÃO DO CAMPO:
ESCOLA PARA A ÁREA RURAL DE UBERABA - MG

Segunda etapa do trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Victorya Massini Prata
Orientador: Adriano Tomitão Canas

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design - FAUeD
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Setembro de 2022
Uberlândia - Minas Gerais

SUMÁRIO

1	**Introdução**
1. Uberaba - MG	2
Histórico	2
Construção da capital do zebu	3
A questão do rural e do urbano	11
14	**2. Escolas rurais em Uberaba - MG**
14	Educação do campo
16	Fechamento das escolas e análises das existentes
25	Fichas das escolas do campo existentes
3.Estudos de caso e estudo de projeto	35
O espaço escolar e a pedagogia de Anísio Teixeira	35
Escola transitória rural de Abadiânia - GO de Lelé	44
A influência de Richard Neutra nos prédios escolares brasileiros	47
51	**4.Ponte Alta**
51	Sobre o distrito
54	Escolha do terreno e legislação
5.Projeto	57
Conceito	57
Programa	61
Memorial	62
Considerações Finais	72

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores por terem me proporcionado tanto aprendizado e me mostrado como ensinar é gratificante. Aos amigos companheiros de sala de aula. À minha família, em especial todas as minhas tias que se dedicam há décadas ao ato de lecionar. À cidade de Uberaba por ser onde chamo de lar. E à maior e melhor professora que a vida me deu, minha mãe, há 30 anos no ensino público de Uberaba.

ARQUIVO

Escolas da zona rural sofrem com infraestrutura precária

portal aprendiz

Bolsonaro veta projeto que reconhece ensino diferenciado em escolas rurais

De acordo com a proposta, seria reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a modalidade em que estudantes da zona rural aprendem tanto conteúdos teóricos quanto aqueles relacionados à realidade do campo.

Por g1 — São Paulo
23/06/2022 08h58 · Atualizado há 2 semanas

g1

EDUCAÇÃO

Como funcionam as escolas do campo que estão na mira do governo Bolsonaro

Existem mais de 2 mil escolas públicas em assentamentos e acampamentos no Brasil

Anelize Moreira
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 25 de Março de 2019 às 13:10

Brasil de Fato

Pandemia impacta ensino nas escolas rurais

Segundo pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil a falta de equipamento, de serviço de internet e habilidade para lidar com a tecnologia dificultaram o acesso à educação no campo

PUBLICADO EM 17/07/2022 ÀS 19H01 POR AGÊNCIA BRASIL

CANAL RURAL

Escolas rurais têm mais dificuldade para oferecer ensino remoto

Pesquisa aponta impactos da pandemia no campo

Por Portal Eu, Rio! em 13/07/2022 às 06:00:00

EU, RIO!

Apenas 36% das escolas da rede municipal têm internet para uso pedagógico, informa TCU

Presidente da Comissão de Educação preocupa-se com a sobreposição dos diferentes programas de conectividade e com a efetiva execução dos recursos

04/07/2022 - 15:43

CÂMARA DOS DEPUTADOS

INTRODUÇÃO

O campo é mais do que uma concentração espacial geográfica, é um espaço detentor de tradições e de culturas singulares. A teoria dualista da relação campo-cidade e o domínio do urbano sobre o rural hoje se dilui enquanto a existência de um "novo rural" fundamentado pelas alterações das dinâmicas do campo, emerge. Um rural com funcionamento próprio, mas que vive com a imposição de processos urbanos, com diretrizes culturais e econômicas que não levam em conta seu modo de vida próprio. É assim que, infelizmente, funciona a maioria das escolas rurais, no campo, mas com a mesma pedagogia das escolas urbanas.

O presente trabalho busca analisar a constituição da cidade de Uberaba - MG, para entender a formação de seu espaço rural e a situação atual das escolas que ainda resistem no campo, com o objetivo de propor um modelo de escola que atenda à população próxima, de forma a proporcionar um espaço físico feito para essa finalidade, para fomentar seus hábitos, costumes e sua cultura em geral. Com a consciência de que a infra-estrutura é uma peça importante em todo esse esquema da educação pública, mas que para a escola ser efetiva, nela deverá ser exercida uma pedagogia particular, pensada para a população do campo, que aproxime a realidade de seus alunos à proposta escolar e ao seu modelo de ensino, tendo como eixos orientadores a diversidade étnico-cultural, o reconhecimento do direito à diferença e a promoção da cidadania. Um espaço que possa traduzir as diretrizes dessa escola, como uma transposição da pedagogia para o meio físico.

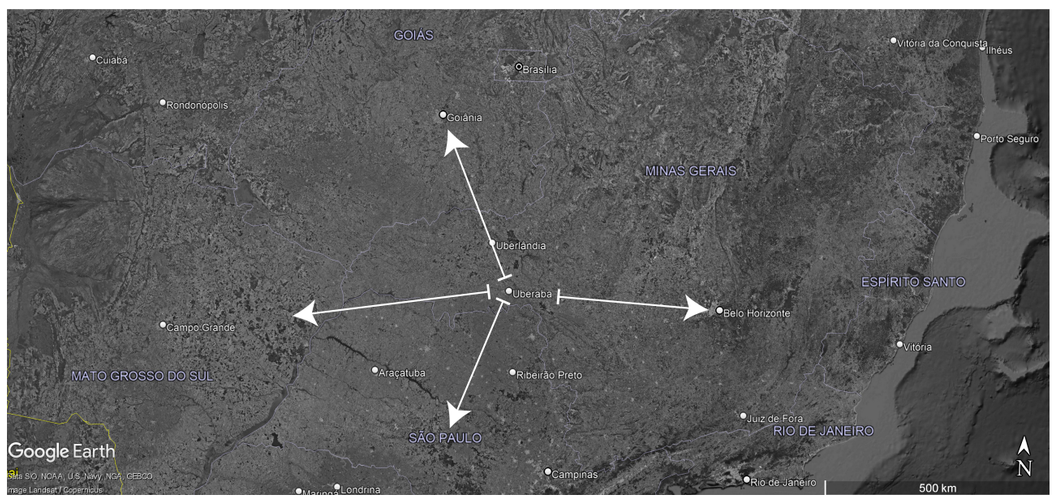
O primeiro capítulo desenha a constituição da cidade de Uberaba - MG. Uma cidade média que vive da ideia do rural, que afirma em seu espaço físico e também ideológico a importância do gado Zebu. Revelando que em sua essência há uma elite que se mantém desde sua formação como cidade, e como essa articulação para ela se manter no poder se apresentou no território em diferentes escalas. Dando início a discussão do urbano e do rural no Brasil e também na cidade. O segundo capítulo aborda o rural em específico, o histórico da educação do campo em Uberaba e como é sua questão educacional nos dias de hoje. Nele encontra-se também uma observação acerca do fechamento das escolas rurais e a análise das escolas existentes. Essa análise foi realizada a partir do Projeto Político Pedagógico de cada escola e com ele foi possível produzir um levantamento que considera diversos aspectos de cada uma, como localização, histórico, equipamentos, infraestrutura, fatores essenciais para identificação da problemática e das diretrizes desse projeto.
A proposta busca o fortalecimento da educação do campo e a sua valorização. Considerando o campo como parte da dinâmica territorial e histórica da cidade, a produção do conhecimento nas escolas do campo pode ressignificar memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos que se articulam e também auxiliam a superar os desafios passados.

1. UBERABA

Histórico

Uberaba é um município brasileiro localizado na região do Triângulo Mineiro no estado de Minas Gerais, sudeste do país. O Triângulo Mineiro é formado por 35 municípios e está situado entre os rios Grande e Paranaíba, no oeste do estado, fazendo divisa com os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. A história de Uberaba teve início por meio da ocupação de sesmarias e das entradas e das bandeiras organizadas no início do século XIX. Em 1809, o militar Antônio Eustáquio da Silva Oliveira, foi nomeado para a função de comandante regente do "Sertão da Farinha Podre", como era chamada a região próxima a delimitação atual da cidade, e gerenciou para esse local uma bandeira com outros 30 homens. Dando início a uma ocupação futuramente denominada de arraial Santo Antônio de Uberaba.[1] Ainda nos dias de hoje, o Major Eustáquio é memoriado por dar nome a uma das vias mais conhecidas da cidade, a Rua Major Eustáquio, importante ligação de bairros e de comércios ao centro da cidade. O Major e seus homens fixaram-se nas margens do Rio Uberaba e identificaram nessa região uma abundância de água, fauna, flora e terras férteis.

Apesar das condições naturais favoráveis, do baixo valor das terras e da isenção de impostos, foi a situação geográfica que determinou a fundação do município de Uberaba. A abertura de estradas para auxiliar na produção e no escoamento dos minérios intensificou o processo de colonização da região. Uberaba apresentava, e ainda apresenta, localização privilegiada em relação aos caminhos que levam a destinos diferentes do país, ligando Minas Gerais a São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. Famílias que buscavam deixar as já esgotadas regiões produtoras de ouro em busca de terras férteis para se estabelecerem como agricultores e pecuaristas se contemplavam com a região. Em dois de março de 1820, o Major Eustáquio pediu e conseguiu de D. João VI a elevação de Uberaba à categoria de freguesia com o nome de Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba,[2] desmembrada da Freguesia do Desemboque. O Decreto Real constituiu a emancipação da Freguesia, sendo até hoje o dia dois de março comemorado como o aniversário da cidade. Em 1836 foi elevada à categoria de município, a Vila de Uberaba, desmembrando-se de Araxá. E finalmente, em 1956, foi elevada à categoria de cidade.[3]



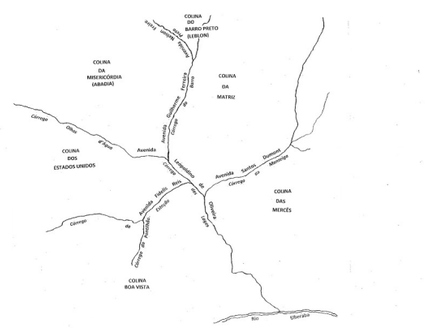
Posição de Uberaba em relação a Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia e Mato Grosso do Sul.
Fonte: elaborado pela autora

1 CASANOVA, Marta Zednik de. Uberaba: 200 anos - no coração do Brasil. Uberaba: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba Hildebrando de Araújo Pontes, Edição E-book, 2020, p. 155

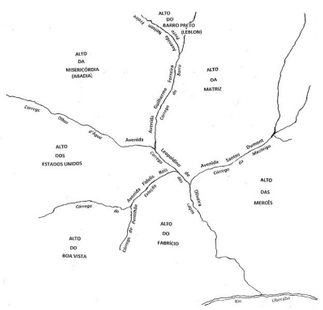
2 RICCIOPPO, Thiago. Três diferentes datas. Arquivo Público de Uberaba, 2017. Disponível em: https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2017/03/tres-diferentes-datas-origens-da.html. Acesso em: 26/01/2022

3 DANTAS, Sandra Mara. Entre sete colinas: histórias e memórias na configuração do Patrimônio de Uberaba. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2013, p. 22526/01/2022

O responsável por esse último título foi Antônio Borges Sampaio (1878-1883), importante político da história da cidade. Ocupou diversos cargos incluindo o de vereador, no qual atuou por trinta anos, de 1878 a 1883. Durante esse período levantou dados populacionais para fundamentar o pedido da Câmara ao Governo da Província de Minas Gerais para conceber a Uberaba o título de cidade. Borges Sampaio também escreveu artigos para várias revistas científicas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Foi o responsável por analisar primeiramente a topografia característica do território uberabense e identificar seis colinas principais que constituíam o perímetro da cidade. Durante o século XX, o historiador Hildebrando Pontes, substituiu o termo Colinas por Altos e identificou mais um Alto na cidade[4] (Alto das Mercês, Alto da Matriz, Alto do Barro Preto, Alto da Abadia, Alto dos Estados Unidos, Alto da Estação e Alto do Fabrício). E essa foi a origem para, ao longo do século XX e até hoje, Uberaba ser chamada popularmente de "a cidade das sete colinas", dando até mesmo nome para uma grande emissora de rádio da cidade.



Uberaba do século XIX, com 6 colinas
Fonte: Arquivo público de Uberaba[5]



Uberaba do século XX, com 7 colinas
Fonte: Arquivo público de Uberaba[6]

4 PONTES, H. História de Uberaba e a civilização no Brasil Central. 2ª. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978, p. 274Pontes, Edição E-book, 2020, p. 155

5 CASANOVA, Marta Zednik de. Uberaba: "uma cidade entre córregos e colinas". Arquivo Público de Uberaba, 2013. Disponível em: https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2013/03/uberaba-uma-cidade-entre-corregos-e_2854.html. Acesso em: 03/02/2022

6 Ibidem

7 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal, 1973. O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. 2013. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p. 7

> "O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual." (SANTOS, 2004)

Com a chegada dos povos à região, terrenos começaram a ser demarcados e extensas propriedades foram construídas. Estes latifúndios foram o princípio da história do desenvolvimento da cidade e deram origem a uma elite conservadora que defenderá sua hegemonia e que determinará no decorrer da história de Uberaba diversas interferências no desenvolvimento da cidade. A importância de conhecer essas relações sociais do passado e do presente, sejam políticas, econômicas ou sociais para compreender a produção dos espaços, é enfatizada por Milton Santos:

A maioria das fontes que existem sobre a história de Uberaba são relatos de personalidades como as de Antônio Borges Sampaio (1971) e de Hildebrando Pontes (1978), memorialistas uberabenses, assim como também temos José Alberto Nabut (1986), e tantos outros autores regionais. Que apesar de terem grande importância para a história da cidade trazendo verdades factuais, não costumam apresentar em seus escritos postura crítica em relação aos fatos descritos por eles, como afirma WAGNER (2006), provavelmente por interesses próprios na manutenção dos poderes da elite local.

Construção da capital do zebu

De início desenvolveu-se a agricultura e a pecuária nas grandes fazendas demarcadas no povoamento inicial da cidade proporcionando o enriquecimento rápido de poucas famílias. Entretanto, praticar a agricultura na região, no início do séc. XIX, sem condições de escoamento da produção e com locais restritos para sua comercialização, dificultou o crescimento do setor agrário, que foi substituído pelo comercial. O comércio era também monopolizado pelos grandes fazendeiros, dando origem a essa elite agrária que era, ao mesmo tempo, comercial. Cada fazenda se transformou em um pequeno centro de comércio.[7]

É nítido que após sua emancipação Uberaba tornou-se um dos principais centros urbanos do oeste basileiro[8] devido ao desenvolvimento de seu núcleo urbano. Apesar de ter sofrido com diversos acontecimentos que envolveram o declínio de suas atividades basicamente pastoris, a cidade conseguiu se manter e se desenvolver atraindo investimentos. Além de pertencer a rotas comerciais significativas, o fato da Guerra do Paraguai (1864 a 1870) ter bloqueado o Rio da Prata e o acesso à província de Mato Grosso passar a ser por Uberaba fomentou ainda mais a movimentação econômica e social da cidade. Chegou a ter sua população superior a capitais como Goiás, Curitiba e Vitória.[9] Confirmando que a cidade se tornou um ponto estratégico no cenário comercial não apenas por suas riquezas naturais, mas por conta da geopolítica territorial. Outro exemplo de destaque foi a construção do Hospital da Misericórdia.[10] Em 1858, pelo Frei Eugênio Maria de Gênova, que além de demonstrar a hegemonia regional da cidade em relação ao seu entorno, demonstrou também a relação do clero católico com os ícones importantes e poderosos da sociedade uberabense, que foram responsáveis por seu patrocínio.

Seu núcleo urbano passou a contar também com instituições financeiras como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais[11] que proporcionou a instalação de fábricas na cidade ainda no final do século XIX, assim, transformando a produção de seu espaço. Em 1889 outro fato que fortaleceu a liderança da cidade na região foi a inauguração da estrada de ferro da Companhia Mogiana.

Por algum tempo a estação foi designada para ser a saída da estrada de ferro que a ligaria a Cuiabá, no Mato Grosso. O fomento do núcleo urbano foi considerável, Pontes (1978) afirma que a cidade, em 1886, possuía cerca de 986 prédios urbanos e com o passar de apenas quatro anos podia-se contar em torno de 1500 construções. Ruas foram abertas, praças foram arborizadas e novos comércios foram criados.

O apogeu da aparência de modernidade em Uberaba aconteceu entre os anos de 1870 e 1910 e pode em parte ser creditada à imigração europeia na região, principalmente de italianos oriundos de São Paulo,[12] que se fixaram na cidade exercendo diversas funções e influência na cultura da cidade, principalmente após a estrada de ferro.

> Frequentar Uberaba significava tomar um "banho de civilização", os avanços no desenvolvimento urbano comecial evidenciavam uma aparência de progresso modernização. (REZENDE, 1983, p. 96)

A composição do rural nessa época, em contraposição ao urbano, era marcada pela presença de latifúndios, mas também pequenas e médias propriedades, de uma agricultura tradicional produtora de gêneros de subsistência, pela baixa densidade populacional e pela escassez de mão-de-obra. Na região central, próxima às grandes fazendas, em geral, pequenas povoações que contavam com a presença de uma capela ou igreja. Nesses espaços, residia uma parcela da população que se dedicava a pequenos comércios. É nesse lugar onde, geralmente, localizava-se a casa de escola.[13]

A mesma ferrovia que contribuiu para o crescimento econômico da cidade foi a responsável por sua estagnação. Seria construída a Estrada de Ferro Noroeste, que deveria passar por Uberaba, todavia, por questões políticas, como afirma Mendonça,[14] o trajeto foi alterado e o ponto de passagem para Goiás e Mato Grosso se deslocou para Uberlândia, antigo "Uberabinha"[15] e para Araguari. Dessa forma, Uberaba perdeu o domínio comercial que exercia no Triângulo Mineiro, iniciando uma crise econômica na cidade. Outro fator que impulsionou o declínio da economia uberabense foi o desvio da rota comercial entre Mato Grosso e São Paulo em 1911.[16] A economia encontrava-se estagnada e tornou-se imprescindível a mudança da atividade produtiva essencial da cidade.

8 DANTAS, Sandra Mara. Entre sete colinas: histórias e memórias na configuração do Patrimônio de Uberaba. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2013, p. 226

9 Uberaba possuía uma população estimada em 7.600 hab.; Goiás, 4.500 hab. Curitiba, 3.000 hab. Vitória, 5.000 hab. Fonte: ARRUDA, Gilmar. Cidade e sertões. Entre a história e

10 PONTES, H. História de Uberaba e a civilização no Brasil Central. 2ª. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978, p. 92

11 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal, 1973. O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. 2013. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p. 7

12 SILVA, Heladir Josefina S. Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890 - 1920). Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP/FHDSS, 1998

13 MUSICAL., Gilvanice B. da S. A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892 -1899): quando a distinção possibilita a exclusão. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universida-

14 MENDONÇA, J. História de Uberaba. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974, p. 93

15 DANTAS, Sandra Mara. Entre sete colinas: histórias e memórias na configuração do Patrimônio de Uberaba. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2013, p. 227

16 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 34



A primeira estação ferroviária de Uberaba no início do século XX[17]
Fonte: Site Estações Ferroviárias do Brasil

A estrada de ferro havia proporcionado a importação do gado zebu pelos grandes coronéis, advindo da Índia, ainda no fim do século XIX.[18] A elite uberabense, constituída por fazendeiros e por comerciantes, se uniu para concretizar a reformulação da economia da cidade sem que perdessem sua hegemonia. E para isso, tiveram que sobrepor a soberania do Rio de Janeiro no comércio do gado, indo diretamente à Índia para trazê-los. A força do zebu não foi e nem é somente econômica, mas também simbólica. Foi o gado que trouxe de volta a prosperidade à região e a elite fez e faz questão até hoje de mostrar que foram eles os responsáveis.

Em solo uberabense foram realizados, e ainda são, trabalhos técnicos, científicos e zootécnicos para seleção, melhoria e adaptação das raças zebuínas ao solo brasileiro. Contabilizando as raças puras e as raças neozebuínas, integra hoje mais de 80% dos animais criados no Brasil.[19] São animais resistentes ao clima quente e seco da região e excelentes para a produção de carne e de leite.

A história da ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu) em Uberaba teve início em 1919,[20] com o início das atividades do "Herd Book Zebu (HBZ),[21] com objetivo de assegurar a garantia de origem dos descendentes dos animais importados. Responsável por colocar Uberaba na condição de Capital Mundial do Zebu,[22] tem sua sede desde 1941 no Parque Fernando Costa, local criado para a realização de exposições, feiras e eventos que contribuam para a difusão da cultura zebuzeira. O espaço foi inaugurado com a presença do presidente da época, Getúlio Vargas, e de seu padrinho, o ex-ministro da Agricultura Fernando Costa. O espaço de 150 mil metros quadrados, pelo contrário do que normalmente se pensa sobre grandes espaços destinados a atividades pecuárias, se localiza em uma região importante da cidade, no Bairro São Benedito próximo à avenidas de grande movimento e ao centro da cidade. Sua existência valorizou a região, hotéis, lojas e restaurantes são até hoje os serviços mais encontrados em sua proximidade.

Apesar de seu portal de entrada ter sido mantido, hoje apresenta uma melhor estrutura para exercer suas funções. A planta inicial apresentava seis pavilhões para gado bovino e dois para equinos e asininos, hoje apresenta trinta e nove pavilhões, além de todo o apoio para as exposições, administração, pista, arquibancada, stands fixos de patrocinadores e marcas, espaço para grandes eventos e um museu dedicado ao histórico do gado zebu na cidade, o Museu do Zebu, inaugurado em 1983. É o palco para a ExpoZebu, o maior evento sobre raças zebuínas no mundo, uma feira que acontece anualmente desde sua primeira edição em 1935. Durante a ExpoZebu, Uberaba recebe milhares de visitantes, de diversos países,[23] que participam de leilões, exposições, palestras, cursos e debates acerca do tema zebuíno.

17 GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Cia. Mogiana de Estradas de Ferro (1889-1948). Estações Ferroviárias do Brasil, 2021. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/mogiana_triangulo/uberaba.htm. Acesso em: 15/02/22

18 História. ABCZ. idem

19 Zebu. In: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zebu. Acesso em: 20/02/22

20 História. ABCZ. Disponível em: https://www.abcz.org.br/a-abcz/historia. Acesso em: 18/02/22

21 "Herd-Book Collares" é a entidade responsável pela coleta, estruturação e manutenção da base de dados formadora do Arquivo Zootécnico Nacional, de várias raças bovinas de origem europeia e suas cruzas. Fonte: http://www.herdbook.org.br/site/pagina/index/quem_somos 227

22 Zebu. In: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zebu. Acesso em: 15/02/2022

23 ExpoZebu 2018. Genética Animal, 2018. Disponível em: https://geneticaanimal.com.br/noticia/expozebu-2018-bate-recorde-de-publico-internacional-e-numero-de-paises-visitantes. Acesso em: 22/02/22



Entrada do Parque Fernando Costa. Fonte: autora



Marco da cidade, a caixa d'água da abcz. Fonte: autora



Museu do zebu na ABCZ. Fonte: Autora



Gramado da ABCZ. Fonte: Autora.

"Os políticos locais utilizaram-se de diferentes formas para perpetuarem de forma situacionista no período do Segundo Império, procurando satisfazer o interesse de uma minoria, em detrimento do desenvolvimento da cidade de Uberaba" (WAGNER, 2006, p.105)

É necessária a releitura dos processos do município, econômicos e políticos, considerando as transformações causadas pelos agentes sociais e as relações de poder que rodeiam o processo de transformação do espaço. Uberaba vivenciou a consolidação de uma nova elite a partir da mudança da economia da cidade de comercial para pecuarista. Uma elite que desde o século XX até os tempos atuais continua perpetuando práticas que visam exclusivamente o controle/manutenção do poder hegemônico nas suas diversas interfaces e através de práticas diversificadas.[24] Essa mudança de base econômica se iniciou em 1899, quando já com sinais da decadência comercial, fazendeiros e comerciantes se uniram para defender seus interesses abalados criando o Club Lavoura e Commercio, que se desdobraria no Partido da Lavoura e também no Jornal Lavoura e Comércio.[25] Um jornal, segundo WAGNER (2006) de essência tendenciosa, bajulador, que somente reverenciava os coronéis uberabenses. É preciso deixar claro que o único objetivo dessa elite sempre foi a defesa de seus interesses e o desejo de manutenção de seu poder e, em momento algum, a crise econômica pela qual atravessava o município.

Uberaba era chamada na época de "A Princesa do Sertão", título que foi justificado por Hildebrando Pontes em 1978 em seu livro "História de Uberaba e a civilização do Brasil Central" escrito ainda na década de 30 sobre o período pós-proclamação da República. Esta denominação foi analisada por Orlando Ferreira (1928) que afirmou ser "princesa do sertão" apenas para a elite vigente que impunha seu poder na política, na economia e no cotidiano das pessoas. Como mostra WAGNER (2006), Uberaba na primeira metade do século XX apresentava uma carente infraestrutura urbana, precária rede de esgoto a céu aberto, provando o descaso da administração pública, com frequentes governos que nada agregaram

Uberaba era chamada na época de "A Princesa do Sertão", título que foi justificado por Hildebrando Pontes em 1978 em seu livro "História de Uberaba e a civilização do Brasil Central" escrito ainda na década de 30 sobre o período pós-proclamação da República. Esta denominação foi analisada por Orlando Ferreira (1928) que afirmou ser "princesa do sertão" apenas para a elite vigente que impunha seu poder na política, na economia e no cotidiano das pessoas. Como mostra WAGNER (2006), Uberaba na primeira metade do século XX apresentava uma carente infraestrutura urbana, precária rede de esgoto a céu aberto, provando o descaso da administração pública, com frequentes governos que nada agregaram
ao município.

Entre 1913 e 1921 tivemos o auge das importações do gado zebu e de 1935 a 1945 o apogeu de sua comercialização.[26] Durante esses mesmos momentos percebemos que essa conjuntura não beneficiou a população em geral, não aumentou a renda dos cidadãos, não foram feitos investimentos nos equipamentos públicos e nem na infraestrutura da cidade. Até mesmo em relação a capitalização de impostos, como afirma WAGNER (2006) imposto recolhido pela criação de gado era inferior em relação ao da indústria, beneficiando somente uma minoria e não o coletivo. Os criadores não reinvestiram o lucro obtido com a comercialização do gado em Uberaba. Rezende (1983) afirmou ainda que a criação do gado refletiu de forma negativa na vida social da cidade, contribuindo para o empobrecimento de sua vida cultural.

O mesmo período que é visto como declínio da vida cultural da cidade é também marcado pela construção de edificações que refletiam a força econômica dos fazendeiros. Durante essa fase áurea do zebu, os grandes coronéis transformaram suas casas na cidade em verdadeiros palacetes, construções exuberantes cheias de luxo e de ostentação. Lentamente a vida na cidade ia ganhando força em relação a vida no campo. RISCHITELI (2005) sugere que a indústria do gado zebu intensificou o processo de urbanização em desenvolvimento:

> Representando a fomentação provocada pela riqueza adquirida, os proprietários e os comerciantes de zebu, recorreram a arquitetos, engenheiros e construtores alemães, espanhóis, portugueses e, principalmente, italianos para a construção de seus palacetes. Os estilos assemelhavam-se ao que havia de mais importante na época e, muitas vezes, deixavam o próprio espírito criativo se manifestar nas edificações sendo notável o ecletismo arquitetônico.

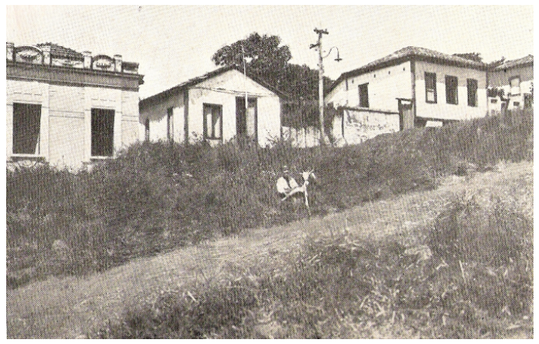
24 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013, p. 76

25 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 125

26 Ibidem

Nas construções dos primeiros trinta anos do século XX é evidentes o estilo eclético, tanto que esse período foi denominado "Ecletismo do Zebu".[27] Os coronéis proporcionaram apenas marcas pontuais na cidade, um reflexo do acúmulo de capital do zebu. Pode-se afirmar que a elite uberabense perpetuou o desemprego, o analfabetismo e a ausência de investimentos no setor produtivo.



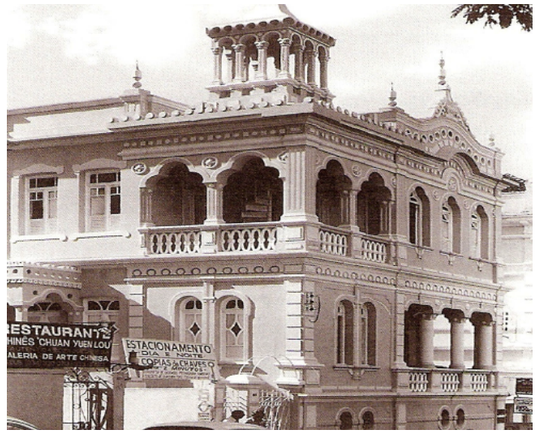




(de cima para baixo) Rua São Sebastião, na área central de Uberaba, cheia de lama e buracos. Ladeira do Rosário, na área centra. Rua da Constituição cheia de capim e buracos. Fonte: FERREIRA, 1928



Residência de José Caetano Borges.
Fonte: LOPES; REZENDE (2001)



Residência de Arthur de
Castro Cunha, situada na Praça Rui Barbosa.
Fonte: LOPES; REZENDE (2001)



Residência de Elieser Mendes dos Santos, situada na Praça Rui Barbosa. Fonte: LOPES; REZENDE (2001)

27 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 144

A cidade não se desenvolver e se manter estagnada economicamente e socialmente facilitaria a manutenção de seus bens e de seus poderes.

O cenário político regional e nacional dos anos seguintes foram modificados principalmente pelo fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, pela interiorização da capital, agora Brasília, fomentando a utilização das rodovias BR 050 E BR 262 e pelo golpe militar de 1964. Outro fator importante foi a industrialização capitalista que intensificou a necessidade de crescimento da economia brasileira. As elites regionais passaram a alcançar novos valores, sociais e políticos. Organizaram-se deixando de lado as práticas coronelistas recorrentes para conquistarem novos títulos, através da educação e dos bacharelados, principalmente em Medicina, Direito e Engenharia. Com o objetivo de continuar no controle das ações na cidade e superar as críticas impostas pela classe urbana em ascensão que desejava espaço no cenário da época.[28]

> Por conseguinte, o coronel da Uberaba do século XXI não possui jagunços nem utiliza o revólver; porém, possui outras estruturas de poder: o título de doutor e o uso dos recursos públicos como instrumento de poder. Como exemplo, podemos citar o uso da máquina administrativa (contratando empresas de publicidade, nomeando cargos indicados e comissionados, viabilizando obras "de interesse público" (WAGNER, 2006)

O imaginário estabelecido acerca do Zebu construiu de igual modo a imagem dos coronéis. A criação de gado tornou-se um investimento viável e altamente lucrativo, era considerado um investimento de longo prazo e que não seria confiscado pelo governo, como imóveis, carros, jóias, ouro, dinheiro. A Exposição Nacional de Gado Zebu (ExpoZebu), se tornou no decorrer dos anos um evento de muita relevância social, política e econômica. Como mostrado por WAGNER (2013) em 1911 o evento que não tinha nem mesmo uma área reservada para ser feito e carregava ainda uma visão bucólica e romântica do modo de produção rural, décadas mais tarde, em 1954, já apresentava seu completo parque e a presença anual das lideranças políticas nacionais. O poder nacional, percebendo o peso dessa atividade, passou a apoiar a cadeia produtiva e exportadora nacional do gado.

A ExpoZebu se tornou o evento que atraiu para a cidade de Uberaba a atenção da mídia nacional, permitindo aos políticos locais mostrarem seu prestígio. Com apoio, agora nacional, Juscelino Kubitscheck, quando governador de Minas Gerais, em 1953,[29] atendeu as demandas da elite e tornou possível a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), atual UFTM, a primeira faculdade de medicina de toda a região. O objetivo da elite era a formação de seus descendentes, a faculdade também implicava na importância da cidade durante esse período, pois sua criação demandava verba e recursos humanos, além de demonstrar desenvolvimento científico e tecnológico.

A criação da FAZU (Faculdades Associadas de Uberaba), em 1975, pela própria ABCZ foi outro fato que demonstra a relação da ABCZ com a administração da cidade. A faculdade foi criada visto a necessidade de formação de profissionais especializados em áreas que beneficiassem o próprio crescimento da ABCZ, como a zootecnia. E também da FIUBE (Faculdades Integradas de Uberaba), atual UNIUBE, como uma nova opção de formação também particular na cidade. Hoje podemos encontrar dentro de seus cursos ofertados a pós-graduação em Julgamento das Raças Zebuínas, uma pós que acontece em parceria com a ABCZ para contribuir para a qualidade da própria associação.

Outra maneira de expandir a relevância do evento foi o investimento na genética bovina. Como por exemplo em 1997 a empresa Alta Genetics, uma das maiores organizações privadas de agricultura e agronegócios do mundo, traz a sua sede para Uberaba. Em 2006 é criado pela ABCZ o Pró-Genética (Programa de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino) e em 2008 a ExpoGenética, que também é realizada anualmente no Parque Fernando Costa. O crescimento do negócio levou a necessidade de novas exposições, não somente a ExpoZebu e a ExpoGenética são realizadas anualmente, mas também outras como a Expoinel e ExpoGir, contemplando as raças que compõem a árvore zebuína. Fatos que contribuíram para a ABCZ se tornar o maior registro genealógico de gado zebu do mundo.

28 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013, p. 121

29 LOPES, Sonia Maria Gomes. A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba-MG: de instituição privada à instituição isolada de ensino superior (193-1960) por meio do processo de federalização. III EHECO, Catalão(GO), 2015, p. 719

A força do zebu e da ABCZ como ponto de encontro da pecuária mundial é nítida na cidade, não somente em folders, outdoors e sites, mas encontra-se enraizada no imaginário do uberabense. O Shopping Uberaba, idealizado pelo Dr. Luiz Guaritá, ex-prefeito da cidade, foi construído em 1999 em local privilegiado, no mesmo bairro da ABCZ, servido por duas avenidas principais da cidade, que ligam pontos como aeroporto, Casa da Prece (Chico Xavier), Uniube e rodoviária. Em sua planta original, foi possível constatar que apresentava semelhança com o formato do logo da ABCZ.[30] Além de seu estacionamento ser composto por placas de identificação que dispõem das raças zebuínas. Na cidade também é possível identificar inúmeras relações com o zebu e seu estereótipo. Temos diversos estabelecimentos que levam o nome da raça, como por exemplo a Pizzaria Zebu, a churrascaria Zebu Grill, a rádio Zebu FM, o supermercado Zebu Carnes.

A vontade de fortalecer a imagem do Zebu na cidade é tanta que a própria ABCZ afirma em suas páginas oficiais[31] ser o Parque Fernando Costa um museu de território.[32] Um museu de território é um museu aberto ao público, entretanto, que tem a função de valorizar a comunidade na qual ele se insere e fazer com que ela se reconheça nele, contribuindo para a manutenção de sua identidade e de suas memórias. Um verdadeiro museu de território permaneceria a serviço das pessoas conectando o patrimônio material e o imaterial da região. Entretanto, a ABCZ não é utilizada dessa forma pelos cidadãos da cidade e sim pela própria elite que utiliza de seu espaço. Nela funciona a churrascaria mais famosa e mais cara da cidade, a Cupim Grill. As feiras também não são direcionadas ao público em geral e sim a quem vive da compra, venda e manejo de gado. As lojas/stands que funcionam dentro da Associação são direcionados a compra de máquinas e materiais relacionados à agropecuária. Apesar do estilo das construções ter sido mantido e também seu paisagismo original, fazendo com que as edificações neocoloniais dialoguem com o entorno, diferentemente da definição de museu do território, isso não faz com que a população se reconheça por completo nesse espaço. A relação da população é menor do que o esperado, apenas de passeio em época de feira, ou visita para ver as luzes durante o período natalino.

Logo da ABCZ.
Fonte: https://www.abcz.org.br/

Logo da Pizzaria Zebu.
Fonte: https://www.facebook.com/pizzaria.zebu



Foto aérea shopping Uberaba:
Fonte:http://www.shoppinguberaba.com.br/



Supermercados Zebu Carnes.
Fonte: https://zebucarnes.com.br/

É importante também lembrar que essa hegemonia da elite uberabense e essa luta pelo poder dentro da cidade fez com que Uberaba perdesse a partir da década de 70 seu espaço político, econômico e populacional para Uberlândia. Uberlândia buscou oportunidades na lógica desenvolvimentista de estradas rodoviárias e na instalação de indústrias, a partir da crescente demanda de produtos industrializados. Uberaba com sua lógica ruralista e conservadora perdeu a liderança regional para sua vizinha que se tornou rota de acesso para o Brasil central que se desenvolvia, principalmente após a criação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em 1969. É possível ver que o despotismo criado nas décadas de 1980 e 1990 mostra sua potência ainda no século XXI. Mudaram-se as práticas, mas os objetivos da elite continuam os mesmos: elaborar relações, ampliar o controle social, político e econômico, sempre defendendo seus interesses.

30 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013, p. 244

31 ABCZ. 80 anos de história do Parque Fernando Costa. Uberaba, 19/04/2021. Facebook: ABCZ. Disponível em: https://m.facebook.com/zebuabcz/photos/a.127229387369527/402229814195946/?type=3&paipv=0 Acesso em: 27/03/22

32 REIS, Gabrielle Alves. O Território como estratégia de memória: museus de território. XIII ENANPEGE, São Paulo, 2019, p. 3

> ... os novos coronéis, digo doutores, possuem empresas de construção civil, geram emprego na cidade, aplicam no mercado financeiro, promovem leilões de matrizes e reprodutores em que as vendas são financiadas por bancos oficiais. A bancada ruralista é uma das mais fortes do Congresso Nacional e os representantes lutam pelos interesses desses grandes produtores... (WAGNER, 2013)

A questão do rural e do urbano

A relação cidade-campo é uma das mais complexas articulações da sociedade humana desde sua origem. As definições: urbano e rural ganharam pluralidade em meio aos âmbitos culturais, socioeconômicos e espaciais derivados de processos entre a cidade e o campo. Inicialmente pode-se identificar no meio acadêmico e histórico a caracterização das cidades como ponto central da sociedade organizada, onde se concentra o poder, a civilidade, a educação, o mercado, os meios de produção e todos os principais aspectos da vida social. E o campo, ao mesmo tempo que antagônico e subordinado, complementar a cidade, como local de produção.

As primeiras observações no âmbito da sociologia sobre a relação campo-cidade tiveram origem na Escola de Chicago. Ela foi a responsável por trabalhos sobre a sociologia urbana e rural do meio norte-americano no início do século XX. Uma das conceptualizações mais clássicas do pensamento sociológico deve-se a Ferdinand Tönnies que propõe a oposição entre comunidade e sociedade e que ilustra o tipo de interpretação sociológica que se construiu nos finais do século XIX e influenciou decisivamente os estudos sobre o rural e o urbano realizados ao longo do século XX.[33] Esses estudos marcados pela nítida dicotomia entre campo e cidade foram influenciados pela consolidação do processo de industrialização e expansão do aparelho capitalista, que deixou mais claras as distinções entre os dois. Esse primeiro momento da sociologia rural de polarização rural-urbana estadunidense ainda era pautado pela crise agrária proveniente da Guerra Civil (1861-1865), que fomentou o conflito fundiário. Teoria que também foi defendida por autores como Sorokin, Zimmerman e Galpin durante a década de 30.

Robert Redfield foi dos primeiros autores a criticar o protagonismo da teoria dualista na esfera da sociologia rural e sistematizar estas características que compõem as comunidades camponesas, em grande medida por contraposição às análises desenvolvidas por autores seus contemporâneos e outros investigadores da Escola de Chicago que se dedicavam ao estudo das questões urbanas. O autor propõe a existência de um continuum rural-urbano, uma continuidade espacial dos dois meios. Segundo MARQUES (2002) essa teoria, ainda que inovadora, ainda classificava o urbano e o rural como dois pólos distintos. Conforme WANDERLEY (2001) essa teoria de polos interrelacionados se subdividiu em duas vertentes, a primeira tinha como enfoque a manutenção dos aspectos identitários de cada polo, tendendo a maior integração entre os meios e a segunda via que a aproximação campo-cidade, através de dinâmicas compartilhadas, se desdobraria no enaltecimento do urbano e da redução do rural.

A perspectiva da hegemonia urbana sob o rural também é reforçada pelos estudos de LEFEBVRE (2011), pautados pelos escritos de MARX (2007) que afirmou ser a cidade um produto da acumulação de capital e que com o aparecimento da nova classe comerciária e a extensão de suas práticas tornou a cidade um local dominante, central, que dita a configuração organizacional do trabalho rural e da produção agrícola. Entretanto, deve-se lembrar que o autor leva em consideração em suas observações a industrialização como propulsora do crescimento abundante das cidades em questão. No caso das cidades latinas esse movimento industrial não foi tão expressivo. LEFEBVRE teve grande importância na conceituação de urbano, não como adjetivo de cidade, mas como substantivo com características próprias que vão além do espaço físico das cidades.

> O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, "o tecido urbano", não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 1999)

33 OLIVEIRA, Amanda Hueb Tapxure. Territórios Híbridos: as novas dinâmicas dos Núcleos de Desenvolvimento de Uberaba - MG. Qualificação (Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2021, p. 31

No Brasil, o tema passou a ser debatido a partir da ideia de continuidade entre o urbano e o rural que começou a criar forma ainda em 1930,[34] motivada pela industrialização agrícola, mas principalmente pelas reformas urbanas que buscavam melhorias sanitárias e de infraestruturas nas cidades.[35] Começou a se identificar um modo de vida que antes era somente urbano também no território rural. O urbano aparece como um terceiro elemento que nasce na cidade e se expande por todo espaço social, sendo uma necessidade para a compreensão do espaço social contemporâneo no país.[36] Utilizando desse raciocínio, aglomerados populacionais localizados no campo podem ser considerados um pequeno pólo urbano em meio a paisagem rural. Dessa forma, no contexto atual brasileiro o pensamento criado em torno da oposição entre campo e cidade já não é aplicável. A cidade contemporânea é constituída por essa urbanização difusa, na qual elementos do rural e do urbano se mesclam e se dissolvem no território.

A concentração da maior parte da população nas áreas urbanas do país e a diminuição da população rural, iniciada ainda na metade do século XX, gerou uma problemática em solo brasileiro que necessita de atenção ainda nos dias de hoje, que é a insuficiência de políticas públicas quanto às áreas rurais e seus residentes. Em Uberaba, a preocupação com as políticas agropecuárias é maior do que com a disponibilidade de bens e de serviços para as comunidades rurais que dão suporte a essa economia. O urbano hoje encontra suas arestas no campo, entretanto, ainda é possível identificar carências na inclusão social dessa população. A centralização de equipamentos, de políticas, de oportunidades e de acesso a serviços nas cidades incentivam o êxodo rural e a migração de da população para os centros urbanos, inflando as cidades, são palco para as grandes problemáticas urbanas causadas pela falta de planejamento.

A atual classificação apresentada pelo IBGE apresenta o Brasil como um dos países mais urbanizados do mundo.[37] Gerando um pensamento errôneo de que a área rural não carece de políticas porque estaria manifestando decréscimo em sua população e que a verba deveria ser focada nos centros urbanos. GRACIANO (2014), entretanto, ressalta que o contestável dado de que o Brasil seja em sua maioria urbano, deixou por décadas as áreas rurais sem políticas de planejamento. Contestável porque toda sede de municípios e de distritos, independente se suas características são consideradas urbanas,[38] mesmo em ínfimas sedes distritais.

> "É necessário rediscutir o conceito de rural, considerando-o não como setor, mas como espaço onde estão presentes cidade e campo de mais de 85% dos municípios e cerca de 30% da população do país, onde se realizam atividades econômicas dos setores primário, secundário e terciário, onde se produzem alimentos e energia, onde se guarda um imenso patrimônio cultural, onde ficam as reservas florestais e a água, onde estão presentes trabalhadores e empresários da indústria, agricultura, turismo e comércio. Nesse rural são demandadas políticas públicas de educação, saúde, habitação, cidadania, esporte, lazer, cultura, comunicações, segurança, meio ambiente, além de políticas agrícolas e agrárias." (OLIVEIRA, 2012)

Em 1988, com a Constituição Federal, o município obteve a condição de ente federativo autônomo, tendo jurisdição para ordenar o seu território. Sendo seu dever conferir "garantias de cada município do direito à cidade, do cumprimento da função social da cidade e da propriedade" (ZUQUIM, 2008). A Constituição também impos a obrigatoriedade para municípios com mais de 2.000 habitantes apresentarem um Plano Diretor. Outra legislação que interfere no planejamento da malha urbana e rural do município é a Lei Federal 10.257, de 2001, o Estatuto da Cidade, que tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para a política urbana do Brasil. Todos esses fatos trouxeram mudanças para o planejamento territorial, urbano e regional. O rural foi incluso nos Planos Diretores da cidades, mas a consolidação de seu planejamento territorial ainda apresenta lacunas devido a intensificação das trocas e do fluxo entre campo e cidade e também a falta de conhecimento e de investigação das dinâmicas e do arranjo espacial do campo, isso em todo o país. O fato de o Plano Diretor ser obrigatório apenas para localidades com população maior a 20.000 habitantes é também um obstáculo para essa consolidação.

34 GRANDI, Leandro Teixeira. Êxodo urbano e as segundas residências: uma análise do novo rural. 2° SIAUS, São João del-Rei - MG, 2021, p. 4

35 VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos (org.). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999, p. 171-243

36 MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (organizador). As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 194

37 IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama. Acesso em: 01 abril 2022

38 GRACIANO, Guilherme Silva. Cidade e cultura: planejamento do território e a relação urbano-rural em Monte Alegre de Minas. 2014. 126 f. TCC (Graduação) - Arquitetura e Urbanismo - FAUeD, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014, p. 16

O Plano Diretor Municipal da cidade discrimina os aglomerados rurais como Núcleos de Desenvolvimento (ND). Na última revisão,[39] foram identificados dez distritos rurais no perímetro municipal, sendo eles: Ponte Alta, Peirópolis, Baixa, Capelinha do Barreiro, Santa Fé, São Basílio, Santa Rosa, Chácaras Praia do Rio Claro, Complexo Turístico da Margem Uberabense do Rio Grande e Intervales. Pautados por OLIVEIRA (2021) como territórios híbridos, onde as dinâmicas rurais vão de encontro à lógica urbana. Em Uberaba a composição do rural deve-se principalmente à agropecuária, devido a todo o histórico citado anteriormente do estabelecimento do gado zebu na região e também da produção agrícola nas terras férteis ao redor da cidade, como exemplo temos o ND São Basílio e o ND Santa Fé, territorializados por pequenos produtores e agricultores familiares.[40] Entretanto, outra parte dessa composição envolve aspectos ligados à indústria, ao patrimônio histórico, ao cultural, ao paleontológico e ao ambiental. Como constatado pela autora no ND de Peirópolis, que passa pelo processo de remodelação do Geoparque inserido em sua localidade, visando atender aos parâmetros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o objetivo de obter o título de Geoparque Mundial.[41] E também pelo projeto Intervales, ainda em fase elaboração em parceria público-privada, que compõe-se da implantação de um centro logístico com modais rodo-aéreo-ferroviários integrados, englobando destinos nacionais e internacionais localizado estrategicamente nos limites administrativos dos municípios de Uberaba e Uberlândia, às margens da BR 050, apesar de que nessa região não será permitida a construção de casas na área, mantendo a preservação das áreas naturais (UBERABA, 2018).

Diante do fenômeno globalizatório, SILVA (2002) defende o surgimento de um "novo rural", composto por:

a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias;
b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. (SILVA, 2002)

Na zona rural de Uberaba podemos identificar aspectos relacionados a esses três grupos, colocando a cidade inclusa nesta classificação. A ampliação produtiva trouxe a implantação de agroindústrias como a "Bunge Brasil, Dagranja, Sipcam, Stoppani do Brasil, Agronelli Insumos Agrícolas, Fertigran, Yara Brasil Fertilizantes, Ouro Fino, Heringer Fertilizantes, FMC Química do Brasil e Fertipar" (SERAFIM GOMES, 2018, p.16). É importante ressaltar que a consolidação desses grandes complexos apresenta ameaças aos agricultores familiares, pequenos produtores, ao patrimônio histórico, cultural, artístico e ambiental, que sofrem com a mercantilização do espaço. Nos dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE nos anos 2000 e 2010[42] observa-se o aumento das atividades não agrícolas como a pesca, indústria extrativas, indústrias de transformação, de produção, de construção, de comércio, dentre outras. Essa pluriatividade é positiva ao diminuir a dependência da renda familiar quanto a exclusividade da prática agrícola, sujeita a flutuação de preços, fatores climáticos e também econômicos. Dessa forma, o desenvolvimento rural engloba múltiplas dimensões, abrangendo a produção agrícola do pequeno produtor, da agropecuária empresarial, mas também de novos sistemas, como o do turismo, do lazer e o da tecnologia. Os ND de Uberaba são territórios indispensáveis e atuantes também na preservação de práticas culturais e para o planejamento e o desenvolvimento da cidade de Uberaba.

39 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. Plano Diretor Municipal de Uberaba: Lei Complementar. 2014.

40 OLIVEIRA, Amanda Hueb Tapxure. Territórios Híbridos: as novas dinâmicas dos Núcleos de Desenvolvimento de Uberaba - MG. Qualificação (Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2021, p. 12

41 Idem, p. 11

42 OLIVEIRA, Amanda Hueb Tapxure. Territórios Híbridos: as novas dinâmicas dos Núcleos de Desenvolvimento de Uberaba - MG. Qualificação (Mestrado). Uberlândia:

2. ESCOLAS RURAIS EM UBERABA

Educação do campo e cenário de Uberaba

Como mencionado anteriormente, Uberaba era considerada cidade primaz do Triângulo Mineiro, principalmente no período da Primeira República (1889-1930). Nas primeiras décadas do século XX a educação na cidade foi assumida por iniciativas particulares, principalmente pela Igreja Católica, direcionados a formar somente a elite da cidade, em detrimento da formação das crianças de origem da classe trabalhadora. As meninas estudavam no Colégio Nossa Senhora das Dores e os meninos no Colégio Marista Diocesano.[43] Orlando Ferreira (1928) abordou de forma contundente no município a problemática da qualidade da educação e afirmou que na década de 20, auge das importações do gado zebu, havia uma elevada taxa de analfabetismo, um grande despreparo de professores e também uma falta de material didático.

O rápido crescimento do urbano em relação a rural, devido ao comércio do zebu com o acúmulo de capital e também aos projetos desenvolvimentistas idealizados por Getúlio Vargas para a industrialização nacional, também afetaram o campo educacional. De acordo com o Censo demográfico realizado em 1954[44] a população de Uberaba era de 69.434 habitantes dos quais 26.128 não sabiam ler nem escrever. O ritmo de ampliação da rede escolar pública era lento em relação ao número de novas matrículas. Segundo BORGES (2003), em 1983, a Rede Municipal de Ensino contava em sua área urbana com três escolas de 5ª a 8ª série, duas escolas de 1ª a 4ª série e oito escolas de ensino pré-escolar. Na zona rural, contava com trinta e nove escolas, sendo em sua maioria salas multisseriadas localizadas nas propriedades rurais do município. Observa-se que a intenção da política educacional do município não incluia a escolarização de jovens e de adultos e também que o ensino de 5ª a 8ª série era oferecido somente na zona urbana até 1988. Quanto ao 2º grau, somente no final de 1988,[45] cinco escolas da zona urbana passaram a disponibilizar esse tipo de ensino.

A educação, no Brasil, ainda no fim no século XIX, porém com maior força no início do XX, começou a ser vista nacionalmente como uma caminho eficaz para o progresso e a civilização, retirando a ideia de atraso e ignorância que o país apresentava. Tornou-se doutrina de defesa nos discursos políticos em todo o país. Fazendo uma pequena retrospectiva, na Constituição de 1891 a educação é citada como responsabilidade dos Estados e na Constituição Estadual de 1892 essa responsabilidade é transferida aos municípios sob alegação de falta de verba para suprir a demanda.[46] O discurso que valorizava a educação e dava reconhecimento à escola e ao estudo encontrava uma série de dificuldades para sua efetivação.

Outro ponto importante da Constituição Estadual de Minas Gerais de 1892 foi a nomeação, pela primeira vez, de uma escola de instrução primária destinada às populações rurais denominada escola rural. A Lei nº 41, de 1892, estabeleceu a diferenciação entre escolas rurais,[47] distritais e urbanas de acordo com a população existente no território, a renda e a existência de infraestrutura na região.

> "No seu artigo 73, a Lei definiu que "são rurais as escolas estabelecidas em localidade cuja população é inferior a 1.000 habitantes ou 150 meninos de ambos os sexos, de 7 a 13 anos completos, na área abrangida pelo perímetro escolar"; no seu artigo 74 que "são distritais as escolas estabelecidas na sede dos distritos administrativos e em localidade cuja população, na área abrangida pelo perímetro escolar (não sendo cidade ou vila), é superior a 1.000 habitantes ou 150 meninos de ambos os sexos, de 7 a 13 anos completos"; no seu artigo 75 que "são urbanas as escolas estabelecidas em cidades e vilas". Esse último critério não depende da população existente no perímetro escolar" (MUSICAL, 2011)

Também definiu a distinção dos professores nessas escolas, criando a classe dos professores rurais, dos distritais e dos urbanos. O professor que exercesse uma cadeira rural poderia lecionar no âmbito distrital ou urbano apenas se prestasse outro concurso. A lei definiu ainda um salário menor para os professores rurais em relação aos distritais e aos urbanos[48] .

43 WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013, p. 174

44 LOPES, Sonia Maria Gomes. A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba-MG: de instituição privada à instituição isolada de ensino superior (193-1960) por meio do processo de federalização. III EHECO, Catalão(GO), 2015, p. 717

45 BORGES, Marisa. Política e gestão em educação no município de Uberaba - MG nos anos de 1980-1990. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uber-

46 BORGES, Jean; DANTAS, Sandra. A educação escolar no país em construção: Uberaba no período da primeira república brasileira. HISTEDBR, on-line, 2013, p. 95

47 MUSICAL, Gilvanice B. da S. A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892 -1899): quando a distinção possibilita a exclusão. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universida-

48 MUSICAL, Gilvanice B. da S. A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892 -1899): quando a distinção possibilita a exclusão. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 60

QUADRO 1 – Classificação de professores de instrução primária

Tipos de escola	Frequência exigida	Tipos de qualificação dos professores	Vencimento dos professores
Rurais	15	Não normalista Normalista	1.000$000 1.200$000
Distritais	20	Não normalista Normalista	1.100$000 1.400$000
Urbanas	25	Não normalista Normalista	1.300$000 1.800$000

Regulamento da Instrução Primária do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 655, de 17/10/1893. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893260. FONTE: Veiga (1999, p.151).

As tabelas a seguir foram produzidas por BORGES E DANTAS (2013) a partir de atas da Câmara Municipal e mostram dados sobre a criação, a transferência, a supressão ou a restauração de escolas rurais e urbanas no período de 1889 a 1904:

Tabela escolas rurais 1889 a 1904
FONTE: Veiga (1999, p.151).

Tabela 1 - Escolas Rurais

Escola / Ano	1893	1894	1895	1896	1897 T S R	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904
Fazenda da Ponte Alta	C					T						
Fazenda do Capão Fundo						C						
Fazenda dos Dias			C	T								
Fazenda de São Franscisco			T									
Fazenda do Barreiro											T	
Fazenda do Pântano				T								
Fazenda de S. José do Capão da Onça											C	
Fazenda dos Telles						C						
Escola Rural em São Félix				C								
Fazenda do Veadinho												T
Fazenda da Cana Brava										C		

C= Criação; T= Transferência; S= Supressão; R= Restauração Fonte: Arquivo Público de Uberaba (APU)[3]

Tabela 2 - Escolas Urbanas

Escola / Ano	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903
Bairro dos Estados Unidos	C							
Liceu de Artes e Ofícios							C	
Escola para o sexo masculino em S. Miguel do Veríssimo							C	
Escola Primária para o sexo masculino no Alto das Mercês							C	
Cadeira de Instrução Primária do sexo feminino no Arraial do Veríssimo								C
Porto do Cemitério do Distrito de Dores do Campo Formozo – sexo masculino				C				
Escola do Sexo Masculino em Nossa Senhora D'Abadia dos Dourados				C				
Escola Mista no Alto do Fabrício							C	
Escola primária no Bairro do Barro Preto								C

C= Criação; T= Transferência; S= Supressão; R= Restauração (APU) Fontes: Arquivo Público de Uberaba

Segundo os autores, de 1889 a 1904 foram criadas sete escolas rurais e nove escolas urbanas, totalizando dezesseis escolas novas na cidade. As escolas rurais eram instaladas em locais onde houvesse demanda, como em sede de fazendas ou núcleos populacionais que posteriormente deram origem a alguns distritos da região. As escolas urbanas seguiam a mesma lógica, sendo alocadas em bairros populosos ou áreas centrais da cidade. BORGES E DANTAS (2013) também afirmam que apesar de numerosas, não é possível afirmar que todas elas tenham sido criadas efetivamente e funcionado.

É possível notar também a frequência alta com que as escolas rurais eram transferidas de localidade, transferências motivadas pela busca de uma região mais povoada que permitisse abranger um maior número de alunos possível. Isso mostra o valor da educação das áreas rurais e a importância dada à continuidade nos estudos vista na dificuldade de se manter a frequência de alunos. Já nas escolas urbanas pode-se afirmar que se mantinham mais estáveis e havia uma grande preocupação com o ensino primário e a alfabetização, além de uma maior aceitação do modelo de escola mista, para meninos e meninas.

A construção de escolas implicava também na necessidade de professores. Foi decretado em 1893 que a nomeação e a demissão de professores municipais definitivos ou interinos seria competência da Câmara Municipal.[49] A Câmara também era responsável pela remuneração dos professores que desde essa época não sucedia com regularidade, sendo encontrados em diversas atas observadas pelos autores requerimentos reivindicando pagamentos e gratificações. Era cobrado dos professores uma conduta extremamente íntegra e exemplar, principalmente das mulheres. Em caso de transferência deveriam seguir a escola, dando aulas no novo destino. BORGES E DANTAS (2013) afirmam também que a nomeação de professores era utilizada em barganhas políticas, como por exemplo com a nomeação de mais de um professor para a mesma vaga.

A principal dificuldade enfrentada no desenvolvimento das escolas, além da falta de distribuição homogênea da população e a situação dos professores, citadas anteriormente, era a ausência e o mau uso dos recursos financeiros por parte dos políticos. Isso castigava a ação da administração pública na cidade, impedindo as obras necessárias para a melhoria do ensino, a implementação efetiva da escolarização pública e também a manutenção das escolas existentes. Era comum o adiamento da construção de escolas e o atraso na liberação de recursos para a educação, uma vez que as demandas para o âmbito educacional nem sempre se encontravam no planejamento orçamentário do município.[50]

49 BORGES, Jean; DANTAS, Sandra. A educação escolar no país em construção: Uberaba no período da primeira república brasileira. HISTEDBR, on-line, 2013, p. 98

50 Ibidem., p. 98

Fechamento das escolas e análise das existentes

Durante muito tempo a formação destinada às pessoas que viviam no campo era um modelo "importado"[51] de educação urbana. Os valores do meio rural eram retratados com subordinação, inferioridade e descaso quando comparados ao meio urbano, multiplicando-se estereótipos. Historicamente, a concepção do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação "no" campo e não à educação "do" campo. A "no" campo esteve sujeita a ser uma educação descontextualizada, elitista e oferecida a uma minoria. Na conjuntura atual é possível questionar se a educação de hoje, "do" campo, conseguiu romper com os conservadorismos presentes na educação rural e se seus projetos vêm contribuindo para o fortalecimento da educação popular. SANTOS (2017) afirma que "Romper com a educação rural é uma das prioridades da educação do campo". É preciso ter um olhar politicamente referendado aos fatores que concretizem projetos político-pedagógicos que encarem a realidade e atendam as necessidades da população rural.

Os paradigmas do agronegócio, do latifúndio, dos transgênicos e da exportação ainda direcionam as políticas e práticas educativas do meio rural. A educação do campo, muitas vezes tratada como política compensatória, apresenta demandas específicas e diversos problemas como alguns descritos por BORGES (2017):

1) localização geográfica das escolas, em sua grande maioria, distantes da residência dos estudantes;
2) precariedade dos meios de transporte e das estradas;
3) baixa densidade populacional em alguns territórios rurais;
4) fechamento de milhares de escolas do campo na última década;
5) formação dos educadores/as e organização curricular;
6) pouquíssima oferta de vagas para os estudantes do campo nas séries finais do ensino fundamental e médio;
7) poucos recursos utilizados na construção e manutenção das escolas do campo;
8) Recuo da agricultura familiar e avanço do agronegócio;
9) utilização cada vez maior de agrotóxicos;
10) investimentos em sementes transgênicas, em detrimento das sementes crioulas;

A Constituição de 1988 e o processo de redemocratização do país trouxeram ganhos em torno dos direitos sociais e educacionais dessa população. Foram também elaboradas reformas que desencadearam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96), na qual são defendidos o reconhecimento da diversidade e da singularidade do campo como consta em seu artigo 28 (BRASIL, 1996) na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
III. adequação à natureza do trabalho na zona rural.

É imprescindível a importância, a partir da década de 1990, dos movimentos sociais, sindicais e populares na busca pelos interesses dos povos do campo. Iniciativas que defenderam, e ainda defendem, o meio rural como espaço detentor de identidade, de vida, de diversidade cultural e de uma rica realidade. Debates como o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) de 1997,[52] organizado pelo MST com apoio da Universidade de Brasília (UnB) levantaram questões acerca da educação pública direcionada a eles. Problemáticas já citadas anteriormente como a falta de consideração pela história, sonhos, desejos, limites e possibilidades dos povos do campo em detrimento dos interesses econômicos e políticos da classe dominante brasileira, das dimensões do agronegócio, na lógica da monocultura para exportação, foram alguns dos expoentes desses encontros. Do I ENERA surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), priorizando-se a alfabetização de jovens e adultos.

51 SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. TEIAS, v. 18, n. 51, Rio de Janeiro - RJ, 2017, p. 211

Nos anos seguintes a articulação aumentou, com a criação de entidades e realização de mais conferências como a Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo em 1998 e em 2004, a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT) em 2003. Mas somente em 2004 houve a inclusão, na estrutura federal, de uma instância responsável pelo atendimento das demandas da população do campo, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) no âmbito do Ministério da Educação. É preciso citar também o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), criado em 2007, através do Ministério da Educação e também o Programa Nacional de Educação do Campo, criado em 2012, também pelo ministério e lançado pela presidenta Dilma Rousseff.

Vale ressaltar, que mesmo com os avanços obtidos na legislação educacional voltada à educação do campo, a realidade das escolas rurais continua ainda muito precária. As políticas e ações relatadas encontram-se em diferentes patamares de desenvolvimento. Faz-se necessário colocar em prática políticas e ações para a educação do campo que sejam realmente concretizadas e efetivadas nas inúmeras localidades do território nacional, assim como em Uberaba. A cidade, hoje com uma população estimada de 340.227 habitantes, segundo dados do IBGE (2021),[53] apresenta 80 escolas públicas. Dentro delas, 38 municipais, sendo 31 urbanas e 7 rurais e 42 estaduais, sendo 41 urbanas e 1 rural. Ou seja, a cidade que tanto se dedica a imagem da agropecuária, apresenta apenas 8 escolas rurais de um total de 80, o que significa 6,4% das escolas públicas da cidade. É preciso salientar que a Escola Estadual Aloízio Castanheira, localizada no distrito de Ponte Alta, é considerada urbana pelo IDEB, ao mesmo tempo em que a Escola Municipal Gastão Mesquita Filho, localizada a poucas quadras da escola estadual, é considerada rural. Para esse estudo a Escola Estadual Aloízio Castanheira foi considerada rural, por apresentar as mesmas características e problemáticas da escola vizinha e situar-se no bairro rural de Ponte Alta.

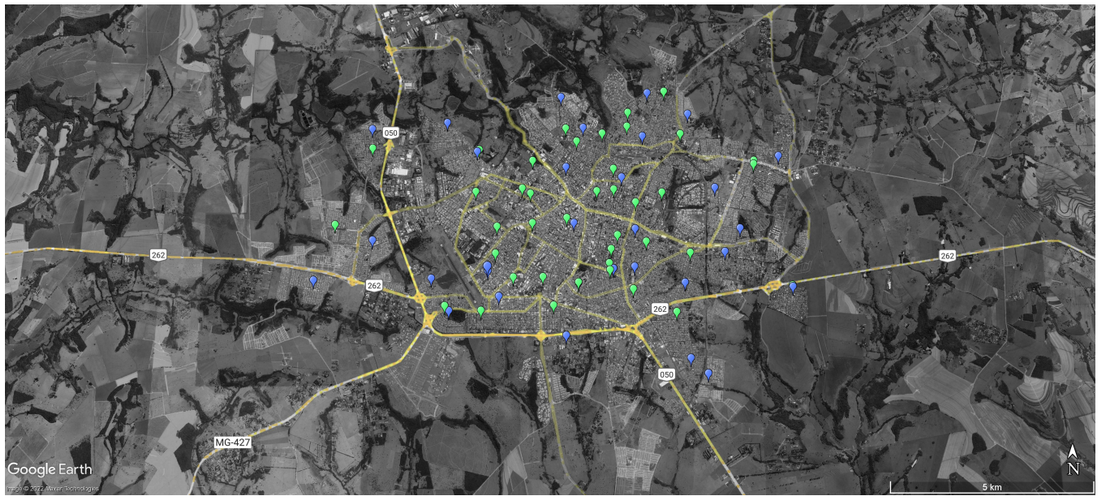
ESCOLAS MUNICIPAIS

01) E. M. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES
02) E. M. ARTHUR DE MELLO TEIXEIRA
03) E. M. BOA VISTA
04) E. M. CELINA SOARES DE PAIVA
05) **E. M. FREDERICO PEIRÓ**
06) **E. M. GASTÃO MESQUITA FILHO**
07) ESCOLA MUNICIPAL JOÃOZINHO E MARIA
08) **E. M. JOSÉ MARCUS CHERÉM**
09) E. M. JOUBERT DE CARVALHO
10) E. M. MADRE MARIA GEORGINA
11) **E. M. MARIA CAROLINA MENDES**
12) E. M. MARIA LOURENCINA PALMÉRIO
13) E. M. MONTEIRO LOBATO
14) E. M. NORMA SUELI BORGES
15) E. M. PADRE EDDIE BERNARDES
16) E. M. PEQUENO PRÍNCIPE
17) **E. M. PROF. ANÍSIO TEIXEIRA**
18) E. M. PROF. JOSÉ GERALDO GUIMARÃES
19) E. M. PROF. JOSÉ MACCIOTTI
20) E. M. PROF. PAULO RODRIGUES
21) E. M. Prof.ª ESTHER LIMÍRIO BRIGAGÃO
22) E. M. Prof.ª GENI CHAVES
23) E. M. Prof.ª JANE LUCE ARAÚJO
24) E. M. Prof.ª LUCIENE APARECIDA DO CARMO
25) E. M. Prof.ª NIZA MARQUEZ GUARITÁ
26) E. M. Prof.ª OLGA DE OLIVEIRA
27) E. M. Prof.ª STELLA CHAVES
28) E.M. Prof.ª TEREZINHA HUEB DE MENEZE
29) E. M. REIS JÚNIOR
30) E.M. RICARDO MISSON
31) E. M. SANTA MARIA
32) E. M. SÃO JUDAS TADEU
33) **E. M. SEBASTIÃO ANTÔNIO LEAL**
34) E. M. SÍTIO DO PICA-PAU AMARELO
35) **E. M. TOTONHO DE MORAIS**
36) E. M. UBERABA
37) E.M. URBANA FREI EUGÊNIO
38) E. M. VICENTE ALVES TRINDADE

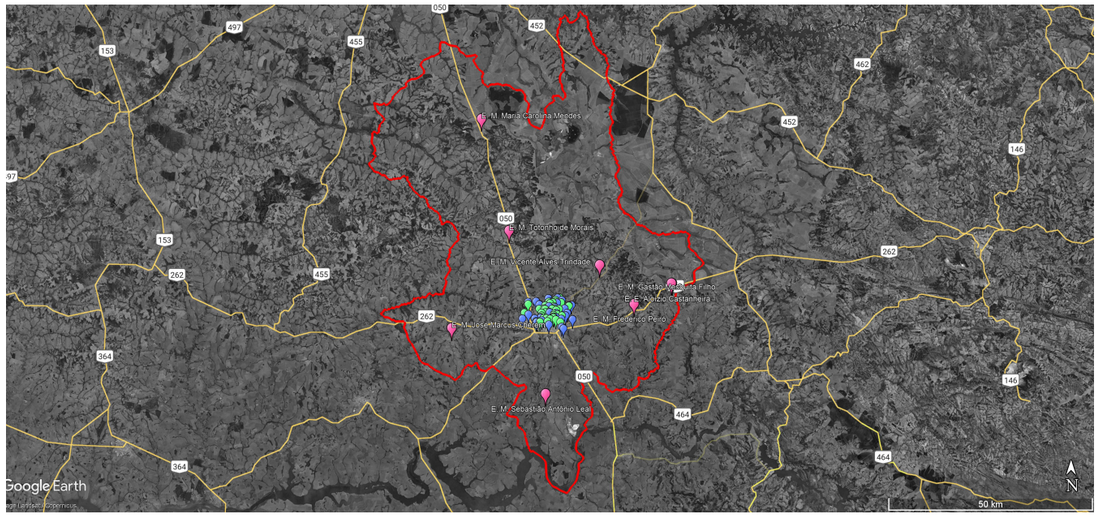
52 BORGES, H. da S. Educação do campo e os planos de educação. Revista Amazônida, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: //periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/3547.
53 IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Uberaba. IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberaba.htm

ESCOLAS ESTADUAIS

01) CEOPEE - CENTRO DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
02) CIEL - CENTRO INTERESCOLAR ESTADUAL DE LÍNGUAS
03) CESEC PROFA. MARIA EMÍLIA DA ROCHA
04) COLÉGIO TIRADENTES DA PMMG
05) CONSERVATÓRIO ESTADUAL DE MÚSICA RENATO FRATESCHI
06) **E. E. ALOÍZIO CASTANHEIRA**
07) E. E. AMÉRICA
08) E. E. ANEXA A SUPAM
09) E.E. AURÉLIO LUIZ DA COSTA
10) E.E. BERNARDO VASCONCELOS
11) E.E. BOULANGER PUCCI
12) E.E. BRASIL
13) E.E. CARMELITA CARVALHO GARCIA
14) E.E. DOM EDUARDO
15) E.E. DR. JOSÉ MENDONÇA
16) E.E. FELÍCIO DE PAIVA
17) E.E. FIDÉLIS REIS
18) E. E. FRANCISCO C NDIDO XAVIER
19) E.E. FREI LEOPOLDO DE CASTELNUOVO
20) E.E. GABRIEL TOTI
21) E.E. GERALDINO RODRIGUES DA CUNHA
22) E.E. HENRIQUE KRUGER
23) E.E. HORIZONTA LEMOS
24) E.E. IRMÃO AFONSO
25) E.E. LAURO FONTOURA
26) E.E. LEANDRO ANTÔNIO DE VITO
27) E.E. MAL. HUMBERTO DE AL. CASTELO BRANCO
28) E.E. MIGUEL LATERZA
29) E.E. MINAS GERAIS
30) E.E. NOSSA SENHORA DA ABADIA
31) E.E. PAULO JOSÉ DERENUSSON
32) E.E. PRES. JOÃO PINHEIRO
33) E.E. Prof.ª CORINA DE OLIVEIRA
34) E.E. PROF. ALCEU NOVAES
35) E.E. PROF. CHAVES
36) E.E. PROF. HILDEBRANDO PONTES
37) E. E. PROF. MINERVINO CESARINO
38) E.E. QUINTILIANO JARDIM
39) E. E. PROFA. NEIDE DE OLIVEIRA GOMES
40) E.E. ROTARY
41) E.E. SANTA TEREZINHA
42) E.E. SÃO BENEDITO



Localização das escolas urbanas de Uberaba, de azul as municipais e de verde as estaduais.



Localização das escolas rurais e urbanas em relação ao perímetro da cidade de Uberaba, de rosa as escolas rurais.
Fonte: autora

Como pontos em comum, deve-se notar que as escolas rurais de Uberaba foram todas constituídas a partir do processo de nucleação. O processo de nucleação, no Brasil, se iniciou na década de 1970, mas foi particularmente forte na década de 1990, quando as reformas educacionais na educação básica, induzidas pela LDB 9.394/96,[54] priorizaram o Ensino Fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e o fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao estabelecerem critérios para a transferência de recursos financeiros às escolas públicas do Ensino Fundamental, estimularam a municipalização, processo que terminou por resultar no fechamento de várias escolas multisseriadas. Os estudantes das unidades desativadas foram então "nucleados" em escolas rurais mais estruturadas. A educação do meio rural da cidade constituía-se em diversas pequenas unidades localizadas no seio de cada comunidade. Criadas a partir da necessidade, por conta do povoamento de regiões devido ao trabalho no campo, constituindo-se de pequenas salas multisseriadas localizadas em fazendas. Os argumentos de viés político-pedagógicos que sustentam essa vertente defendem que a melhoria no processo educativo do modo nucleado em relação ao anterior é decorrente das aulas em classes unisseriadas e das melhores condições materiais das escolas nucleadas, se comparadas com a histórica precariedade das escolas multisseriadas. E também é preciso levar em conta que seria mais caro para o governo manter uma alta quantidade de pequenas unidades de educação, com infraestrutura, professores e serventes, do que manter uma quantidade menor e que esse dinheiro poderia ser utilizado para melhorias da escola nucleada.

Com isso, um número grande de escolas foram fechadas na cidade. Segundo o levantamento realizado pelo projeto "Expedição Catástrofe: por uma arqueologia da ignorância",[55] 32 escolas foram fechadas de 1995 a 2016 em Uberaba. São elas:

Escola Alaor Gouveia
Escola Ana Santos Oliveira
Escola Antônio Marzola Neto
Escola Barão do Rio Branco
Escola Bela Vista
Escola Boa Esperança
Escola Brasília
Escola Baguassu
Escola Capitão Domingos
Escola Carolina Felícia dos Santos
Escola Chuá
Escola Cruzeiro do Sul
Escola da Lapa
Escola Dr. Augusto César Antunes
Escola Edmundo Borges de Araújo
Escola Elizier Mendes Junior
Escola Evaristo de Paula Pena
Escola Gastão Rodrigues da Cunha
Escola Ismael Machado
Escola João Pedro da Costa
Escola Lageado
Escola Luiza Fonseca
Escola Machado de Assis
Escola Margarida Maria Correa
Escola Marlene Cunha Rodrigues
Escola Mário de Assis Guimarães
Escola Otaviano Borges de Araújo
Escola Princesa Isabel
Escola Professora Lourdes de Oliveira
Escola Randolfo Borges de Araújo
Escola São João
Escola Tobias Antônio Rosa

Após a leitura do PPP (Projeto Político Pedagógico)[56] das escolas rurais ainda existentes na cidade foi possível identificar alguns dos nomes citados, por terem sido absorvidos pelas escolas existentes no processo de nucleação e formação dessas escolas, e também a descrição de novos nomes de escolas pequenas multisseriadas fechadas até mesmo antes da data de análise do livro. Apesar das justificativas pautadas pelo governo para a nucleação das escolas, é preciso alegar que o fechamento de uma escola rural representa o abandono da comunidade do campo e tudo que a escola representa nesse local.

54 BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2022

55 CAMPOS, A.; FONSECA, C.; BRITTO, F.; ARCANJO, G.; BRITTO, P.; LIRA, Í.; CASTRO, L.; LOBATO, P.; MARQUEZ, R.; FIRMEZA, Y. Expedição catástrofe: Por uma arqueologia da ignorân-

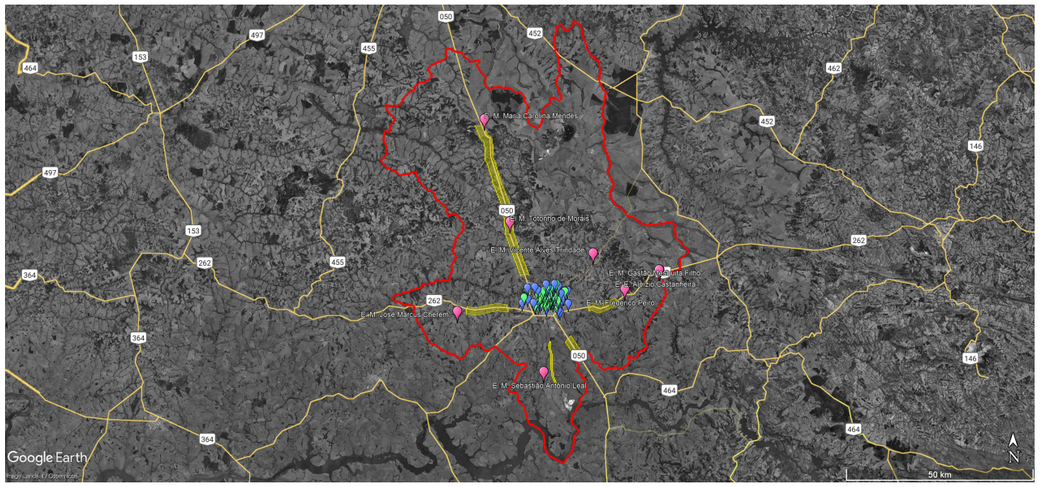
56 Exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, o PPP é o instrumento balizador para a atuação da instituição de ensino e, por consequência, expressa a prática pedagógica de uma escola, dando direção à gestão e às atividades educacionais

Ela muitas vezes é o ponto simbólico de concentração de urbanidade no campo, simbolizando um equipamento público que detém mais do que o valor de escola, mas também de encontro de cidadania, é onde a população consegue ter atendimento médico, odontológico, é em sua quadra que ocorrem as festividades culturais da região, é onde o morador do espaço rural se sente inserido na sociedade. Pode-se afirmar que fechar uma escola é prejudicar a sobrevivência de uma comunidade. A nucleação das escolas efetivou o distanciamento das escola-núcleo das comunidades de origem de seus alunos e de suas famílias, além dos riscos e desgastes que longas viagens realizadas em estradas precárias e também contribuiu para o desenraizamento cultural dos alunos ao afastá-los de sua comunidade, oferecendo um modelo de educação urbano, alheio ao seu cotidiano.

Atualmente, a principal justificativa para fechar uma escola no campo tem sido a falta de alunos, todavia, como afirma NOGUEIRA (2019) é possível identificar que a falta de alunos reflete questões profundas e mais complexas como a concentração de terras, o avanço do agronegócio, a expansão da monocultura, as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores, as controvérsias das políticas públicas voltadas às demandas do campo.

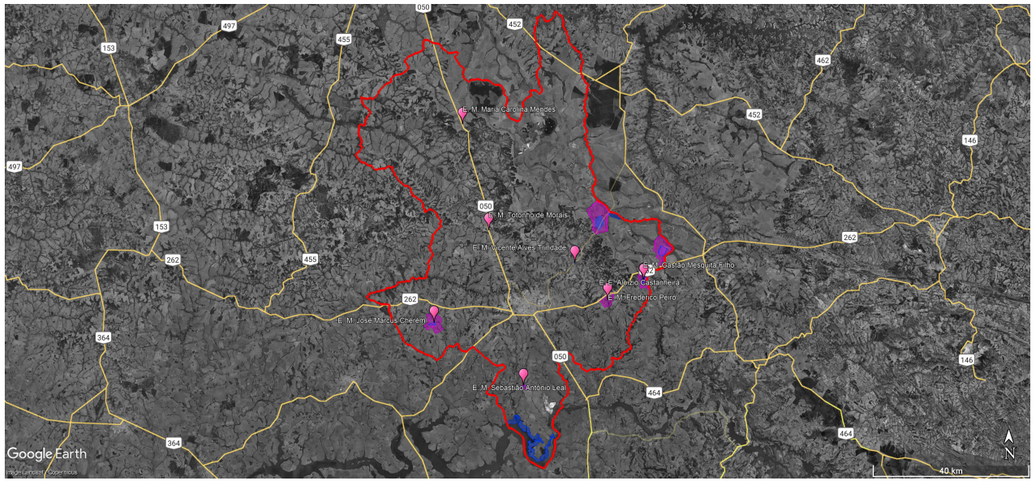
Que esses alunos existem e que o fato de estarem concentrados ou não em determinadas localidades, não deveria lhes conferir menos oportunidades de acesso à educação. É dever do Estado equilibrar e harmonizar as contradições acerca do tema, como continuar o fechamento de escolas ao mesmo tempo que ocorre a institucionalização das Licenciaturas para a Educação do Campo, a abertura de empresas de transporte escolar e elas serem frequentemente denunciadas por fraudes em licitações.[57] É preciso almejar uma outra realidade social, na qual a escola do campo possa configurar um espaço de emancipação para sua comunidade.

Até 2014 Uberaba contava com 9 escolas rurais, mas através do Memorando Interno Circular n.º 2357 de 06/11/2014, da SEMEC, a Escola Celina Soares de Paiva, que era considerada rural, foi inserida na área urbana, conforme determina o Plano Diretor da cidade de Uberaba. As escolas que ainda resistem em Uberaba são: Escola Municipal Frederico Peiró, Escola Municipal Gastão Mesquita Filho, Escola Municipal Marcus Cherém, Escola Municipal Maria Carolina Mendes, Escola Municipal Sebastião Antônio Leal, Escola Municipal Totonho de Morais, Escola Municipal Vicente Alves Trindade e Escola Estadual Aloizio Castanheira. Pode-se afirmar que encontram-se distribuídas ao longo de eixos estratégicos, próximos a rodovias, pontos de escoamento, indústrias e núcleos de desenvolvimento da cidade.



Localização das escolas de Uberaba de amarelo os eixos de desenvolvimento do Plano Diretor da cidade.
Fonte: autora

57 NOGUEIRA, Ariane Martins. Contradições entre o campo e a cidade no Triângulo Mineiro: Uma reflexão sobre o fechamento das escolas no campo. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019, p. 41



Localização das escolas rurais de Uberaba em relação aos núcleos de desenvolvimento contidos no Plano Diretor da cidade. Fonte: autora

Apesar de particularidades advindas de suas origens, as escolas em geral apresentam um espaço físico que sofre com repentinas alterações para conseguirem oferecer as atividades aos alunos. São espaços formados por poucas salas, de alvenaria convencional, que com o tempo foram ganhando anexos, como biblioteca, quadra esportiva, novas salas, novos banheiros, pátio coberto, parquinho. Não foram projetados para terem a quantidade de alunos, professores e serventes que apresentam hoje. As escolas apresentam uma grande rotatividade de alunos, que ingressam e egressam ao longo do ano. Não é possível afirmar que seja o total abandono de estudos, mas a mudança de famílias pela oferta de empregos em outras fazendas e/ou localidades. Os estudantes das escolas rurais apresentam contextos sociais diversificados, vindos de outros estados, sendo em sua maioria filhos de quem trabalha em fazendas, chácaras e sítios onde há o predomínio da agropecuária, granjas de frango, indústrias como a de calcário ou no turismo da região. São os filhos dos empregados das fazendas e não dos donos, pois os filhos dos donos vão à localidade urbana estudar em escolas particulares.

Oferecem em sua maioria um mesmo conjunto de disciplinas, contando com a área de humanas, ciências exatas, além de ensino religioso e informática/computação. As escolas municipais oferecem durante os períodos da manhã e da tarde a educação básica e o ensino fundamental, de modo convencional e integral para algumas faixas etárias. O ensino integral surgiu a partir da necessidade de não ter com quem deixar os filhos durante o dia enquanto as mães e responsáveis precisam trabalhar. Como afirma a Prefeitura Municipal em seu Informativo Municipal vigente[58] o fato de alguns pais não dispensarem os filhos do trabalho ou não terem com quem deixar os filhos menores para irem trabalhar contribui não somente para o abandono da escola mas também para a não conclusão do Ensino Fundamental. É preciso avaliar que a participação dos pais é essencial no trabalho da escola,eles que deveriam atuar pela melhoria das suas condições e pela oferta de uma educação de qualidade, entretanto a participação deles nas escolas rurais é pequena e prejudicada pelo fato de eles não terem, na maioria das vezes, condições de se locomoverem das fazendas até as escolas, o que, lamentavelmente, prejudica o trabalho educativo. Um estudo feito pela Escola Municipal Totonho de Morais em 2018, presente em seu PPP, mostra que apenas 2% dos pais dos alunos apresentam nível superior completo, 36% apresentam ensino médio completo e 8% ensino fundamental completo. Para cobrir essa lacuna é oferecido também a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas rurais, o antigo supletivo, destinado a conclusão dos estudos pelo público maior de 18 anos.

58 Informativo Municipal I, 2016 - 2020, de Uberaba - MG. Secretaria de Educação. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//educacao/arquivos/LEX/LEX%2001/LEX%20INFORMATIVO%20MUNICIPAL%2001.pdf. Acesso em 01/04/22

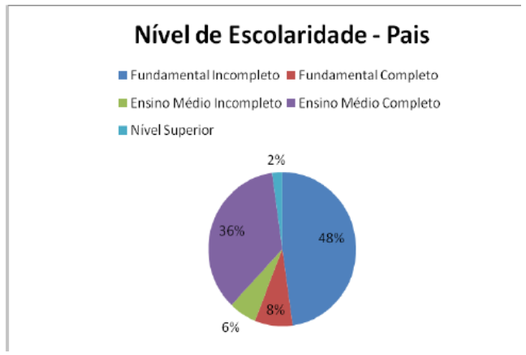


Gráfico de nível de escolaridade dos pais da E. M. Totonho de Morais. Fonte: PPP E. M. Totonho de Morais

A Prefeitura Municipal de Uberaba também foi responsável por firmar convênios com a Superintendência Estadual de Ensino e levar o Ensino Médio para as escolas rurais. Durante o período da noite, o Estado é responsável por levar professores da escola estadual parceira para a escola municipal rural e oferecer essa modalidade de ensino. A Prefeitura também é responsável pelo transporte dos alunos até as escolas e dos professores que trabalham no período diurno, da cidade onde moram até a escola. As edificações apresentam cozinha e um pequeno refeitório para possibilitar a alimentação das crianças e dos jovens. Em suma apresentam dependências mínimas para o trabalho educativo como mostra o quadro a seguir:

PERCENTUAL DE ESCOLAS RURAIS COM DEPENDÊNCIAS MÍNIMAS PARA O TRABALHO EDUCATIVO– 2013	
Acessibilidade	57%
Biblioteca	86%
Cozinha	100%
Laboratório de Informática	86%
Laboratório de Ciências	29%
Quadra de Esportes	86%
Sala para Leitura	14%
Sala para Diretoria	100%
Sala para Professores	86%
Sala de Atendimento Especial	86%
Sanitário dentro do Prédio	100%
Sanitário fora do Prédio	29%
Sanitários para alunos com deficiência	71%

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013. Organizado por Meritt.

Fonte: Informativo Municipal I

Os alunos do campo, assim como os da cidade, participam de avaliações externas como a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) e Mais Alfabetização. Essas avaliações compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa de reunir em um só indicado o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Os resultados do rendimento escolar dos alunos das escolas rurais[59] é preocupante, pois, nos Ensino Fundamental é evidenciado um índice de reprovação que segundo os estudiosos da questão indica a necessidade urgente de se definir estratégias para conter o avanço da distorção idade-série, que se apresenta elevada, e que interfere no trabalho pedagógico de sala de aula.

TABELA XXXIX– PDME/UBERABA: 2015-2024 – Proporção de alunos do Ensino Fundamental com distorção idade/série ou atraso escolar de 2 (dois) anos ou mais nas Escolas do Campo – Ano 2013

ETAPA ESCOLAR	PROPORÇÃO DE ALUNOS COM ATRASO DE 2 OU MAIS ANOS
Total da 1ª Etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º)	16%
1º Ano	2%
2º Ano	5%
3º Ano	16%
4º Ano	19%
5º Ano	33%
Total da 2ª Etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º)	35%
6º Ano	35%
7º Ano	37%
8º Ano	33%
9º Ano	39%

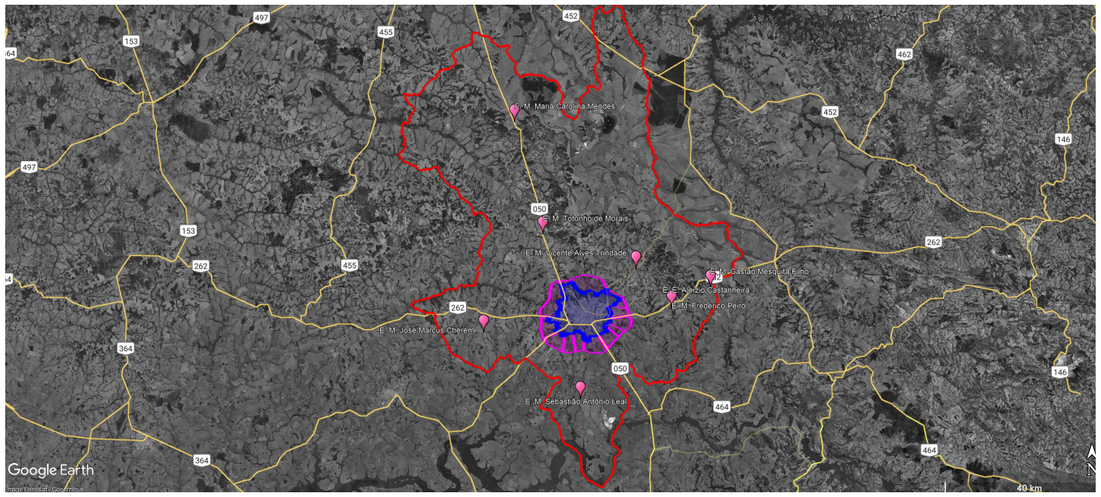
Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt.

Fonte: Informativo Municipal I

A partir da análise do PPP das escolas rurais de Uberaba foram identificadas questões preocupantes, descritas pelos próprios autores dos Projetos como a falta de recursos humanos necessários ao atendimento de alguns setores essenciais ao trabalho escolar e também que a rede física das escolas precisa ser melhorada quanto a condições adequadas para atendimento das necessidades e também à segurança. No caso de Peirópolis, por exemplo, na escola Municipal Frederico Peiró, devido à falta de espaço interno para a recreação e para as atividades de tempo integral, os professores utilizam o espaço emprestado da Casa do Turista de Peirópolis, a quadra poliesportiva e as áreas verdes do entorno da escola. A Escola Municipal Aloízio Castanheira atesta que a falta de um prédio próprio com estrutura escolar, de uma quadra poliesportiva coberta, de uma biblioteca organizada em seu espaço físico próprio compromete o desenvolvimento dos alunos, prejudicando seu crescimento e o da escola, causando inclusive a evasão escolar.

59 Informativo Municipal I, 2016 - 2020, de Uberaba - MG. Secretaria de Educação. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//educacao/arquivos/LEX/LEX%2001/LEX%20INFORMATIVO%20MUNICIPAL%2001.pdf. Acesso em 01/04/22

No PPP da Escola Municipal Maria Carolina Mendes é informado inclusive a falta de muro da escola, que gera insegurança e deixa o ambiente vulnerável a animais. E que também, o pátio descoberto é frequentemente poluído devido a proximidade a empresa moedora de calcário, tornando o ambiente constantemente insalubre. Além disso, nos períodos chuvosos, a falta de cobertura impossibilita a circulação de pessoas entre as dependências da escola, reduzindo muitas atividades e projetos. Outra alegação da escola é referente a necessidade de uma reforma no telhado, da manutenção nas instalações elétricas e hidráulicas que são antigas e também uma linha telefônica e um computador para a sala dos professores. Outra escola que solicita a melhoria na parte de acesso a tecnologia é a Escola Municipal Totonho de Morais, afirmando que a internet ainda não atende de forma satisfatória as necessidades diárias da escola, na pedagogia, na secretaria e na diretoria que há necessidade de instalações mais específicas para todas as áreas de atuação. Percebe-se também que as escolas rurais de Uberaba em geral apresentaram maiores demandas após a implementação da Educação em Tempo Integral, que exige dessas escolas uma estrutura física mais completa para o desenvolvimento adequado de suas práticas educativas. Necessitam de adequações em sua estrutura, reformas na infra-estrutura, instalação de equipamentos de melhor qualidade, reformas para obter acessibilidade e ampliações para conseguirem atender a demanda que hoje é bem maior do que a do período em que foram construídas.



Localização das escolas rurais de Uberaba (pontos rosa) em relação ao perímetro urbano (mancha azul) e o perímetro de transição do urbano para o rural (mancha rosa). Fonte: Autora

Fichas das escolas existentes

E. M. FREDERICO PEIRÓ





Localização: Rua Estanislau Collenghi, 297, Peirópolis, Uberaba - MG (25 km da cidade). 38039-761

Histórico:
1910 - Fundada inicialmente a cargo do Estado, a Escola Estadual de Peirópolis. A partir da iniciativa de Frederico Peiró, administrador em uma fábrica de extração de calcário que foi transferida para a região. A expansão da empresa demandava uma escola para os filhos dos funcionários estudarem. Peiró tornou-se sócio e posteriormente único proprietário da empresa;

1988 - A escola voltou a pertencer à Rede Municipal de Ensino, sob a responsabilidade administrativa da Fundação Municipal Gastão Mesquita, contava com três salas de aula e um refeitório;

2000 - Deixou de ser responsabilidade da Fundação e ficou diretamente ligada à Secretaria Municipal de Educação de Uberaba, passando por reformas para alterarem sua estrutura e oferecer melhores condições aos estudantes e professores;

2014 - Teve seu telhado e portas trocados, assentamento de piso nos corredores, nivelamento do piso da porta da escola, efetuada pintura geral do prédio;

O que oferece:
Educação infantil
Ensino fundamental

Disciplinas:
Língua/ Literatura Portuguesa
Educação Física
Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
Língua/ Literatura estrangeira - Inglês
Matemática
Ciências
História
Geografia
Informática / Computação
Ensino Religioso

Acessibilidade:
Escola com acessibilidade
Dependências com acessibilidade
Sanitário com acessibilidade

Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
Sanitário dentro da escola
Biblioteca
Cozinha
Refeitório
Parque infantil
Laboratório de Informática
5 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de atendimento especial (desde 2009)
Sala de secretaria
Despensa
Almoxarifado
Área verde

Serviços:
Água tratada (rede pública)
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (rede pública)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga

Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora
Copiadora
Parabólica
TV
Computadores para alunos

Situação da escola censo 2020:
80 matrículas;

0 reprovações;
0 abandonos;
14 professores;

Segundo IDEB 2019: Não foram encontrados dados da escola no site do IDEB

2020 - **80**; 2019 - **80**; 2018 - **92**; 2017 - **104**; 2016 - **94**; 2015 - **106**; 2014 - **102**; 2013 - **103**; **2012 - 108**; 2011 - **101**;

Evasão

2020 - **0**; 2019 - **0**; 2018 - **0**; 2017 - **0**; 2016 - **0**; 2015 - **0**; 2014 - **0**; 2013 - **2**; 2012 - **0**; 2011 - **0**; 2010 - **0**;

E. M. GASTÃO MESQUITA FILHO





Localização: Rua Santo Antônio, 60, Ponte Alta, Uberaba - MG (35 km da cidade). 38106-000

Histórico:
1964 - Início das atividades como escola particular Ginásio de Ponte Alta, na praça Dr. Augusto Barreto n.º 02 em Ponte Alta;

1971 - Passou a ser mantido pela Fundação Municipal de Ensino Médio de Uberaba;

1980 - O Ginásio Ponte alta passou a denominar-se Escola Gastão Mesquita Filho, em homenagem ao saudoso cidadão do distrito Gastão Mesquita Filho, engenheiro e industrial, fundador e diretor superintendente da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná; Teve seu funcionamento transferido para o prédio próprio atual e ofertava 1º grau e 2º grau;

1980 - O Ginásio Ponte alta passou a denominar-se Escola Gastão Mesquita Filho, em homenagem ao saudoso cidadão do distrito Gastão Mesquita Filho, engenheiro e industrial, fundador e diretor superintendente da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná; Teve seu funcionamento transferido para o prédio próprio atual e ofertava 1º grau e 2º grau;

1990 - Implantada a educação pré-escolar e realizada adequação de seu espaço físico, com ampliação de duas salas de aula, laboratório e dois vestiários;

2005 - A Lei nº 12/2005 extingue a Fundação Pública Municipal de Ensino Médio de Uberaba;

2007 - O CIEM (Centro Integrado de Educação Municipal) é inserido na escola, autorizando também o programa "Educação em Tempo Integral" transferindo todos os alunos de 6 a 10 anos dos CEMEIS (Centros Municipais de Educação Infantil) para o CIEM;

2009 - Inserido na escola o AEE (Atendimento Educacional Especializado) conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento educacional especializado na educação básica;

O que oferece:
Ensino fundamental (1º ao 9º ano)
Tempo Integral (1º, 3º e 4º ano)
AEE
EJA

Disciplinas:
Língua/ Literatura Portuguesa
Educação Física
Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
Língua/ Literatura estrangeira - Inglês
Matemática
Ciências
História
Geografia
Informática / Computação
Ensino Religioso
Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

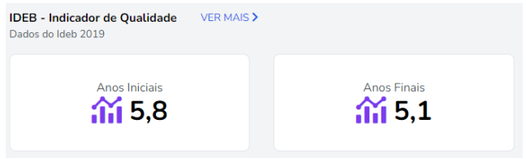
Atividades extracurriculares:
Educação Patrimonial
Ginástica
Xadrez tradicional/ Xadrez virtual
Matemática
Português

Acessibilidade:
Escola com acessibilidade
Dependências com acessibilidade
Sanitário com acessibilidade

Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
Sanitário dentro da escola e com chuveiro
Biblioteca
Cozinha
Refeitório
Parque infantil
Laboratório de Informática
Quadra de esportes coberta
Quadra de esportes descoberta
11 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de atendimento especial
Sala de secretaria
Despensa
Almoxarifado
Área verde

Segundo IDEB 2019:



A escola está em situação de alerta segundo o IDEB 2019, não atingindo a meta mínima de 6,0. Precisando melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Matrículas

2020 - **312**; 2019 - **330**; 2018 - **332**; 2017 - **353**; 2016 - **348**; 2015 - **315**; 2014 - **345**; 2013 - **320**; 2012 - **349**; 2011 - **325**; 2010 - **379**; 2009 - **358**; 2008 - **398**; 2007 - **410**;

Evasão

2020 - **4**; **2019 - 0**; 2018 - **0**; 2017 - **0**; 2016 - **2**; 2015 - **0**; 2014 - **2**; 2013 - **7**; 2012 - **4**; 2011 - **7**; 2010 - **17**; 2009 - **18**; 2008 - **20**; 2007 - **20**;

Serviços:
Água tratada (rede pública)
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (rede pública)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga

Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora
Copiadora
TV
Computadores para alunos (43)

Situação da escola Censo 2020:
212 matrículas
5 reprovações
4 abandonos
21 professores

E. M. JOSÉ MARCUS CHERÉM





Localização: Rua Três, 112, Capelinha do Barreiro, Uberaba - MG (30 km da cidade). 38049-762

Histórico:
1956 - O então vereador José Marcus Cherém fez ao município um requerimento de uma escola para o distrito da Capelinha do Barreiro e com essa iniciativa foi fundada a Escola Municipal da Capelinha, que funcionava na igreja com turma multisseriada;

1966 - A escola tornou-se estadual, com salas de 1ª a 2ª séries. Mais tarde conseguiram com a Prefeitura Municipal implantar as turmas de 5ª a 8ª séries, sendo salas anexas à Escola Municipal Santa Maria.

1985 - As escolas: Escola Estadual Capelinha do Barreiro, Escola Municipal do Chuá, Escola Municipal João Bizinoto, Escola Municipal Randolfo Borges de Araújo e Escola Municipal Lourival Balduíno do Carmo Barão foram nucleadas e o novo estabelecimento de ensino recebeu o nome de Escola Municipal José Marcus Cherém;

1986 - Início de seu funcionamento no endereço atual, com salas de pré a 8ª série em dois turnos, vespertino e noturno;

1999 - Início do Projeto "Acertando o Passo II" visando reduzir a taxa de defasagem idade-série e uma turma de Telecurso de 2º grau possibilitando a continuação dos estudos;

2004 - A escola passa a funcionar no turno matutino com as turmas de 09 a 14 anos e no vespertino, a educação infantil e as turmas de 06 a 08 anos.

2005 - Início do funcionamento do convênio da Prefeitura com o Estado, levando o Ensino Médio a comunidade, com quatro turmas, sendo salas anexas à Escola Estadual Professor Chaves;

2012 - A escola foi contemplada com o programa Mais Educação, ampliando a oferta de turmas;

2014 - O 5º ano passou a ser Período Integral e Jornada Ampliada do 6º ao 9º ano no contra turno

O que oferece:
Educação infantil (4 e 5 anos)
Ensino fundamental (1º ao 9º ano)
Mais Educação/Jornada Ampliada (6º ao 9º ano)
Tempo Integral (5º ano)
ASIP (1º ao 9º ano)
AEE

Noturno: funcionam as salas anexas à Escola Estadual Professor Chaves com Ensino Médio

Disciplinas:
Língua/ Literatura Portuguesa
Educação Física
Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
Língua/ Literatura estrangeira - Inglês
Matemática
Ciências
História
Geografia
Informática / Computação
Ensino Religioso
Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Acessibilidade:
Escola com acessibilidade
Dependências com acessibilidade
Sanitário com acessibilidade

Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
Sanitário dentro da escola e com chuveiro
Biblioteca
Cozinha
Parque infantil
Laboratório de Informática
Quadra de esportes descoberta
7 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de recursos multifuncionais para AEE
Sala de secretaria
Despensa
Pátio coberto
Pátio descoberto
Almoxarifado
Área verde

Serviços:
Água tratada (rede pública)
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (rede pública)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga

Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora
Copiadora
TV
Projetor multimídia
Parabólica
Computadores para alunos

Situação da escola censo 2020:
167 matrículas;
5 reprovações;
0 abandonos;
21 professores;

Segundo IDEB 2019:



A escola está em situação de atenção segundo o IDEB 2019, não atingindo a meta mínima de 6,0, apesar de apresentar crescimento. Tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado

Matrículas

2020 - **167**; 2019 - **162**; 2018 - **165**; 2017 - **194**; 2016 - **213**; 2015 - **231**; 2014 - **249**; 2013 - **240**; 2012 - **268**;

Evasão

2020 - **0**; 2019 - **3**; 2018 - **0**; 2017 - **0**; 2016 - **0**; 2015 - **2**; 2014 - **1**; 2013 - **3**; 2012 - **4**; 2011 - **3**; 2010 - **6**;

E. M. MARIA CAROLINA MENDES



Localização: BR 050, Km 124, Zona rural, Uberaba -MG (48 km da cidade). Ao lado do posto de combustíveis Calcário Triângulo da rede Cinquentão. 38055-010

Histórico:
1982 - A indústria Calcário Triângulo Indústria e Comércio Ltda, localizada na Rodovia BR 050 Km 124, juntamente com o Posto e Restaurante Chapadão, firmas do mesmo grupo, e fazendeiros da redondeza, sentiam a necessidade de uma escola, pois seus funcionários não podiam se fixar onde não tivesse o estudo para seus filhos. Após muitas negociações, o terreno foi doado pelo fazendeiro Dr. Hugo Amado, com a condição da escola levar o nome de sua mãe, Maria Carolina Mendes. Sua inauguração oficial foi em 06/03/1982 e foi autorizado o funcionamento da unidade escolar de 1º grau;

1991 - A Escola Municipal Maria Carolina Mendes passa a integrar as escolas nucleadas: Escola Municipal Bela Vista, Escola Municipal Cruzeiro do Sul, Escola Municipal Dr. Ferreira e Escola Municipal Eliezer Mendes Júnior;

1993 - Extensão do 1º grau com a implementação da 5ª série;

1994 - Extensão do 1º grau com a implementação da 6ª série;

1995 - Extensão do 1º grau com a implementação da 7ª série;

1996 - Extensão do 1º grau com a implementação da 8ª série. E instalado o Curso de Suplência noturno, de 1ª a 4ª série;

1998 - Inauguração do espaço físico da Biblioteca Escolar Guilherme de Fellippe Júnior na escola;

2006 - Construção da quadra coberta;

2010 - Iniciou-se o Projeto Tempo Integral, atendendo assim as especificidades de mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar seus filhos;

2016 - Reforma efetuada com a construção da cantina, do refeitório, de uma nova sala de aula e a reforma dos banheiros;

O que oferece:
Educação infantil
Ensino fundamental
Tempo Integral
Atividades Complementares

Noturno: cede o espaço para a Escola Estadual Frei Leopoldo de Castel Nuovo, que oferece o ensino médio para cerca de 60 alunos;

Disciplinas:
Língua/ Literatura Portuguesa
Educação Física
Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
Língua/ Literatura estrangeira - Inglês
Matemática
Ciências
História
Geografia
Informática / Computação
Ensino Religioso
Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Acessibilidade:
Sanitário com acessibilidade

Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
Sanitário dentro da escola e com chuveiro
Biblioteca
Cozinha
Laboratório de Informática
Quadra de esportes coberta
7 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de atendimento especial
Sala de secretaria
Despensa
Pátio coberto
Pátio descoberto
Almoxarifado
Área verde
Parque infantil
Refeitório atendendo 37 alunos sentados

Serviços:
Água de poço artesiano
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (fossa)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga

Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora

Copiadora
TV
Computadores para alunos (19)
Projetor multimídia

Situação da escola censo 2020:
173 matrículas;
0 reprovações;
0 abandonos;
16 professores;

Segundo IDEB 2019:



A escola está em situação de alerta segundo o IDEB 2019, não atingindo a meta mínima de 6,0. Precisando melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Matrículas

2020 - **173**; 2019 - **189**; 2018 - **216**; 2017 - **217**; 2016 - **227**; 2015 - **267**; 2014 - **250**;

Evasão

2020 - **0**; 2019 - **0**; 2018 - **0**; 2017 - **0**; 2016 - **0**; 2015 - **1**; 2014 - **4**;

E. M. SEBASTIÃO ANTÔNIO LEAL





Localização: Rua Bazilio Eugênio dos Santos, 1400, Bairro Rural da Baixa, Uberaba - MG (24 km da cidade). 38040-410

Histórico:
1982 - Sebastião Antônio Leal, morador da região que sempre trabalhou com determinação pautando sua vida no crescimento e bem-estar comum, ajudou a criar a primeira escola da Baixa dentro de sua propriedade, vendo a necessidade dos moradores. Feita de pau a pique, telhas de barro e tendo como o piso o próprio chão. A Prefeitura Municipal de Uberaba doou algumas mesas e carteiras de madeira.

A escola apresentava apenas uma sala, atendendo alunos de 1ª a 4ª série e tinha como única professora sua filha, Maria Zaira Monteiro Leal;

1988 - Sebastião doou alguns alqueires de terra para a construção de um novo espaço escolar. Criada então a Escola Municipal Sebastião Antônio Leal a partir da nucleação das escolas rurais: Escola Estadual da Baixa, Escola Municipal Luisa Fonseca e Escola Municipal São João. Ofertando o ensino multisseriado de 1ª a 4ª série;

O que oferece:
Educação infantil (4 e 5 anos)
Ensino fundamental
Tempo Integral
AEE
Atividades Complementares

Disciplinas:
Língua/ Literatura Portuguesa
Educação Física
Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
Língua/ Literatura estrangeira - Inglês
Matemática
Ciências
História
Geografia
Informática / Computação
Ensino Religioso
Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Atividades complementares:
Educação em Direitos Humanos
Ginástica (rítmica, artística, acrobática)
Judô

Acessibilidade:
Escola com acessibilidade
Dependências com acessibilidade
Sanitário com acessibilidade
Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
Sanitário dentro da escola e com chuveiro
Biblioteca
Cozinha
Parque infantil
Laboratório de Informática
Quadra de esportes coberta
8 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de recursos multifuncionais para AEE
Sala de secretaria
Despensa
Pátio coberto
Pátio descoberto
Almoxarifado
Área verde

Serviços:
Água (poço artesiano)
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (rede pública)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga

Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora
Copiadora
TV
Projetor multimídia
Computadores para alunos

Situação da escola censo 2020:
153 matrículas;
6 reprovações;
0 abandonos;



A escola está em situação "manter" segundo o IDEB 2019, atingindo a meta de 6,0 e apresentando crescimento em relação ao último ano. O foco deve ser manter a situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Matrículas

2020 - **153**; 2019 - **173**; 2018 - **206**; 2017 - **242 (ano que foi implantado AEE)**; 2016 - **154**; 2015 - **155**; 2014 - **153**; 2013 - **169**; 2012 - **206**; 2011 - **195**;

Evasão

2020 - **0**; 2019 - **1**; 2018 - **0**; 2017 - **0**; 2016 - **0**; 2015 - **0**; 2014 - **0**; 2013 - **2**; 2012 - **6**; 2011 - **3**; 2010 - **0**;

E. M. TOTONHO DE MORAIS



Localização: BR 050, Km 151, Estância Três Irmãs, Zona Rural, Uberaba - MG

Histórico:
1967 - Segundo relatos orais, a escola funcionava numa casinha à beira de um córrego na fazenda Sol Caliente e atendia em torno de 15 crianças. Seu nome é uma homenagem ao senhor Antônio Borges de Morais, fazendeiro de caráter marcante que viveu na região, acreditando na importância da educação para aqueles que moravam na zona rural. Após sua morte em 1963 seu neto Abílio Borges de Morais, conhecido como Borgico, dono de combustível, incentivou a criação da escola denominada Totonho de Morais;

1977 - As escolas rurais passaram a ser nucleadas e a escola passou para seu endereço atual, que era uma das propriedades do senhor Antônio;

2000 - Inauguração da biblioteca escolar Elaine Tomás de Miranda

O que oferece:
Educação infantil (4 e 5 anos)
Ensino fundamental
Tempo Integral
AEE
Atividades Complementares

Acessibilidade:
Dependências com acessibilidade

Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
4 sanitários (2 para alunos e 2 para funcionários) dentro da escola
Biblioteca
Cozinha
Parque infantil
Laboratório de Informática
Quadra de esportes coberta
9 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de recursos multifuncionais para AEE

Sala de secretaria
Despensa
Pátio coberto
Pátio descoberto
Almoxarifado
Área verde
Unidade de Saúde

Serviços:
Água (poço artesiano)
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (fossa)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga
Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora
Copiadora
TV
Projetor multimídia
Computadores para alunos

Situação da escola censo 2020:
273 matrículas;
5 reprovações;
0 abandonos;
22 professores;

Segundo IDEB 2019:



O Ideb 2019 nos anos finais da rede municipal já atingiu a meta, mas teve queda e não alcançou 6,0. Tem o desafio de buscar garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Matrículas

2020 - **273**; 2019 - **279**; 2018 - **284**; 2017 - **313**; 2016 - **271**; 2015 - **278**; 2014 - **313**;

Evasão

2020 - **5**; 2019 - **9**; 2018 - **8**; 2017 - **17**; 2016 - **16**; 2015 - **15**; 2014 - **14**; 2013 - **18**; 2012 - **27**; 2011 - **21**; 2010 - **17**;

E. M. VICENTE ALVES TRINDADE





Localização: MG 190, Km 13, Santa Rosa, Uberaba - MG (20 km da cidade). 38079-705

Histórico:
1987 - A escola surgiu da nucleação de 7 outras escolas rurais: Escola Estadual Pedra Branca, Escola Estadual Santa Rosa, Escola Estadual Alaor Gouveia, Escola Municipal Gabriel Aleixo, Escola Municipal Santa Lúcia, Escola Municipal Gastão Rodrigues da Cunha e Escola Municipal João Pedro da Costa;

O que oferece:
Educação infantil
Ensino fundamental
Tempo Integral
Durante o período da noite é ofertado o Ensino Médio em parceria com a Escola Estadual Quintiliano Jardim

Disciplinas:
Língua/ Literatura Portuguesa
Educação Física
Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
Língua/ Literatura estrangeira - Inglês
Matemática
Ciências
História
Geografia
Informática / Computação
Ensino Religioso

Acessibilidade:
Escola com acessibilidade
Dependências com acessibilidade
Sanitário com acessibilidade

Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
Sanitário dentro da escola
Biblioteca
Cozinha

Refeitório
Parque infantil
Laboratório de Informática
8 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de atendimento especial (desde 2009)
Sala de secretaria
Despensa
Almoxarifado
Área verde
Pátio descoberto
Quadra esportiva coberta

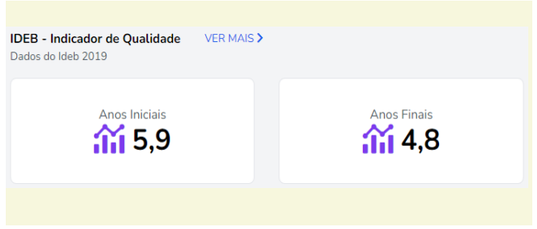
Serviços:
Água tratada (poço artesiano)
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (fossa)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga

Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora
Copiadora
TV
Computadores para alunos
Projetor multimídia

Situação da escola censo 2020:
258 matrículas;
9 reprovações;
21 abandonos;
25 professores;

Segundo IDEB 2019:



O Ideb 2019 nos anos finais da rede municipal já atingiu a meta, mas teve queda e não alcançou 6,0. Tem o desafio de buscar garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Matrículas

2020 - **258**; 2019 - **259**; 2018 - **295**; 2017 - **405**; 2016 - **389**; 2015 - **403**; 2014 - **416**;

Evasão

2020 - **21**; **2019 - 1**; 2018 - **2**; 2017 - **0**; 2016 - **1**; 2015 - **1**; 2014 - **0**;

E. E. ALOÍZIO CASTANHEIRA



Localização: R. Dona Sinhá Teodoro, 175, Ponte Alta, Uberaba - MG (35 km da cidade). 38106 000

Histórico:
2009 - A partir da demanda por uma nova escola no distrito de Ponte Alta foi criada a "Escola Estadual de Ensino Médio" em um espaço cedido junto a uma Igreja católica;

2010 - A "Escola Estadual de Ensino Médio" passa a ser chamada de "Escola Estadual Aloízio Castanheira" após consulta à comunidade escolar;

O que oferece:
Ensino Médio Regular

Disciplinas:
Língua/ Literatura Portuguesa
Educação Física
Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
Língua/ Literatura estrangeira - Inglês
Matemática
Física
Química
Biologia
História
Geografia
Sociologia
Filosofia

Acessibilidade:
Dependências com acessibilidade

Alimentação:
Alimentação fornecida
Água filtrada

Dependências:
Sanitário dentro da escola
Biblioteca
Cozinha
Refeitório
Laboratório de Informática
4 salas de aulas
Sala da diretora
Sala de professores
Sala de secretaria

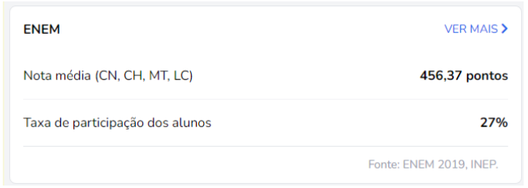
Despensa
Almoxarifado

Serviços:
Água tratada (rede pública)
Energia elétrica (rede pública)
Esgoto (rede pública)
Lixo com coleta periódica

Tecnologia:
Internet
Banda Larga

Equipamentos:
Aparelho DVD
Aparelho de som
Impressora
Copiadora
Parabólica
TV
Computadores para alunos
Projetor multimídia

Situação da escola censo 2020:
116 matrículas;
2 reprovações;
49 abandonos;
13 professores;



Matrículas

2020 - **116**; 2019 - **116**; 2018 - **126**; 2017 - **116**; 2016 - **129**; 2015 - **130**; 2014 - **125**; 2013 - **116**; 2012 - **104**; 2011 - **84**; 2010 - **100**;

Evasão

2020 - **49**; 2019 - **15**; 2018 - **0**; 2017 - **6**; 2016 - **9**; 2015 - **4**; 2014 - **0**; 2013 - **16**; 2012 - **13**; 2011 - **9**; 2010 - **3**;

3. ESTUDOS DE CASO E ESTUDO DE PROJETO

O espaço escolar e a pedagogia de Anísio Teixeira

Segundo Anísio S. Teixeira:



Anísio Teixeira no Centro Educacional Carneiro Ribeiro.
Fonte: Conjunto Escola Parque, 2014

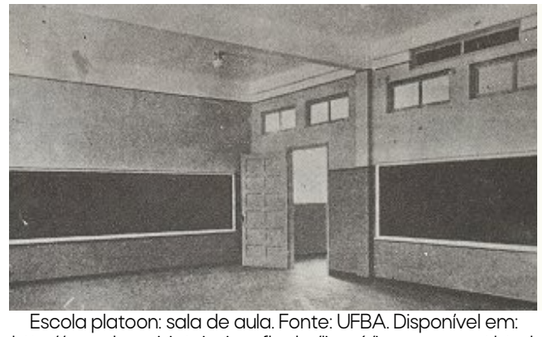
> "A escola, com efeito, compreende inversão econômica do mais alto vulto... Em suas edificações, constitui um dos mais complexos conjuntos, neles incluindo-se os elementos da residência humana, dos serviços de alimentação e saúde, dos esportes e recreação, da biblioteca e museu, do teatro e auditório, oficinas e depósitos, sem falar no que lhes é privativo, ou sejam as salas de aula e os laboratórios. A arquitetura escolar, por isso mesmo, inclui todos os gêneros de arquitetura. É a escola, em verdade, um lugar para aprender, mas aprender envolve a experiência de viver, e deste modo todas as atividades da vida, desde as do trabalho até as de recreação e, muitas vezes, as da própria casa"[60]

Anísio Spínola Teixeira (1900 - 1971) foi um dos maiores nomes da educação no Brasil, principalmente, nas décadas de 1920 e 1930. Baiano de Caetité, era também jurista, intelectual e escritor. Inconformado com a alta taxa de analfabetismo do país foi destacado como um dos principais nomes do movimento da Educação Nova[61], que tinha como princípio alterar a ênfase da educação brasileira pautada na memorização pelo desenvolvimento do intelecto e pela capacidade de julgamento dos alunos. Anísio defendia uma educação que colocasse os alunos como agentes transformadores da sociedade e tinha uma grande preocupação com a educação livre de privilégios. Era defensor do ensino público, laico e gratuito por meio da educação integral e foi um dos personagens centrais na criação da escola pública no Brasil. Acreditava ser a questão central da escola a educação do aluno e uma das necessidades para atingir esse fim seria a de que o prédio da escola fosse construído para essa finalidade e não adaptado em imóvel pré-existente.

Realizou viagens por países da Europa e também dos Estados Unidos recebendo influência do educador norte-americano John Dewey e sua visão democrática sobre as escolas estadunidenses. Segundo Dewey, a educação é vida e não uma imitação da vida ou uma preparação para ela, e sim a própria vida.[62]

Anísio Teixeira não se prendeu apenas às discussões teóricas sobre as reformas de ensino. Em cada cargo público que ocupou, ele tentou implementar as novas ideias educacionais. De 1931 a 1935 ele vai para o Rio de Janeiro para trabalhar na Diretoria de Instrução do então Distrito Federal onde inicia a implantação de um programa de construção escolar inovador. O sistema chamado de platoon, foi um modelo de escola trazido por ele de Detroit, no qual dentre suas características tem-se a alternância de turmas nas salas em relação aos períodos do dia e, principalmente uma especialização de assuntos e de atividades, sendo efetuadas em salas separadas. Os projetos arquitetônicos eram de autoria de Enéas Silva e algumas encontram-se em funcionamento até os dias de hoje.

Escola platoon: fachada. Fonte: UFBA. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro6/inovacoes_at.html. Acesso: 01/03/22



Escola platoon: sala de aula. Fonte: UFBA. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro6/inovacoes_at.html. Acesso: 01/03/22

60 ROCHA, João A. As inovações de Anísio Teixeira na arquitetura e construção escolar: os casos da Bahia e do Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso em: 24 fev. 2011
61 ANÍSIO TEIXEIRA. Site Info-Escola. Disponível em: https://www.infoescola.com/biografias/anisio-teixeira/. Acesso: 27/03/22
62 ROCHA, João A. As inovações de Anísio Teixeira na arquitetura e construção escolar: os casos da Bahia e do Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso em: 24 fev. 2011

Perseguido pelo governo de Getúlio Vargas, voltou para sua cidade natal, Caetité, na Bahia. Em 1945, assumiu o cargo de conselheiro geral da UNESCO e em 1946 foi convidado novamente a assumir a Secretaria da Educação e da Saúde da Bahia, colocando em prática um ambicioso plano com a construção de escolas para as zonas nas quais a população encontrava-se dispersa, com a finalidade de descentralizar a educação no Estado. Os projetos foram elaborados com a colaboração do arquiteto Diógenes Rebouças. A cidade foi dividida em zonas e foram pensadas modalidades diferentes de escolas. Existia a classificação das escolas de acordo com o número de alunos que ela fosse atender, era proposto a "escola mínima", que contava com uma ou duas salas de aula, constituindo uma célula inicial da escola primária para núcleos urbanos menores. A expansão imediata da escola mínima seria a escola com três salas de aula, denominada "nuclear". Em sequência havia o "grupo escolar médio" correspondendo ao quarto estágio de construção da escola primária, com seis salas de aula e estrutura mais completa. Finalmente, o "grupo escolar completo", com doze salas de aulas, além de sala de professores, administração, biblioteca, ginásio, auditório-teatro, áreas cobertas. O objetivo era que esses prédios pudessem ser sucessivamente ampliados por serem pensados modularmente e podendo ser construídos com diversos materiais de construção.

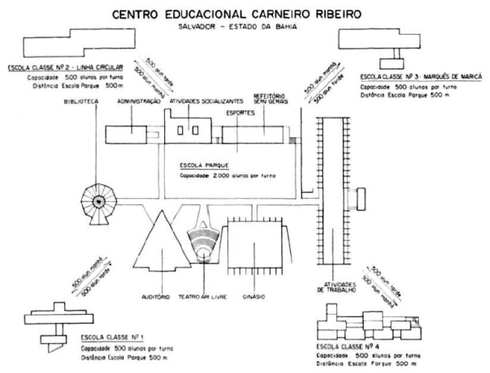
Para o ensino primário em Salvador, em específico, a solução de Anísio foi diferente. Tratava-se da proposta de um Centro de Educação, formado pelo conjunto de "escola-classe" e "escola-parque", originária do desenvolvimento iniciado com a escola do tipo platoon no Rio de Janeiro anos alguns anos antes. A ideia era cobrir toda a malha da cidade, pensando estrategicamente na localização de cada escola, em consonância com o planejamento urbano, prevendo a expansão populacional e geográfica do município. Cada 4 escolas-classe seriam contempladas com 1 escola-parque. Infelizmente, dos 7 centros planejados para a cidade, o único desses que chegou a ser concluído foi o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), no bairro da Liberdade, o qual é comumente chamado também de "Escola Parque de Salvador". Foi finalizado quase 20 anos após o início de suas obras, já na década de 70. O engenheiro Diógenes Rebouças é identificado como autor do projeto da Escola-Classe I, enquanto o arquiteto Hélio Duarte seria o autor das Escolas-Classe II, III e IV, trabalharam juntos na concepção geral do CECR.



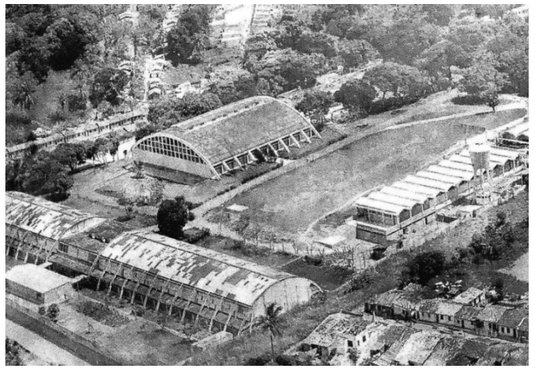
Distribuição dos 7 conjuntos inicialmente previstos.
Fonte: ABREU, 2007

A "escola-classe" frente a concepção de Anísio seria onde os alunos aprenderiam matérias regulares e elementares, como leitura, escrita, ortografia, matemática, em suma, as atividades tradicionais de instrução da escola. Para seu funcionamento demandaria uma infra-estrutura menor quando comparada às necessidades da "escola-parque". Na escola-parque as crianças teriam matérias especiais como educação física, arte, música, desenho, artes industriais e sociais, além de local para recreação e jogos. Essa organização do espaço escolar separando as atividades de caráter profissionalizantes das de caráter socializante possibilitaria melhorar a efetividade de ambas, em uma ela seria instruída e na outra ela seria educada. O conjunto desses dois programas, para Anísio, constituiria um Centro Educacional eficaz, no qual durante o período da manhã metade dos alunos frequentaria a escola-classe enquanto metade estaria na escola-parque e durante a tarde seria o inverso. Ele seria esse conjunto que abrange os dois tipos de estabelecimento, cada um em seu prédio especializado para suas funções próprias.

Com 42.000 m², foi implantado rodeado por exuberantes plantas e árvores, mantidas ao máximo pelo projeto no cume de um morro, com boa ventilação e sol durante todo o dia. O complexo apresenta acesso fácil para toda a vizinhança com edifícios individuais e soltos. São eles: 1) atividades de trabalho; 2) ginásio; 3) teatro ao ar livre; 4) auditório; 5) biblioteca; 6) administração; 7) atividades socializantes; 8) refeitório e serviços gerais. Dispostos ao redor de um perímetro retangular, gerando um amplo vazio central e outros no intervalo entre as edificações. Esse espaço livre centrado e alinhado chama a atenção, oferecendo às crianças espaço para encontros e jogos.



Implantação esquemática do conjunto de edifícios do CECR. Fonte: EBOLI, 1969



Vista aérea do conjunto. Fonte: Conjunto Escola Parque, 2014. Edifício das atividades de trabalho. Fonte: SE Cultura Material Escola. Disponível em: http://seminarioculturamateriallescolar.blogspot.com/2011/05/estudos-anisio-teixeira-educacao-nao-e.html. Acesso em: 05/04/22

Os edifícios apresentam os mesmos princípios construtivos e objetivos estéticos, apesar de suas diferenças, foram concebidos para serem econômicos, fáceis de construir e reproduzir, possuindo, contudo, linhas sofisticadas. A estrutura é o elemento formar determinante, tendo os pilares como destaque para sua elaboração, formando o volume principal do edifício. Levam em sua cobertura uma estrutura de madeira suportando telhas de fibrocimento. O edifício de atividades de trabalho apresenta 4.000 m² e uma planta livre delimitada por pilares curvos inclinados fechados no topo por uma estrutura cruzada que proporciona um pé direito elevado. Além da presença intensa de cobogós proporcionando o equilíbrio da temperatura, da umidade e boa iluminação. O edifício possui também painéis artísticos de Maria Célia Amado, Mário Cravo, Caribé, Carlos Magno e Jenner Augusto.



Edifício das atividades de trabalho. Fonte: SE Cultura Material Escola. Disponível em: http://seminarioculturamateriales-colar.blogspot.com/2011/05/estudos-anisio-teixeira-educacao-nao-e.html. Acesso em: 05/04/22



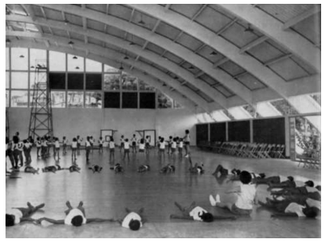
Escola-Parque do CECR na paisagem do bairro da Liberdade em Salvador.
Fonte: EBOLI, 1969

O auditório apresenta uma planta em forma de cone, tendo como ponto focal um palco redondo para apresentações diversas. O ambiente é coberto e nele encontram-se cadeiras fixas que foram dispostas em níveis diferentes para a visualização do espetáculo ser clara independente de onde o espectador estiver. O nível mais baixo é o próximo ao palco e o mais elevado, ao fim do auditório.



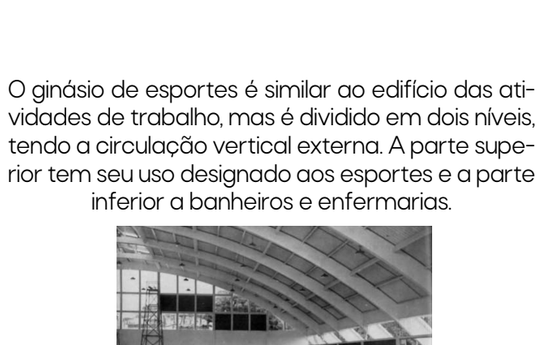
Auditório do CECR. Fonte: Parque em cena. Disponível em: https://parqueemcena.wordpress.com/2015/07/31/centro-educacional-carneiro-ribeiro-escola-parque/. Acesso em: 05/04/22

O ginásio de esportes é similar ao edifício das atividades de trabalho, mas é dividido em dois níveis, tendo a circulação vertical externa. A parte superior tem seu uso designado aos esportes e a parte inferior a banheiros e enfermarias.



Ginásio do CECR. Fonte: ALMEIDA, 2017

A biblioteca, apesar de aparentar ser mais suntuosa, segue a mesma lógica das demais edificações. O perfil estrutural ao invés de gerar um volume prismático, faz uma rotação em uma das bases, dando origem a um edifício circular, de planta octogonal. Fechada com painéis de vidro e implantada em meia a uma densa vegetação, enfatizando-se a presença de frutíferas, estimulando ainda mais os sentidos das crianças em relação ao entorno.



Biblioteca do CECR. Fonte: Arquitetando na net. Disponível em: http://arquitetandonanet.blogspot.com/2010/11/centro-educacional-carneiro-ribeiro.html. Acesso em: 05/04/22

Os edifícios para o setor administrativo, para as atividades socializantes e para o refeitório obedecem o princípio da seção estrutural repetida que dá origem a dois edifícios modulados e articulados, sem diferenciação hierárquica formal entre eles. Com pilares em formato de "V" e vigas inclinadas formando uma espécie de triângulo entre eles formando uma estrutura leve e com esquadrias de vidro ou cobogó, dando a impressão de continuidade entre o interno e o externo.



Entrada da edificação administrativa. Fonte: Facebook do CECR. Disponível em: https://www.facebook.com/CentroEducacionalCarneiroRibeiroEscolaParque/. Acesso em: 05/04/22

Em conjunto a escola-parque localizam-se em uma distância de aproximadamente 500 metros para diferentes direções, as quatro escolas-classe de nível primário, para mil alunos cada. Cada uma contava com 12 salas de aulas, um área coberta, consultório médico e dentário, instalações para administração, jardins, hortas e áreas livres. Os alunos também recebiam uniforme, material didático, merenda e medicamentos necessários. As escolas-classe I, II e III atendiam crianças de 7 a 13 anos e a escola classe IV atendiam aos 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental.[63] Eram nelas também que ficavam instalados o Serviço de Orientação Pedagógica, os Conselho de Classe e o Grêmio Estudantil.



Sala de aula de uma das escola-classe. Fonte: ALMEIDA, 2017

Foi um projeto bem sucedido entre o método pedagógico de Anísio Teixeira e os princípios arquitetônicos modernos de Diógenes Rebouças e de Hélio Duarte. Esse sistema, além de oferecer um grau superior de eficiência educativa, seria também mais vantajoso do ponto de vista econômico, haja vista a aplicação mais eficiente do edifício e do trabalho do professor. Nas escolas-parque as crianças receberiam também médicos e dentistas, alimentação e banho, além de todas as atividades descritas acima, todas com objetivo de desenvolver sua formação e a afirmação de seu caráter, ensinando-as o respeito e o trabalho em grupo para a comunidade.

63 ALMEIDA, Alessandra Felix de. Descontinuidades, controvérsias e significação das políticas públicas educacionais no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC - SP, 2017

Havia uma intensa relação com a vizinhança, sendo a escola o local de reunião com os adultos. As edificações resultaram em um espaço qualitativo, de boa adequação climática, derivado da utilização de tecnologias construtivas efetivas e dentro dos limitados recursos disponíveis. Sua eficácia encontra-se na conexão do propósito pedagógico e o conjunto arquitetônico. Apesar de bem sucedido, o projeto não ganhou grande destaque no cenário nacional da época e ao longo dos anos foi descaracterizado. Além da falta de reconhecimento público, a principal causa foi a redução dos recursos financeiros ao longo dos anos para manter a instituição como foi projetada para ser.

Entretanto, a continuidade da experiência em Salvador veio a ocorrer na cidade de São Paulo quando o arquiteto Hélio Duarte ao assumir a direção de planejamento da Comissão Executiva do Convênio Escolar, de 1948 a 1952, colocou em ação um projeto para a construção e operação em massa de escolas, propondo-se a construir em 5 anos 100 escolas. Objetivo que acabou sendo superado, com a construção de 140 unidades, como escolas, parques infantis, bibliotecas e teatros populares. Foram construídos conjuntos com ênfase nas atividades socializantes, explorando as potencialidades experimentadas em Salvador. Mesmo após o encerramento do Convênio, o conceito de Anísio ainda seria perpetuado em forma de outras instituições escolares pelo país .

De 1952 a 1964, Anísio foi Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que ganhou seu nome no início dos anos 90 em homenagem a sua vida devota à educação. Participou dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, sempre como árduo defensor da educação pública. Ao lado de Darcy Ribeiro, no final da década de 50, propôs um plano educacional para Brasília a partir da experiência bem sucedida do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, intitulado "Plano de Construções Escolares de Brasília".

O plano de Anísio para Brasília abrangia a preocupação em relação ao número de crianças que agora habitavam a região a partir da chegada das famílias de operários e de funcionários e de todo o fluxo migratório para o Planalto Central. Era também uma forma de constituir um exemplo a ser seguido, um conjunto de escolas renovadas na nova Capital do país, onde havia disponibilidade de espaços físicos para a construção de grandes complexos escolares modelos.

O projeto incluía a construção de três tipos de instituições escolares na cidade: os Centros de Educação Elementar (formados por Jardins de Infância, Escolas-classe e Escolas-parque, os Centros de Educação Média (atribuídos à Escola Secundária Compreensiva e ao Parque de Educação Média e a Universidade de Brasília, a qual foi um dos fundadores e tornou-se reitor em 1963.

Lúcio Costa ao traçar Brasília, definiu uma distribuição equidistante equitativa das escolas. A cidade seria organizada em superquadras, um conjunto de edifícios residenciais sobre pilotis e nelas se localizariam as escolas primárias, de modo a evitar tráfego de veículos e grandes distâncias percorridas. As escolas secundárias seriam construídas em locais de fácil acesso, fora das superquadras, próximas a igrejas, cinemas e comércios. O plano educacional foi ajustado às particularidades de Brasília com a colaboração de Lúcio Costa. Portanto, o número de alunos foi calculado em relação a população projetada das superquadras. A organização do programa segundo Anísio Teixeira (1961) foi a seguinte:

"I - Educação primária a ser oferecida em Centros de Educação Elementar, compreendendo:

1. "Jardins de infância" - destinados à educação de crianças nas idades de 4, 5 e 6 anos;
2. "Escolas-classe" - para a educação intelectual sistemática de menores nas idades de 7 a 14 anos, em curso completo de seis anos ou séries escolares;
3. "Escolas-parque" - destinadas a completar a tarefa das "escolas-classe", mediante o desenvolvimento artístico, físico e recreativo da criança e sua iniciação no trabalho, mediante uma rede de instituições ligadas entre si, dentro da mesma área e assim constituída:

a) biblioteca infantil e museu;
b) pavilhão para atividades de artes industriais;
c) um conjunto para atividades de recreação;
d) um conjunto para atividades sociais (música, dança, teatro, clubes, exposições);
e) dependências para refeitório e administração;
f) pequenos conjuntos residenciais para menores de 7 a 14 anos, sem família, sujeitos às mesmas atividades educativas que os alunos externos.

Como a nova capital é construída em quadras, e cada quadra abrigará população variável de 2.500 a 3.000 habitantes, foi calculada a população escolarizável para os níveis elementar e médio, ficando estabelecido o seguinte:

1. Para cada quadra:

a) 1 jardim da infância, com 4 salas, para, em 2 turnos de funcionamento, atender a 160 crianças (8 turmas de 20 crianças);

b) 1 escola-classe, com 8 salas, para, em 2 turnos, atender a 480 meninos (16 turmas de 30 alunos).
2. Para cada grupo de 4 quadras:
a) 1 "escola-parque" - destinada a atender, em 2 turnos, a cêrca de 2 mil alunos de "4 escolas-classe", em atividades de iniciação ao trabalho (para meninos de 7 a 14 anos) nas pequenas "oficinas de artes industriais" (tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, cartonagem, costura, bordado e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc.), além da participação dirigida dos alunos de 7 a 14 anos em atividades artísticas, sociais e de recreação (música, dança, teatro, pintura, exposições, grêmios, educação física).
Os alunos frequentarão diariamente a "escola-parque" e a "escola-classe", em turnos diferentes, passando 4 horas nas classes de educação intelectual e outras quatro horas nas atividades da "escola-parque", com intervalo para almoço.

II - Educação média ou secundária, em Centros de Educação Média, compreendendo um conjunto de

1. "Escola Secundária Compreensiva", incluindo:
a) cursos de humanidades
b) cursos técnicos e comerciais
c) cursos científicos.
2. Parque de Educação Média (quadras para voleibol, basquete, piscina, campo de futebol, etc.).
3. Núcleo cultural (teatro, exposições, clubes).
4. Biblioteca e museu.
5. Administração
6. Restaurante.

III - Educação Superioredifícios destinados a:

Universidade de Brasília, a ser construída, em área própria, compreendendo:
1. Institutos (de Matemática, Física, Biologia, Geologia, Artes, etc.), destinados ao ensino científico básico e especializado.
2. Faculdades (de Educação, Politécnica, Ciências Médicas, Direito, etc.) destinadas à formação intelectual e ao adestramento profissional.
3. Reitoria, Sala Magna e Biblioteca Central.
4. Campos de recreação e desportos (estádio, ginásio, piscina, etc.).
5. Serviços administrativos e gerais."

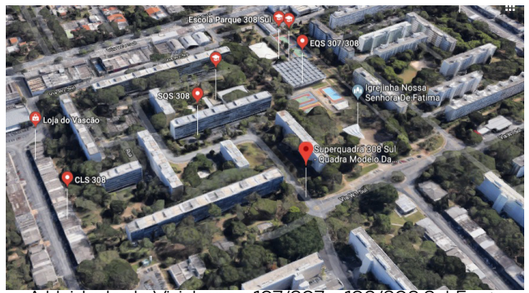
O plano educacional de Brasília foi uma tentativa de reproduzir o modelo iniciado na Bahia, da ideia de Escolas-Classe e Escolas-Parque, no entanto em contextos diferentes. Em Salvador o plano foi implantado em uma região com moradores em situação de extrema pobreza, em locais afastados da rede urbana, já em Brasília, o plano estaria destinado a todas as classes sociais, instalado no centro administrativo e político do país. Configurando em tempo integral uma educação diversificada e rica enquanto formação de novos cidadãos. Anísio tinha a intenção de fazer com que a criança crescesse dentro de um centro educacional que fosse uma espécie de réplica da sociedade, com suas atividades, seu ritmo, suas experiências. Teria início, nos Centros de Educação Elementar, meio, nos Centros de Educação Média e fim, na Universidade De Brasília, compondo os três níveis de ensino que compõem o sistema educacional.

A proposta para Brasília sofreu críticas e resistências, apesar de seu caráter moderno e progressista. O plano de construções escolares previa a construção de 28 escolas-parque, especificamente para o Plano Piloto. Todavia, devido às transformações políticas, econômicas e históricas, bem como a inúmeras dificuldades, apenas 5 foram construídas. A primeira, inaugurada ainda em 1960, foi a Escola-parque 307/308 Sul, a única que efetivamente contemplou os aspectos idealizados por Anísio Teixeira, destacadamente no que se refere aos parâmetros arquitetônicos. O conjunto arquitetônico projetado por José Reis, é dividido em três edificações e compreende 4 pavilhões que comportam salas de aulas, oficinas, auditório e vestiário. O espaço também abriga 2 quadras polivalentes, pista de saltos, quadra de vôlei, basquete, tênis, futsal e, ainda, 2 mini quadras de futsal, parque infantil, 2 piscinas, jardins e estacionamentos. Nos anos seguintes, as demais entraram em funcionamento.

Em abril de 1977, as Escolas-parque 313/314 Sul e 303/304 Norte. Em 1980, a Escola-Parque 210/211 Norte e, em 1992, a Escola-parque 210/211 Sul. Dentre os fatores da falta de prosperidade do plano de Anísio está a descontinuidade dos modelos de políticas públicas de ensino no país e nos estados, que sofrem mutações conforme o embalo das trocas de governo. O afastamento de Anísio da vida política por conta da ditadura militar também causou influência na descontinuidade dos modelos de Centros Educacionais. O crescimento imprevisto da população de Brasília, o que acabou criando uma demanda escolar muito acima do esperado na época da criação das escolas parque. Alto custo para manter, superior do que uma escola convencional



O prédio principal da Escola Parque 307/308 Sul, na década de 1960. Fonte: http://www.museudaeducacao.com.br/cfo-6/plano-educacional-de-brasilia/

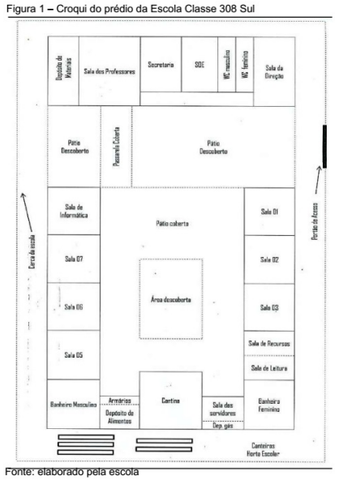


A Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/308 Sul. Fonte: http://www.ipatrimonio.org/brasilia-unidade-de-vizinhanca/#!/map=38329&loc=-15.81497099999997,-47.904185,17



Fonte: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/11/20/patrimonio-cultural-de-brasilia-escola-parque-da-308-sul-completa-60-anos.ghtml

Figura 1 – Croqui do prédio da Escola Classe 308 Sul



Fonte: elaborado pela escola

Fonte:http://www.ipatrimonio.org/brasilia-escola-classe-308-sul/ipatrimonio-brasilia-escola-classe-308-sul-2/.



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.09 Nº 933
CONTEÚDO: ESCOLA PARQUE 307/308 SUL
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: [1957-1960]
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE

Fonte: http://www.museudaeducacao.com.br/cfo-6/plano-educacional-de-brasilia/

> "Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais, em que as crianças se distribuem, entregues às atividades de 'estudo', de 'trabalho', de 'recreação', de 'reunião', de 'administração', de 'decisão' e de vida e de convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da 'escola tradicional' com os da 'oficina', do 'clube' de esportes e de recreio, da 'casa', do 'comércio', do 'restaurante', do 'teatro', compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais" (Teixeira, 1961:197).

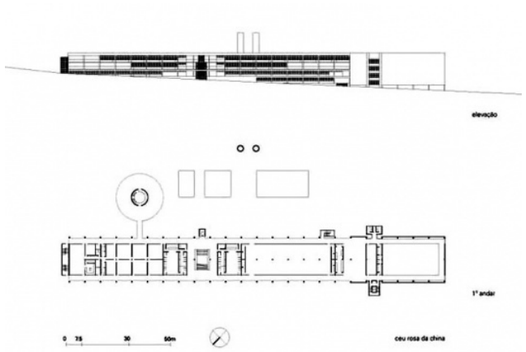
A concepção de educação integral esteve praticamente esquecida por cerca de 20 anos, sendo retomada apenas nas décadas de 1980 e 1990 através dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) idealizados por Darcy Ribeiro para o Rio de Janeiro durante o governo de Leonel Brizola. Já em São Paulo, no governo municipal de Luiza Erundina em meados da década de 1990 foram implementadas as Praças de Equipamentos Sociais, inspiradas nas Escolas-Parque de Anísio Teixeira. Locais públicos que reuniam educação, cultura, esporte, lazer, assistência social e saúde. E cerca de dez anos depois, as Praças resultaram nos CEUs (Centros Educacionais Unificados).

O projeto dos Centros Educacionais Unificados constituíram mais um capítulo na história da integração entre arquitetos e educadores com o objetivo de reverter o quadro da desigualdade no país a partir da influência de Anísio Teixeira. A equipe do EDIF, considerada herdeira do Convênio Escolar de Hélio Duarte, inaugurou em 2003 21 unidades tendo seu projeto arquitetônico coordenado pelo professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) Alexandre Delijaicov, a partir do Departamento de Edificações (EDIF) ligado à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da cidade de São Paulo.

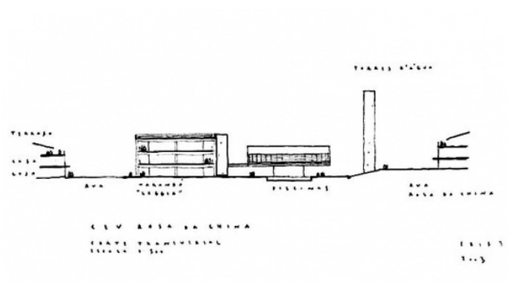
O programa era organizado e distribuído por três edificações base: uma edificação maior com formato de grelha ortogonal reunindo as salas de aula, refeitórios, biblioteca, programa de inclusão digital, padaria-escola, áreas para exposições e para a convivência, uma segunda edificação, menor, em forma de disco elevado do solo e abrigando a creche e uma terceira, um paralelepípedo de cinco andares, com teatro, ginásio esportivo e sala de ensaios musicais. Vários modelos de implantação puderam ser implementados e estudados a partir desses três volumes fixos de acordo com o local no qual se inseriram. O sistema construtivo de pré-moldados permitiu a agilidade necessária para a rápida implantação do programa, entretanto, Alexandre Delijaicov chegou a afirmar[64] que a utilização de elementos pré-fabricados foi um equívoco, pois fez com que a cultura construtiva local e também os trabalhadores das próprias comunidades que utilizam aquele espaço fossem desconsiderados e deixados de fora do processo de construção do equipamento. O fato de vir com as peças prontas para a região e a rápida montagem de grandes volumes, geralmente associados a construções fabris, somente desfavoreceu a apropriação cultural local. Apesar disso, em cada local que foi implantado um CEU em São Paulo, foi realizado um estudo buscando identificar e transformar a situação territorial da área a ser implantada, de acordo com suas necessidades particulares, buscando sempre a adaptação. A implantação dos Centros também foi acompanhada de infra-estrutura viária e de saneamento básico nas duas imediações, pontuando setores pobres da cidade. Os CEUs foram mais uma das experiências brasileiras que buscaram colocar os equipamentos escolares como ponte entre a urbanidade e as regiões carentes, com objetivo socializante.



CEU Paz. Fonte: http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/CEU-Paz--Informacoes--Gerais



CEU ROSA DA CHINA, planta e elevação. Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/517PR--REITORIA



CEU ROSA DA CHINA. Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/517PR-REITORIA

64 https://www.archdaily.com.br/br/896499/ceus-a-construcao-coletiva-do-espaco-publico



CEU ROSA DA CHINA. Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/517PR-REITORIA

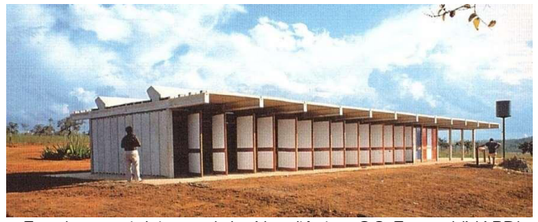


CEU BUTANTÃ . Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/517PR-REITORIA



CEU BUTANTÃ . Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/517PR-REITORIA

Escola transitória rural de Abadiânia - GO (Lelé)



Escola transitória rural de Abadiânia - GO. Fonte: LINARDI, 2017

João da Gama Filgueiras Lima (1932 - 2014), mais conhecido como Lelé, foi um arquiteto brasileiro que ao longo de quase 60 anos de profissão, foi responsável por unir com excelência a arte e a tecnologia em inúmeras obras pelo país. A obra arquitetônica de Lelé caracteriza-se especialmente pela busca da racionalização e da industrialização da arquitetura. Pode-se dividir sua experiência profissional em duas fases. Uma primeira marcada pelas grandes estruturas pré-fabricadas de concreto armado e uma segunda após a experiência na fábrica da Companhia de Renovação Urbana de Salvador (Renurb), em 1978, quando o arquiteto começa a trabalhar sistematicamente com a argamassa armada. Esse segundo momento tem como característica fundamental a produção em série e é nele que se encontra a Escola Transitória Rural de Abadiânia - GO (1982-1984).

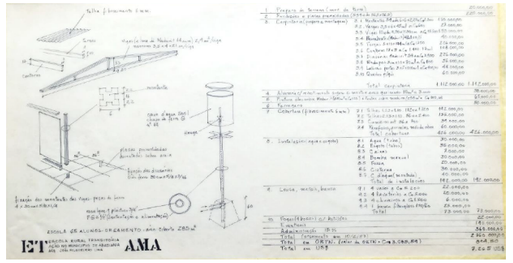
Em 1984 Lelé estava na condição de professor da pós-graduação da Universidade Católica de Goiás (UCG). O prefeito eleito da cidade de Abadiânia, GO, Vander Almada, uma pessoa de confiança de Frei Mateus Rocha, amigo de Lelé, propôs a ele e a um grupo de pessoas de outras áreas, como médicos e educadores, um projeto experimental para o âmbito rural da pequena cidade. A prefeitura realiza então uma parceria com a Universidade na qual Lelé lecionava e consegue uma verba, com a qual constitui a Fundação das Pioneiras Sociais. Foram construídas pequenas pontes, depois escolas e vários equipamentos de uso rural, que tinham como objetivo a capacidade de ser um modelo a ser seguido e repetido. O próprio arquiteto afirmou que foi em Abadiânia que obteve seu maior sucesso profissional, devido ao total envolvimento das pessoas com o projeto.[65] A participação de Lelé na gestão do prefeito Vander Almada em Abadiânia não se limitou à elaboração de projetos de equipamentos sociais como o da escola rural e de pequenas obras de infraestrutura urbana, mas também participou do planejamento municipal ao desenvolver um esboço de Plano Diretor para a cidade.

Ele realizou uma leitura de todo o território, de sua inserção regional e caracterização socioeconômica. Suas análises serviram também na locação da sua escola transitória modelo rural. Os diagnósticos e propostas do arquiteto eram feitos a mão e levavam no carimbo o nome "Programa de Ação no Município de Abadiânia - AMA " e também a sigla "FPS" de "Fundação das Pioneiras Sociais".

O "AMA" proposto por Lelé desdobrou-se ainda na implantação de uma fábrica de pré-moldados, a partir de um estudo de viabilidade econômica-financeira da tecnologia da argamassa armada e do concreto pré-fabricado em comparação com técnicas tradicionais em madeira, que eram comuns na região. A madeira apresentava problemas crescentes de escassez de matéria-prima, de manutenção e de custos. Foi a partir dessa linha que o arquiteto desenvolveu estudos de pontilhões, hospitais e das escolas rurais transitórias. Realizou croquis e orçamentos para escolas que abrigariam números diferentes de alunos e também técnicas diferentes para serem comparadas. Com muita dificuldade, conseguiu desenvolver e executar formas metálicas para o projeto da escola transitória em argamassa armada. Foram produzidas formas moduladas que se baseavam em fundações diretas (pequenas sapatas pré-moldadas para os pilares e piso em placas de cimento assentadas diretamente sobre a areia). O conjunto apresentava também regularidade de vãos entre os pilares (que apresentavam dupla função: estrutural e condução de águas pluviais), iluminação e ventilação baseados em amplos beirais com coberturas de telhas e sheds voltados para Sul, além da complementação do conforto térmico através de paredes duplas formadas por painéis em formato "C", todos esses elementos em argamassa armada. Teve um cuidado de Lelé para que as peças necessárias para a construção da escola fossem leves, capazes de serem carregadas por um ou dois trabalhadores juntos no máximo. A utilização da argamassa armada também proporcionou maior conforto ambiental, rapidez na produção e na execução e também independência produtiva, com a utilização de mão de obra não qualificada. Foram utilizados apenas materiais industrializados e largamente difundidos no país como telhas onduladas de fibrocimento e compensado de madeira plastificada.

65 LIMA, João Filgueiras. In: MENEZES, Cynara. João Filgueiras Lima: O que é ser arquiteto. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 57

O edifício escolar piloto da proposta foi pensado para 70 alunos e apresentava 285m². Foi executado no mês de setembro de 1983. A experiência foi seguida de uma publicação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o apoio da Universidade Federal de Goiás (UFG), uma cartilha, que apresenta o projeto de maneira completa e didática, evidenciando sua intenção de tornar aquela experiência reproduzível. A cidade de Abadiânia era pequena e contava com habitantes simples, havia a dificuldade de encontrar operários. Por isso a metodologia dos desenhos explicativos foi utilizada para ser alcançada pelas comunidades dos pequenos municípios que carecem de conhecimento técnico em construção. Uma característica importante da escola é a sua flexibilidade espacial interna e também sua transitoriedade, capacidade de desmontar e montar o edifício de acordo com a necessidade. Lelé assim a fez para que concordasse com a própria dinâmica efêmera do campo, devido ao uso da terra e dos interesses capitalistas, que impõem mudanças frequentes para os habitantes do campo.



Orçamento do projeto de uma Escola Transitória para 65 alunos com estrutura em madeira. Fonte: VALE, 2016



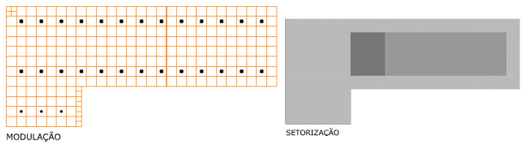
Croqui de perspectiva final do projeto de uma Escola Transitória para 30 alunos com estrutura em madeira. Fonte: VALE, 2016

É possível identificar a influência de Jean Prouvé no processo criativo de Lelé ao citarmos a baixa quantidade de peças utilizadas na escola, que possibilitam uma montagem manual, de baixa complexidade construtiva. A escola apresentava um peso total inferior a 45 toneladas e componentes menores que 5 metros, viabilizando seu transporte. do uma melhor ventilação e iluminação natural.

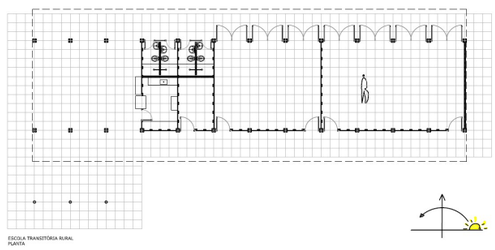
Apesar de sua estrutura parecer simplificada, apresentava uma impressionante qualidade espacial e de acabamento. Outra identificação é a de Richard Neutra no contexto da escola de Lelé, as escolas de Neutra apresentavam liberdade espacial, aberturas para jardins, muita luz e muito verde, assim como Lelé utilizou em Abadiânia. Os grandes beirais de dois metros que davam volta por toda a edificação protegiam as fachadas da insolação, mas causavam um prejuízo em relação a entrada da luz solar nas salas, o que foi resolvido com pequenos sheds na cobertura proporcionando uma melhor ventilação e iluminação natural.

Ao longos dos anos, Lelé fez uma revisão dos sheds da escola de Abadiânia, afirmando serem pouco eficientes devido a sua pequena dimensão, mas que foram projetados daquela maneira na época porque resultavam no aproveitamento máximo dos materiais, em dimensão e em peso, atendendo as condições de transporte e montagem manuais. Os pilares e as vigas foram projetados para apresentarem conexão hidráulica por simples encaixe. As vigas foram desenhadas com enorme rigor, apresentando secção em forma de "Y" para diminuir o peso das peças e também dimensão máxima de 5 metros. Internamente as salas eram divididas por lousas-biombo, permitindo a flexibilização das turmas facilitando a dinâmica de usos livres para a estrutura.

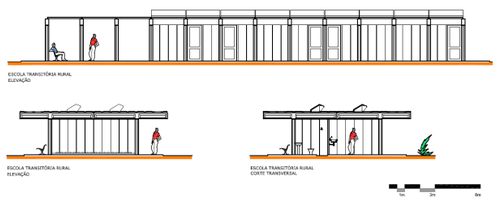
Estrutura e geometria. Fonte: MARQUES, 2012



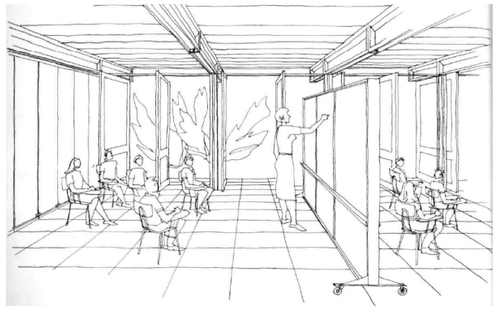
Modulação e Setorização. Fonte: MARQUES, 2012



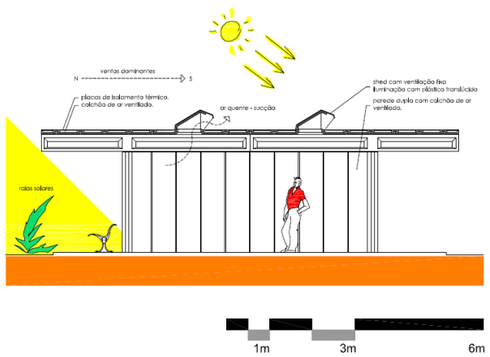
Planta. Fonte: MARQUES, 201212



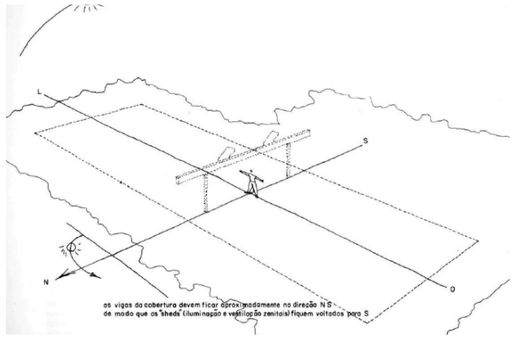
Elevações e corte. Fonte: MARQUES, 2012



Sala polivalente com divisória móvel de quadro de giz. Fonte: LIMA, 1984.



Corte para detalhe dos sheds. Fonte: MARQUES, 2012



Desenho realizado por Lelé para demonstrar que as vigas da cobertura deveriam ficar na direção Norte e Sul para que os sheds ficassem voltados para o Sul. Fonte: LIMA, 1984.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROJETO:
Área de ensino (2 ambientes divisíveis por dois quadros de giz sobre rodízios) - 92m², capacidade para 70 alunos;
Sala da professora - 7,90m²;
Cozinha - 7,90m²;
4 sanitários completos - 21m²;
Circulação e recreio cobertos - 155m²
Área total coberta - 285m²
Área total pavimentada - 420m²

Duas fábricas permaneceram montadas no município, uma para produzir peças para os pontilhões e outra para as escolas. A partir dos resultados da experiência, Lelé estava convicto que apenas 5 pequenas usinas de pré-fabricação seriam necessárias para atualizar e manter a rede física de ensino básico do Estado de Goiás. Desde que localizadas em pontos estratégicos e com uma aparelhagem melhor que a de Abadiânia, seriam capazes de atingir seus objetivos e com recursos financeiros incomparavelmente menores aquelas que seriam destinados para o mesmo fim utilizando de técnicas convencionais de construção. A fábrica de Abadiânia foi parte de um amplo plano de intervenção e de desenvolvimento urbano vinculado ao desenvolvimento social, educacional e técnico, além de contar com a mobilização dos próprios habitantes em sua execução.

A experiência de Lelé em Abadiânia abriu as portas para o seu trabalho no Rio de Janeiro. Sob o ponto de vista técnico, possibilitou a avaliação da argamassa armada na produção de componentes mais complexos e execução de edificações. Leonel Brizola chegou ao cargo de Governador do Estado do Rio (1983 - 1987) e tinha como vice Darcy Ribeiro. Darcy levou Brizola até Abadiânia para mostrar o trabalho de Lelé, e após sua visita, convida Lelé para implantar um programa de produção de escolas de pequeno e médio portes em comunidades carentes do Rio de Janeiro, dando origem a Fábrica de Escolas e Equipamentos Urbanos. Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) eram voltados para a educação em tempo integral e foram idealizados por Darcy Ribeiro e projetados por Oscar Niemeyer. Foram produzidas cerca de 200 escolas e devido a urgência para a implementação do programa, a tecnologia de Abadiânia foi repetida, quase que sem modificações, no Rio de Janeiro.

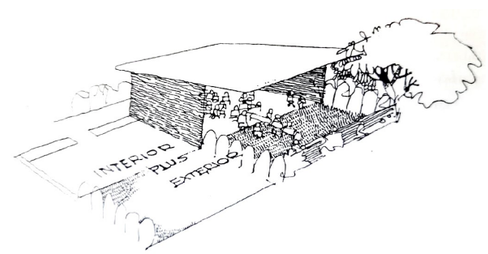
A influência de Richard Neutra nos prédios escolares brasileiros

O austro-americano Richard Joseph Neutra (Viena, 1892 - Wuppertal, 1970), foi um dos mais importantes arquitetos da terceira geração do movimento moderno. Formou-se em 1918 na Universidade Técnica de Viena, foi aluno de Adolf Loos, um dos responsáveis por alimentar nele a vontade de ir para a América, além de sua admiração pela máquina, a simplificação formal, a economia e a fabricação em série.[66] Em 1923 mudou-se para os Estados Unidos, tendo contato com arquitetos como Louis Sullivan, Frank Lloyd Wright e Mies van der Rohe. Teve uma carreira múltipla, marcando a arquitetura norte-americana, realizou projetos experimentais com diferentes técnicas construtivas, deixou um legado extenso de obras e também de livros publicados. Neutra viajou para muitos países discutindo a arquitetura moderna internacional, analisando e realizando registros das suas experiências e impressões. Suas obras expressam a busca por uma conciliação entre racionalização e adequação climática. O motivo de trazer sua produção como objeto de estudo pauta-se na influência de Richard Neutra na arquitetura escolar brasileira, principalmente na produção paulista, após sua visita ao país na década de 1950, no período pós-guerra.

Neutra definia sua prática arquitetônica como "Biorrealismo", demonstrando profundo interesse em entender as condições sociais e climáticas dos locais em que sua arquitetura seria implantada, adaptando os conceitos os do movimento moderno às diferentes necessidades, conectando a arquitetura e a natureza à própria humanidade e a saúde do homem. Característica que foi decisiva para ser escolhido em 1943 como consultor do "Committee on Design of Public Works" de Porto Rico. O resultado dessa adaptação da arquitetura moderna aos materiais, técnicas e climas local foi denominado "arquitetura do movimento". Neutra fez parte de um grupo que tinha como objetivo proporcionar a melhoria das condições sociais e econômicas da região, problemas gerados em sua maioria pelas guerras mundiais. Para entender melhor as questões regionais, em 1945 ele realiza viagens para alguns países da América Latina incluindo o Brasil, para compreender melhor as questões habitacionais e dos estabelecimentos de saúde e educação nas áreas rurais e urbanas dessas regiões. Os trabalhos de Richard Neutra na América Latina tiveram grande repercussão e resultaram na publicação do livro "Arquitetura social em países de clima quente", no Brasil, em 1948.

O livro foi utilizado pelos arquitetos modernos brasileiros como referência na construção de projetos de edifícios públicos, principalmente aqueles da rede de ensino.

Nele, o arquiteto dá continuidade às diretrizes propostas para a escola Corona, projetada em 1935 na Califórnia e também as propostas desenvolvidas em Porto Rico, reforçando a importância social dos edifícios escolares e destacando que aspectos como a constante de trocas de ar, a luminosidade, a visibilidade e as relações entre o interior e o exterior da edificação são capazes de favorecer o desenvolvimento educacional.[67] Ele monta uma espécie de manual arquitetônico com diretrizes que buscam adequar as edificações às condições climáticas locais e ao mesmo tempo a racionalização da construção, para o desenvolvimento de edificações mais econômicas e simples. As edificações escolares pensadas por ele iriam além das necessidades escolares básicas, a proposta das "salas-pátio" proporcionam aulas que se prolongam para um pátio exterior, através de portas pivotantes que se abrem horizontalmente e de vedações externas de vidro, isso destaca o contato com a natureza e a necessidade de demais serviços públicos para a comunidade. Neutra tinha o objetivo de trazer para a escola o foco também na saúde, no lazer, na culinária, nas atividades e na economia domésticas, nas artes e na ciência. Seu objetivo era de que a escola abrigasse outros eventos fora do horário letivo, como afirmou: "Assim, a escola rural teria dupla utilidade: servindo durante o dia como escola primária, à noite se transformaria em centro de atividades cultura e social para adultos, com a mais ampla participação da comunidade inteira" (NEUTRA, 1948, p. 52).



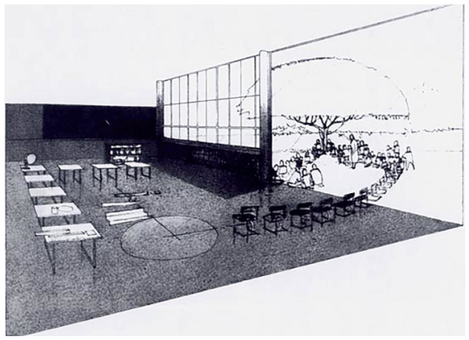
Desenho de Richard Neutra para escolas. Fonte: BERGANTIN, 2020

66 AZEVEDO, 2019, p. 4

67 FRAMPTON, 1997

As “salas-pátio” possuem preceitos parecidos com os das escolas ao ar livre, as “Open Air Schools”, projetadas na Europa nas décadas de 1920 e 1930 que tinham o objetivo de reduzir riscos de doenças e despesas com serviços de saúde. E além disso defender o edifício escolar como centro difusor de educação sanitária e de higiene pessoal. Dessa forma, deveriam apresentar espaços de saúde, como consultórios médicos e odontológicos voltados para os alunos e para toda a comunidade. Richard Neutra acreditava que ambientes de estudo diferenciados, voltado para atividades mais ativas e dinâmicas, fora dos procedimentos pedagógicos tradicionais, seriam capazes de estimular o aprendizado de uma forma mais efetiva. As portas que quando abertas atuavam como um beiral adicional a construção seriam capazes de gerar fluidez espacial entre os ambientes, transformando a área externa em espaço de aprendizado assim como o espaço interno. Sobre a disposição interna do edifício, acreditava ser indispensável adotar princípios de flexibilidade e adaptação, para que não se torne inadequado ou ineficiente com o tempo. As salas de aula deveriam apresentar formatos diferentes e variados o que permitiria uma dinâmica de turmas e de disciplinas.

> “Para Neutra, a natureza e a proximidade com a vegetação exercem forte influência na formação infantil possibilitando procedimentos pedagógicos mais informais e o desenvolvimento de atividades mais dinâmicas. O pátio atua como uma extensão natural da sala de aula, pois ao abrir as portas e janelas cria-se um ambiente contínuo e mais amplo. (LAMPRECHT, 2000, p. 80)



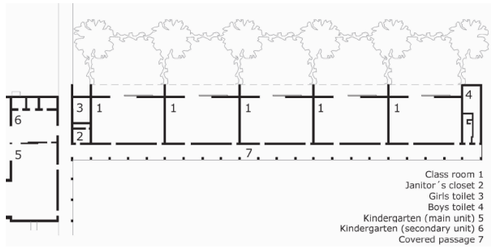
Desenho de Richard Neutra para uma sala de aula na Escola Emerson, Los Angeles, 1938. Fonte: BERGANTIN, 2020



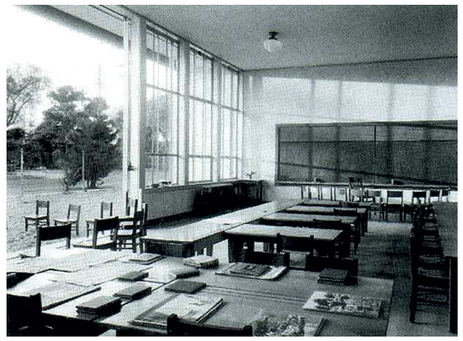
Escola Emerson, Los Angeles, 1938. Fonte: BERGANTIN, 2020



Salas de aula Kester Avenue School, 1951, Richard Neutra. Fonte: BERGANTIN, 2020



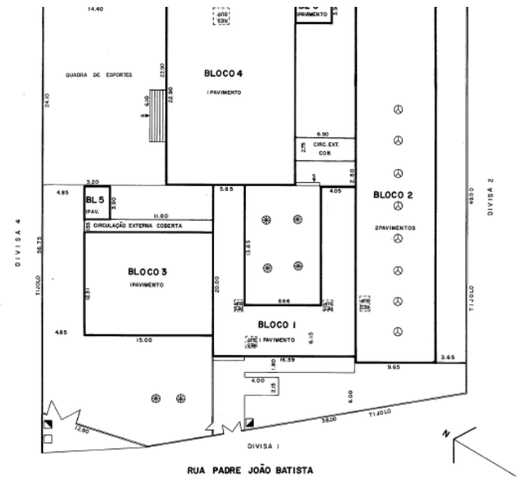
Planta da Escola Corona de Richard Neutra. Fonte: BERGANTIN, 2020



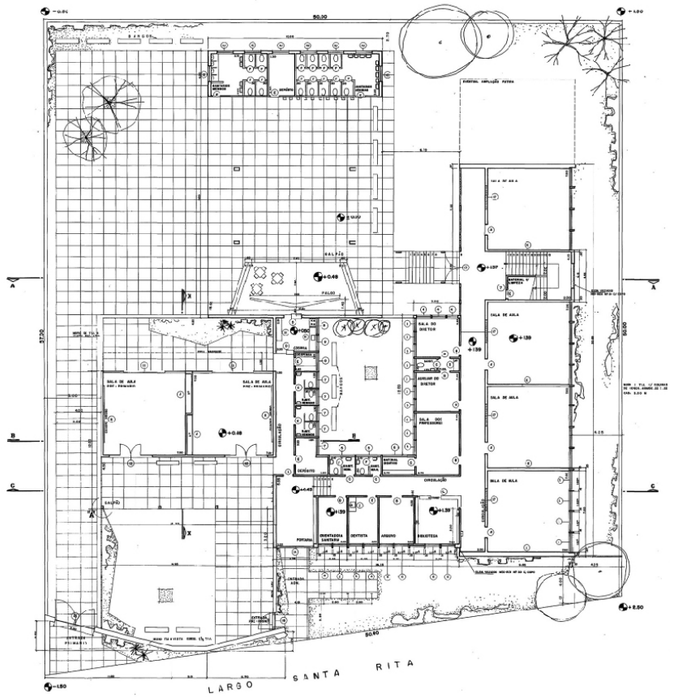
Interior da sala de aula na Escola Corona de Richard Neutra. Fonte: BERGANTIN, 2020

Com exceção dos princípios modernos que de destacavam nos projetos do Convênio Escolar (1954-1959), o estado de São Paulo, região mais desenvolvida e industrializada do cenário econômico nacional do período, produziu em sua grande maioria prédios públicos no estilo eclético e no neocolonial. O que veio a alterar com intensidade essa situação foi o Plano de Ação criado pelo governador do Estado, Carvalho Pinto. Através do Plano foram contratados arquitetos que seguiam a linha moderna e transformaram a arquitetura escolar do estado com a implementação de mais de 600 escolas de 1959 a 1963. Os projetos do Plano de Ação questionavam as concepções arquitetônicas e pedagógicas tradicionais, propondo uma nova linha com a criação de espaços coletivos que não somente proporcionavam esse tipo de uso, mas também simbolizavam o ideal de escola pública, universal e democrática. É possível identificar a influência do trabalho de Richard Neutra na arquitetura escolar paulista durante os projetos e construções do Plano de Ação de Carvalho Pinto. A Escola Maria Conceição Pires do Rio, localizada na cidade de Aparecida do Norte é um exemplo.

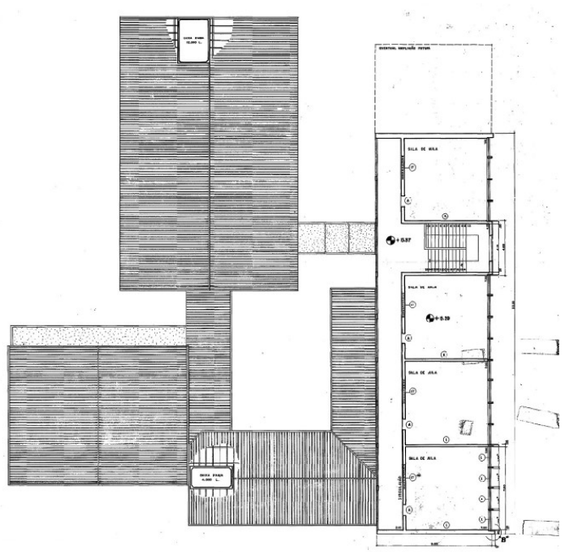
Projetada pelo arquiteto Kurt Hollander, a escola apresenta três grandes blocos setorizados por suas funções. O primeiro, em formato de “U”, que originalmente abrigava as salas administrativas, sanitários, uma sala para atendimento odontológico e um pátio central impermeabilizado. O segundo bloco apresenta dois pavimentos de salas de aulas, orientadas à sudeste, com amplas aberturas, ventilação cruzada e uma área de circulação fechada por elementos vazados. O terceiro bloco, também destinado a salas de aula, contém duas salas-pátios para crianças do jardim de infância e aberturas paralelas, que favorecem a ventilação cruzada e o contato com o ambiente externo. Estas salas possuem dois pátios, um para cada abertura. Atualmente, estas salas de aula são salas de informática, uma das aberturas foi fechada e foi construído também um anexo, uma cobertura sustentada por pilares de tijolo aparente, utilizada pelas crianças para atividades de pintura. Hollander projetou também um bloco que abriga o pátio coberto principal, que integra e dá acesso aos blocos administrativos, ao bloco dois de salas de aula, à quadra esportiva descoberta, aos sanitários, à cozinha e projetou nele um palco para apresentações e eventos escolares. Ao passar dos anos foram construídas novas salas de apoio no pátio principal, mais salas de aula e um anfiteatro. A fachada principal do edifício também foi alterada, com a construção de um espaço para que os alunos pudessem armazenar suas bicicletas. O projeto original, com bastante detalhes, mostram o uso em grande proporção de elementos vazados nas fachadas, dos tijolos a vista e também das esquadrias de ferro, algumas com sete metros de comprimento.



Distribuição em blocos das atividades na Escola Maria Conceição Pires do Rio. Fonte: BERGANTIN, 2020



Implantação Escola Maria Conceição Pires do Rio, Kurt Hollander.
Fonte: BERGANTIN, 2020



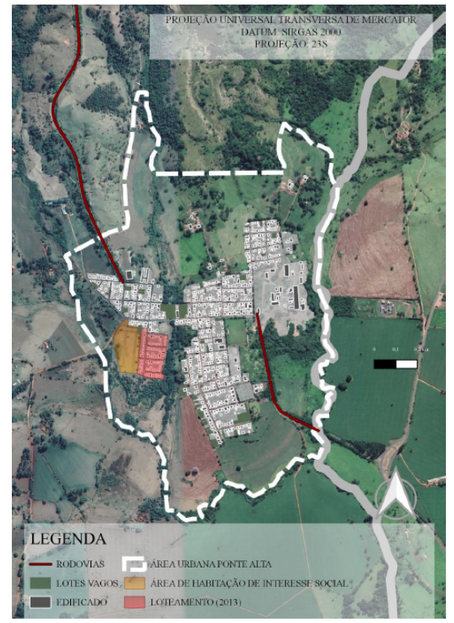
Primeiro pavimento Escola Maria Conceição Pires do Rio, Kurt Hollander.
Fonte: BERGANTIN, 2020

4 . PONTE ALTA

Sobre o distrito

A partir da análise do desenvolvimento do rural da cidade e dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas rurais vigentes de Uberaba, foi possível identificar que o distrito de Ponte Alta, um dos núcleos de desenvolvimento da cidade, apresenta uma grande necessidade de formulação de uma escola que seja capaz de contemplar a grande demanda de alunos tanto para a educação básica e o ensino fundamental, quanto para ensino médio em um só local.

O distrito de Ponte Alta localiza-se a 40 km da cidade de Uberaba, próximo a rodovia BR 262, que liga o Espírito Santo ao Mato Grosso do Sul. A origem do distrito está ligado a implantação de uma fábrica de cimento numa área de cento e quarenta e quatro hectares, na região que era denominada "Buracão", na Serra Ponte Alta, por volta de 1950[68] devido ao fato da região ser rica em pedras calcárias de fácil extração, o que facilita a produção de cal virgem. A vinda da Fábrica de Cimento Ponte Alta possibilitou o surgimento de empregos e expansão do comércio da região. Para seu estabelecimento efetivo foi necessária a instalação de uma usina hidrelétrica próxima a região para atender a demanda de energia e também a construção de um ramal ferroviário ligando a localidade de Ponte Alta aos trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro que, na época, trafegava com o ramal Uberaba-MG à cidade de Franca-SP. A necessidade de mão de obra trouxe para a região operários de diferentes áreas do país, que constituíram a formação demográfica do distrito. Atualmente, tem como principal fonte de renda a agropecuária, tendo leite, milho, soja, hortaliças, cana de açúcar e bois para recria e engorda como seus principais produtos. Pela Lei Estadual n.º 6.769, 13-05-1976, foi criado oficialmente o distrito de Ponte Alta e anexado ao município de Uberaba. Com uma população estimada de 2500 habitantes[69] a localidade tem uma estrutura de apoio modesta, mas acolhedora, e para o suporte dos inúmeros visitantes que ali se dirigem aos finais de semana para passeios e banhos de cachoeiras.[70]



Evolução da consolidação urbana: 2006 a 2011.
Fonte: OLIVEIRA, 2021

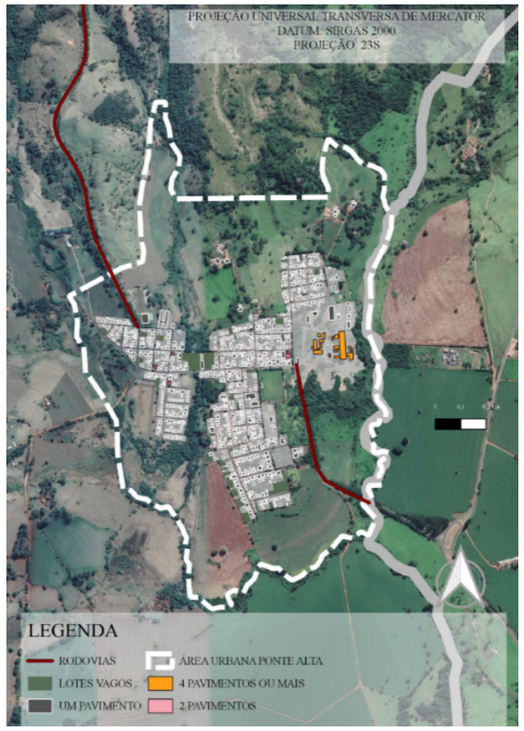


Sistema ambiental e sistema de espaços livres.
Fonte: OLIVEIRA, 2021

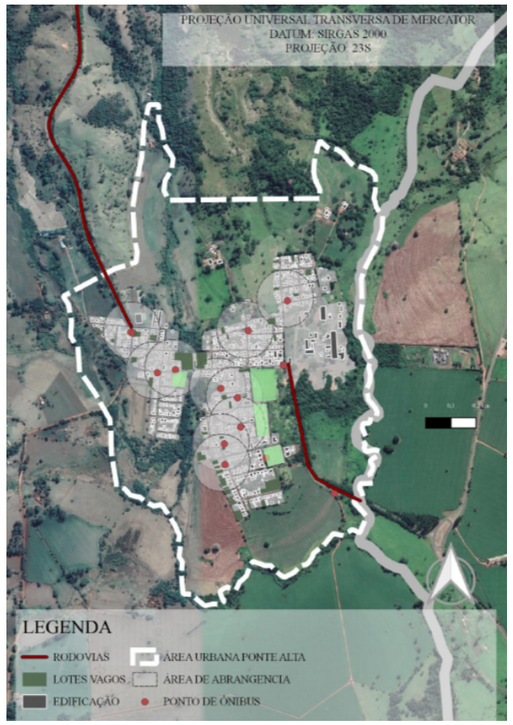
68 Fábrica de Cimento Ponte Alta. Uberaba em Fotos. 21 set. 2021. Disponível em: https://www.uberabaemfotos.com.br/2021/09/fabrica-de-cimento-ponte-alta-uma.html#:~:text=A%20%C3%A1rea%20adquirida%20no%20munic%C3%ADpio,Flam%C3%ADnio%20Fantini%2C%20um%20emigrante%20italiano. Acesso em: 11/03/2022

69 IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama. Acesso em: 01 abril 2022

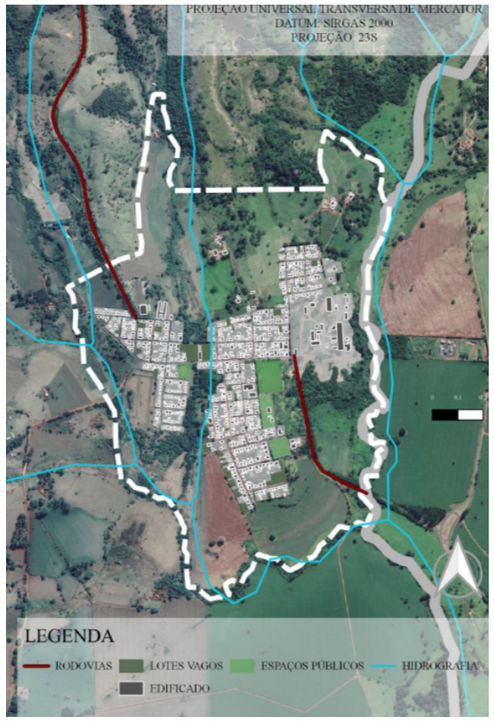
70 Comunidades Rurais. Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,107. Acesso em: 11/03/22



Gabarito. Fonte: OLIVEIRA, 2021.



Mobilidade. Fonte: OLIVEIRA, 2021.



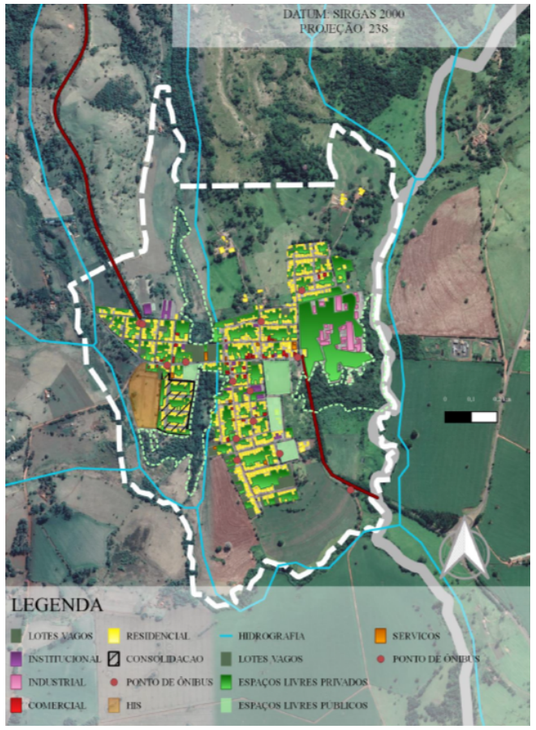
Hidrografia. Fonte: OLIVEIRA, 2021.



Figura fundo. Fonte: OLIVEIRA, 2021



Uso do solo. Fonte: OLIVEIRA, 2021.



Síntese. Fonte: OLIVEIRA, 2021.

Em relação a sua evolução urbana de 2006 a 2021 foi possível identificar um novo loteamento, realizado em 2013 localizado na parte oeste do perímetro urbano do distrito e também uma nova área ao lado do loteamento como área de habitação de interesse social. Seu sistema ambiental e sistema de espaços livres apresenta três principais áreas de APP com vegetação nativa densa, além de numerosas pequenas áreas verdes. Aponta também que os espaços públicos encontram-se próximos e em uma região que poderia ser chamada de central da cidade. O gabarito das edificações são em sua maioria de 1 pavimento, com algumas exceções de 2 pavimentos e apenas a fábrica de cimento apresenta 4 pavimentos ou mais. O distrito encontra-se próximo ao Rio Ponte Alta e é circundado por córregos, uma região propícia ao turismo de cachoeiras. Tratando-se de mobilidade, apresenta alguns pontos de ônibus ao longo da sua malha urbana, que não cobrem todo o perímetro, deixando diversas regiões sem cobertura, principalmente de áreas que encontram-se nas bordas do distrito. A mancha industrial na região leste de Ponte Alta é um contraste enquanto ao uso predominantemente residencial da localidade. A rua perpendicular à indústria, corta o distrito por toda sua extensão e apresenta o nome de Rua do Comércio, leva esse nome por apresentar uma maior densidade de edifícios comerciais e também de serviços do que o resto de Ponte Alta.

Apresenta duas escolas em funcionamento. A Escola Municipal Gastão Mesquita Filho, localizada a noroeste da malha urbana, e a Escola Estadual Aloísio Castanheira, na área central. A E. M. Gastão Mesquita Filho oferta o ensino fundamental, na modalidade regular e integral, o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e também o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Diferentemente das outras escolas municipais rurais da cidade de Uberaba, a Escola Municipal de Ponte Alta não apresenta parceria com alguma escola estadual da cidade para ofertar o Ensino Médio durante o período da noite e também não oferta a modalidade de Educação Infantil. É o distrito com maior densidade populacional e podemos ver que sua dinâmica também segue padrões diferentes. Como consequência disso, vemos que uma maior demanda por educação levou à criação em 2009 da Escola Estadual Aloísio Castanheira, que oferta apenas o Ensino Médio, durante a manhã e à tarde. Apresenta apenas 4 salas de aula e seu espaço físico foi uma doação da Igreja Católica localizada ao lado de sua edificação. A E. M. Gastão Mesquita Filho apresenta dentre todas as escolas rurais o maior número de matrículas, sendo 312 em 2020.

Uma demanda alta mesmo sem apresentar a Educação Infantil. Sua estrutura datada de 1980 recebeu reformas assim como as outras escolas rurais, para conseguirem se adequar ao crescente número de alunos. Foi extraído de seu Projeto Político Pedagógico a seguinte tabela sobre a opinião da escola em relação a sua infra-estrutura:

Padrão de Infra-estrutura	PRECISA MELHORAR
Adaptação para pessoas com necessidades. especiais	Melhorar e ampliar
Ambiente físico para a biblioteca	Melhorar e informatizar.
Ambiente físico para o laboratório de Ciências	Montar e manter
Quadra esportiva não-coberta (1)	Manter e melhorar
Quadra esportiva com cobertura e com iluminação (II)	Manter e melhorar
Refeitório coberto e mobiliado	Melhorar e ampliar
Cozinha equipada e despensa para armazenagem	Ampliar
Água potável, esgoto sanitário e energia elétrica.	Melhorar os sanitários; montar central de água (bebedouros)
Salas de aula mobiliadas e com claridade natural	Conserto de ventiladores, carteiras mais resistentes, mesa e armários para os professores.
Laboratório de Informática	Melhorar
Instalações adequadas para os gestores da escola	Melhorar.
Administração escolar informatizada	Melhorar e integrar
Sala para multimídia	Projetar e executar
Sala de recursos multifuncionais / AEE	Possui 1 sala, porém necessita de ampliação
Sanitários adaptados para alunos com necessidades especiais.	Possui 2, 1 masculino e 1 feminino
Sinalização táctil, sonora e visual.	Projetar e executar
Cadeira de rodas e outros	Adquirir
Transporte escolar adaptado aos portadores de necessidades especiais.	Contratar

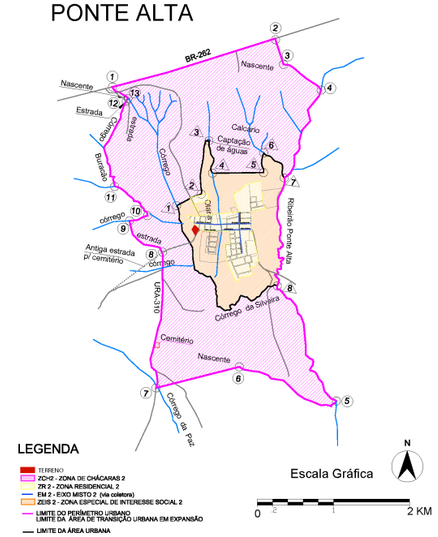
Dessa forma, pode-se reafirmar a necessidade de uma escola que contemple a todos os alunos do distrito com um ambiente físico preparado e que incentive o estudo no meio rural.

Escolha do terreno e legislação

O terreno escolhido encontra-se no cruzamento entre a Rua do Comércio (principal avenida do distrito), a Rua São Jorge (rua que liga o distrito à rodovia BR 262) e a estrada de terra que liga Ponte Alta à Peirópolis. Facilitando o acesso por distintas regiões, além de proporcionar um caminho fácil para que alunos advindos de outros distritos também possam frequentar a escola. Localiza-se na região oeste do distrito, região para a qual a população se estendeu nos últimos anos, com o novo loteamento citado anteriormente, em um terreno no perímetro da malha urbanizada, contribuindo para descentralização dos equipamentos públicos de Ponte Alta. A instalação de um equipamento público nessa região, atrairia para o entorno a construção de novas residências, de comércios e de serviços, além de novos pontos de ônibus, pavimentação de novas ruas, novos pontos de ônibus, um progresso na infra-estrutura geral de todo o entorno.

O terreno é um bem da prefeitura. De acordo com o zoneamento de Ponte Alta, encontra-se na área "ZEIS 2 - Zona Especial de Interesse Social 2" como pode-se identificar no mapa a seguir:

PONTE ALTA



Zoneamento de Ponte Alta. Fonte: Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.saudeativauberaba.com.br/portal/conteudo,46579. Acesso: 07/2022

Dessa forma, foi respeitada a legislação específica para esse zoneamento. Em relação aos afastamentos, considerando que o terreno localiza-se em uma via coletora, tem seu tipo classificado como "demais usos" e tendo até dois pavimentos, foram seguidos os seguintes parâmetros em relação aos afastamentos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA
Secretaria Municipal de Governo
UBERABA
REVISÃO PLANO DIRETOR 2017/2018

QUADRO 3 - AFASTAMENTOS MÍNIMOS

PARA ZONAS RESIDENCIAIS 2 E 3 (ZR2 E ZR3), ZONAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (ZCS), ~~1 e 2 (ses), ses3), zonas setrus 1 e 3 (zm 1 e zm3)~~ ZONA MISTA ~~EIXO SETOR (E, 2, T E 4)~~, ZONA ESPECIAL 2 (ZEIS2), ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL 2 (ZEIS 2) ~~3 e 4 3e (zeis 2a 4 zeis 2e)~~ E ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE CULTURAL (AEIC). (NR)

PARA DEMAIS ZONAS CONSULTAR O QUADRO 1 DO ANEXO II DESTA LEI.

CLASSES VIÁRIAS	Tipo de uso	Nº DE PAVIMENTOS					
		Até 2 pavtos			Acima de 2 pavtos		
		Frontal (complementação da largura do passeio)	Frontal (após complementação da medida do passeio)	lateral e de fundos	Frontal (complementação da largura do passeio)	Frontal (após complementação da medida do passeio)	lateral e de fundos
Vias locais	residencial	*Complementação da medida de 3,50 0,50m na largura do passeio, contada a partir do meio-fio, ~~exceto para ZCS1 e ses no trevo (e consolidados notoriamente à existência do primeiro Plano Diretor de Uberaba (1965), cuja complementação deverá ser de 0,00m contada a partir do meio-fio~~ (NR)	Sem abertura de vão: 0m Com abertura de vão: 1,5m	Sem abertura de vão: 0m Com abertura de vão: 1,5m	*Complementação da medida de 2,50 0,50m na largura do passeio, contada a partir do meio-fio, ~~exceto para ZCS1 e ses no trevo (e consolidados notoriamente à existência do primeiro Plano Diretor de Uberaba (1965), cuja complementação deverá ser de 0,00m contada a partir do meio-fio~~ (NR)	Afastamento Escalonado obrigatório de 1,50m a cada 2 pavimentos, até o limite de 4,00m Para usos não residenciais e comerciais de apoio rodoviário o afastamento frontal de 6,00 m. (NR)	Até 4 pavtos: Sem abertura de vão: 0m Com abertura de vão: 1,50m, sendo que se nos fundos existir compartimento de permanência prolongada: 2,00m. A partir do 5º pavimento com ou sem abertura de vãos o afastamento obrigatório é de 3,00m.
	demais usos		Com ou Sem abertura de vão: 0m				
	misto		Ver art. 73				
Vias coletoras e vias parque (Eixo Misto 2 e 3) (ZCS2) (NR)	residencial	*Complementação da medida de 3,50, 0,50m na largura do passeio, contada a partir do meio-fio, ~~exceto para ZCS1 e ses no trevo (e consolidados notoriamente à existência do primeiro Plano Diretor de Uberaba (1965), cuja complementação deverá ser de 0,00m contada a partir do meio-fio~~ (NR)	Sem abertura de vão: 0m Com abertura de vão: 1,5m	Sem abertura de vão: 0m Com abertura de vão: 1,5m se nos fundos existir compartimento de permanência prolongada: 2m	*Complementação da medida de 3,00, 0,50m na largura do passeio, contada a partir do meio-fio, ~~exceto para ZCS1 e ses no trevo (e consolidados notoriamente à existência do primeiro Plano Diretor de Uberaba (1965), cuja complementação deverá ser de 0,00m contada a partir do meio-fio~~ (NR)		
	demais usos		Com ou Sem abertura de vão: 0m				
	misto		Ver art. 73				
Vias arteriais (ZM1) (Eixo Misto 1 e 4) (NR)	residencial	*Complementação da medida de 4,50, 0,50m na largura do passeio, contada a partir do meio-fio, ~~exceto para ZCS1 e ses no trevo (e consolidados notoriamente à existência do primeiro Plano Diretor de Uberaba (1965), cuja complementação deverá ser de 0,00m contada a partir do meio-fio~~ (NR)	Sem abertura de vão: 0m Com abertura de vão: 1,5m		*Complementação da medida de 4,50 0,50m na largura do passeio, contada a partir do meio-fio, ~~exceto para ZCS1 e ses no trevo (e consolidados notoriamente à existência do primeiro Plano Diretor de Uberaba (1965), cuja complementação deverá ser de 0,00m contada a partir do meio-fio~~ (NR)		
	demais usos		Com ou Sem abertura de vão: 0m				
	misto		Ver art. 73				

Quadro de afastamentos na Lei de uso e ocupação do solo. Fonte: Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.saudeativauberaba.com.br/portal/conteudo,46579. Acesso: 07/2022

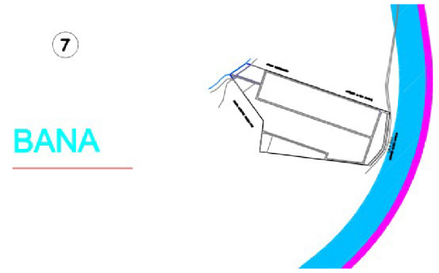
Ou seja, afastamento frontal mínimo: 1,5m com calçada mínima de 2m; afastamentos laterais e de fundo: 1,5m no caso de aberturas. Considerando seu tipo de uso e o tamanho do lote, foi possível identificar também que a testada mínima do lote é de 10 metros e que sua taxa de ocupação máxima é de 70%.

Quadro 1 - Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas

Zonas Urbanas	usos permitidos	lote mínimo [m2]	testada mínima [m]	afastamento frontal [m]	afastamentos laterais e de fundos [m]	taxa de ocupação máxima	nº de pavimentos máximo	coeficiente de aproveitamento do terreno	altura máxima [m]
~~ZEIS 2A~~ ~~ZEIS 2B~~ ZEIS 2 (NR)	residencial unifamiliar ou multifamiliar horizontal	200	10	Ver Quadro 3, no Anexo II desta Lei	Ver Quadro 3, no Anexo II desta Lei	70%	2	Ver Quadro 5, no Anexo II desta Lei	igual à altura equivalente ao nº máximo de pavimentos
	comercial e de serviços								
	industrial de pequeno porte								
	residencial unifamiliar ou multifamiliar horizontal	200	10	Ver Quadro 3, no Anexo II desta Lei	Ver Quadro 3, no Anexo II desta Lei	70%	2	Ver Quadro 5, no Anexo II desta Lei	igual à altura equivalente ao nº máximo de pavimentos
	residencial multifamiliar vertical	450 (AC)	10				4		
	comercial e de serviços	~~300~~ 450 (NR)							
	industrial de pequeno porte								

Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo. Fonte: Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.saudeativauberaba.com.br/portal/conteudo,46579. Acesso: 07/2022

Para encontrar o coeficiente de aproveitamento do terreno foi necessário compreender que Ponte Alta está classificada como "Macrozona de transição" em relação ao macrozoneamento da cidade de Uberaba. Essa macrozona é constituída por áreas nas franjas das zonas urbanas consolidadas, para instalação de atividades rurais de baixo impacto ambiental.



Recorte do mapa de macrozoneamento de Uberaba. Fonte: Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.saudeativauberaba.com.br/portal/conteudo,46579. Acesso: 07/2022

E assim, ao analisarmos a tabela disponível no Plano Diretor da cidade, temos que para demais usos e para um lote acima de 450m² o coeficiente é de 0,3.

MACROZONAS URBANAS	Aproveitamento do terreno				
	Mínimo	Básico			Máximo (1)
		/ lotes até 250m²	/ lotes entre 250m² e 450m²	/ lotes acima de 450m²	/ lotes acima de 450m²
G - Macrozona de Transição	--	0,1* 0,3**			--

(1) - para aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir e para imóveis receptores da Transferência do Direito de Construir

(2) - De acordo com as normas do órgão responsável pelo Aeroporto

* - para uso residencial
** - para demais usos
*** - somente para usos não residenciais

Recorte da tabela de coeficiente de aproveitamento. Fonte: Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.saudeativauberaba.com.br/portal/conteudo,46579. Acesso: 07/2022

Segundo o código de edificações vigente sobre a região, os estabelecimentos de ensino devem apresentar espaços de acesso e circulação de pessoas com largura mínima de 1,5 m e quando houver salas de ambos os lados 2,5 m. As escadas de uso comum ou coletivo terão largura mínima igual as larguras dos seus acessos, degraus com largura mínima de trinta centímetros e altura máxima de dezessete centímetros.[71] A largura das rampas segue a mesma lógica das escadas e sua declividade máxima é de 8%. O artigo 173 complementa as normativas acerca das escolas:

IV - as rampas de uso comum ou coletivo terão largura mínima igual as larguras dos seus acessos e declividade máxima de 8% (oito por cento).

Art. 173. As edificações deverão dispor de:

I - instalações sanitárias para uso dos alunos e dos empregados, devidamente separadas por sexo, na proporção de 1 (um) para cada grupo de 40 (quarenta) pessoas;
II - as salas de aula não poderão ter comprimento superior a 2 (duas) vezes a largura;
III - os vãos deverão ser protegidos por dispositivos que corrijam o excesso de iluminação;
IV - a distância de qualquer sala de aula, trabalho, leitura, esporte ou recreação até a instalação sanitária, mais próxima, não deverá ser superior a 60 m (sessenta metros).

Parágrafo único. As edificações para ensino pré-escolar ou similar não poderão ter mais de 1 (um) pavimento, admitindo-se pavimentos em níveis diferentes, quando se tratar de solução natural em função da topografia do terreno.

Art. 173 do Código de Edificações. Fonte: Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.saudeativauberaba.com.br/portal/conteudo,46579. Acesso: 07/2022

Já no Artigo 115 temos algumas deliberações importantes em relação ao dimensionamentos dos ambientes escolares:

V - Uso Institucional:

a) Escolas:

1 - Salas de aula: 1 (uma) pessoa por 1,20 m² (um metro e vinte decímetros quadrados) de área da sala de aula;
2 - Laboratórios: 1 (uma) pessoa por 4 m² (quatro metros quadrados) de área;
3 - Administração: 1 (uma) pessoa por 7 m² (sete metros quadrados) de área.

b) Locais de reuniões esportivas, religiosas, culturais, recreativas e similares:

1 - com assento fixo: 1 (uma) pessoa por 1,50 m² (um metro e cinquenta decímetros quadrados) de área;
2 - sem assento fixo: 1 (uma) pessoa por 0,80 m² (oitenta decímetros quadrados) de área;
3 - em pé: 1 (uma) pessoa por 0,30 m² (trinta decímetros quadrados) de área:
4 - parques de diversões: 1 (uma) pessoa por 0,50 m² (cinquenta decímetros quadrados) de área.

Art. 173 do Código de Edificações. Fonte: Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.saudeativauberaba.com.br/portal/conteudo,46579. Acesso: 07/2022

71 SUB SEÇÃO I - DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Todas as determinações apresentadas, o Plano Diretor, o Código de Edificações, a Lei de uso e ocupação do solo e demais legislações acerca do terreno e da utilização como equipamento escolar público foram utilizadas na produção do projeto. Durante a leitura desses documentos também foi possível constatar (Art. 231) que o conjunto urbano de Ponte Alta é uma zona denominada Área Especial de Interesse Cultural - AEIC englobando também o prédio da antiga fábrica de cimento e o casario correspondente. A legislação reforça a importância de favorecer o acesso aos serviços urbanos e aos equipamentos públicos para toda a população, promovendo oportunidades equânimes de bens e facilidade e reitera a necessidade da qualificação das vias e a implantação de equipamentos sociais e de lazer nos Núcleos de Desenvolvimento como Ponte Alta.

5 . PROJETO



Conceito

O objetivo do projeto é ser a base física compatível para que a educação ofertada dentro de suas estruturas seja de alta qualidade, eficiente e proporcione o protagonismo do jovem do meio rural. Acreditando que um ambiente escolar bem estruturado contribui para a redução do êxodo educacional, que ocorre quando os alunos do meio rural precisam ir para o meio urbano para usufruírem de políticas públicas essenciais, o projeto tem o anseio de valorizar o conhecimento do homem campo e possibilitar as mesmas oportunidades dos jovens que estão nas cidades aos jovens que estão no meio rural.

Pautada em preceitos de Anísio Teixeira, o projeto procura ofertar o ensino público, laico e gratuito, apresentando também a educação integral. Apesar de não se dividir em dois programas diferentes, como nos projetos de Anísio para as Escola-classe e Escola-parque, o programa arquitetônico se inspirou em unir ao ensino tanto atividades de caráter profissionalizante quanto de caráter socializante. Em uma proporção menor, os alunos teriam ambientes diversos para desenvolverem atividades pedagógicas e permanecerem o dia na escola. São propostos além das salas de aula, locais como a quadra poliesportiva coberta, piscina, auditório, biblioteca, laboratórios, horta, pátio coberto e áreas ao ar livre. A implantação setorizada do projeto e sua disposição no terreno também remetem às Escolas-parque de Salvador e de Brasília, com as edificações dispostas ao redor de um grande pátio verde descoberto, possibilitando caminhos variados entre as edificações e espaços vazios para abrigar eventos temporários, como por exemplo feiras e festas típicas da própria escola ou da região.



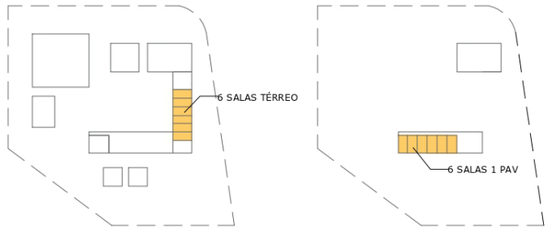
esquema de usos do térreo
1-750



esquema de usos do primeiro pavimento
1-750

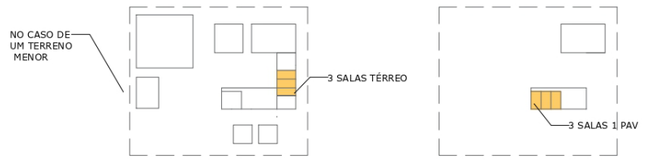
O conceito do projeto não parte da presunção de ele se repetir inteiramente sem alterações em outras localidades para sanar a falta de equipamentos como o projeto de Lelé para Abadiânia. Com o estudo feito foi possível concluir que o problema das escolas rurais em Uberaba - MG está na qualidade das edificações e do ensino e não na quantidade de escolas. Mas sua setorização e disposição o torna possível de se repetir de um modo mais aproximado ao conceito dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), no qual seria possível a repetição desde que seja executado um estudo prévio buscando identificar a área a ser implantada e a adaptação do projeto na nova localidade. A implantação foi construída pensando em possibilitar outras articulações de projeto pedagógico com um número diversificado de salas, caso seja necessário, assim como era pensado por Lelé e por Anísio Teixeira. Como as salas de aulas foram dispostas lateralmente tanto no térreo quanto no primeiro pavimento, faz-se possível diminuir o número de salas de ambos os locais (possibilidade 1), deixando a escola com 6 salas de aula, ou eliminar completamente o primeiro pavimento, deixando apenas as salas no térreo (possibilidade 2) como ilustrado nos esquemas a seguir:

como está:



térreo 1 pav

possibilidade 1:



térreo 1 pav

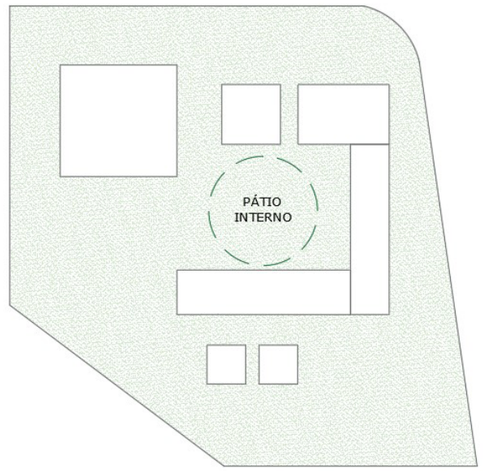
possibilidade 2:



térreo 1 pav

Esses são apenas alguns exemplos das variadas possibilidades que são viáveis a partir da implantação desenhada para a escola rural. Outra diretriz tomada para o projeto, foi a de utilizar a alvenaria convencional para seguir a mesma linguagem das demais escolas rurais, mas também pelo fato da cidade ter sido fundada por uma fábrica de cimento, da região ser rica nesse material, além de possibilitar com que a mão de obra da própria cidade participe da construção da escola, aumentando o sentimento de pertencimento, a rapidez da execução e uma certa independência produtiva. A proposta busca abrir os portões da escola para a comunidade a fim de transformar a cidade em um local mais igualitário, busca romper a desagregação entre escola e o território da cidade comum de se ver tanto na cidade quanto no campo, além de incentivar uma maior participação dos pais na vida escolar dos filhos.

O projeto busca ser palco de um ensino contextualizado e significativo. Tendo a consciência de que a infra-estrutura da escola é apenas um dos eixos estruturadores para conseguir uma educação de qualidade. Segundo a arquiteta e professora da Unicamp Doris Kowaltowski, o ambiente escolar deve dialogar diretamente com o projeto pedagógico e ser projetado com a participação da comunidade. Segundo o arquiteto uruguaio Pedro Barrán a arquitetura tem que dar a possibilidade de a educação ser mais flexível, possibilitando um ambiente escolar onde seja possível a coexistência de várias formas de aprendizado, abrindo oportunidades para diferentes dinâmicas.



Esquema de implantação com ênfase no pátio interno.
Fonte: autora.

Programa

> Arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (FRAGO; ESCOLANO; 1998)

A educação escolar rural hoje em Uberaba é vista como uma aresta da educação urbana, transmite valores, ideologias, conteúdos e utiliza-se de metodologias que não contemplam as realidades e vivências dos educandos das escolas rurais. Além de descaracterizar a cultura e a identidade deste meio, estas práticas são dissociadas dos interesses cotidianos dos alunos. O projeto busca abranger a educação convencional, as matérias que são lei pela prefeitura, mas também propor um ambiente com espaços novos, versáteis, espaços lúdicos, auditório, locais de encontros coletivos, música, dança, teatro, acessibilidade, tecnologia e inclusão.

ADMINISTRAÇÃO
Recepção
Direção
Vice-direção
Coordenação
Secretaria
Sala dos professores

ENSINO
Salas de aula
Recursos multifuncionais
Laboratório de informática
Laboratório de ciências da natureza
Laboratório de ciências agrárias

SERVIÇOS
Quadra poliesportiva
Vestiários
Sanitários
Piscina
Enfermaria
Auditório
Biblioteca
Cozinha e lanchonete
DML

ESTRUTURA
Pátio descoberto
Pátio coberto
Horta

Memorial

A fim de proporcionar uma conexão entre a cidade e a escola, em sua entrada principal, pela Avenida do comércio, é projetada uma praça pública, podendo abrigar equipamentos ao ar livre como parques infantis, aparelhos de academia, bancos, eventos e ser local de leitura para a biblioteca que se encontra dentro da escola, mas que tem o objetivo de ser aberta ao público, já que o distrito de Ponte Alta não apresenta biblioteca. A entrada principal da escola é recuada e encontra-se entre o edifício da quadra e o administrativo, locais que apresentam maior propensão a ter o acesso da população. É também na Avenida do comércio que se encontra a entrada do auditório e da biblioteca.



O volume da quadra é formado por um grande quadrado de elevada altura que tem suas laterais em alvenaria e em duas dela, uma virada para a rua e outra para a escola, uma parede de alvenaria até a altura de quatro metros e o resto composto por venezianas industriais translúcidas, um elemento comprado pronto e fácil de instalar que proporciona iluminação e ventilação natural dentro do volume. Seu acesso se dá próximo a entrada da escola, mas também apresenta outros três acessos, um próximo a piscina e outros dois que dão para o jardim lateral da escola e servem também como saídas de emergência. Dentro encontram-se uma quadra poliesportiva de tamanho oficial, uma arquibancada fixa em concreto armado, dois vestiários, uma enfermaria e uma escada que dá acesso à laje superior aos equipamentos citados, formando uma arquibancada no nível superior, que pode ter outras finalidades como apoio e palco. Os vestiários são idênticos e apresentam sanitários e chuveiros, implantados nesse local para poderem servir tanto a quem estiver na quadra quanto quem estiver na piscina ou próximo a ela. A enfermaria foi implantada nesse local por estar também próxima a quadra, a piscina e também a entrada principal do colégio, caso seja necessário o acesso de ambulância. Sabe-se que em algumas escolas rurais existem postos de saúde ou de atendimento odontológico. Esse espaço de enfermaria foi pensado também para poder ter esse uso se necessário dependendo da localidade que essa mesma implantação for repetida. O espaço localizado abaixo da quadra é o da piscina. A piscina foi uma proposta que surgiu após o estudo dos CEUs (Centros Educacionais Unificados). Sua importância é de ser o contato com a natação dos alunos da escola pública. Além de prevenir afogamentos, seria mais uma modalidade esportiva ensinada e praticada durante o ensino regular.



O acesso ao bloco administrativo ao vir da rua se dá pela porta aberta na esquadria que faz o fechamento da escada que dá acesso à biblioteca no andar superior. O patamar da escada serve de beiral, proteção e destaque para essa porta que também é o acesso principal ao bloco do auditório e da biblioteca. O arranjo interno do bloco administrativo apresenta uma disposição das salas delimitadas com parede formando um "L" dentro do edifício que abraça uma sala de professores toda cercada por uma esquadria de metal e vidro. Na primeira sala do bloco após o acesso pela porta embaixo da escada é onde localiza-se a recepção, seguida pelos banheiros, pela sala da direção e da vice-direção e por último, no lado mais próximo a escola, a coordenação e a secretaria. A circulação entre a sala dos professores e as demais salas é generosa, deixando espaço para equipamentos móveis de estar, alimentação e reuniões, para uso interno e também da população que estará sendo atendida. Há também uma porta próxima a coordenação e a secretaria que dá acesso à escola.





Ao adentrar no edifício do auditório, após a passagem por baixo do patamar da escada, tem-se um espaço de foyer do auditório e de circulação interna, além de visualizar por completo a sala de recursos multifuncionais, delimitada por um fechamento de metalon e vidro, assim como a sala dos professores e a proteção da escada externa. O acesso à sala de recursos multifuncionais se dá apenas por dentro da escola, por se tratar de uma sala que será utilizada por alunos. Segundo o MEC (Ministério da Educação), todos os estabelecimentos de ensino devem ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo este direcionado a atender às demandas individuais dos alunos. A sala de recursos multifuncionais conta com equipamentos de informática e tecnologias assistivas, mobiliários adaptados, materiais didáticos e de acessibilidade para a criação de um ambiente de atendimento educacional especializado.

Sua implantação foi neste local para estar próximo ao bloco administrativo e ao mesmo tempo às salas de aula. De frente para ela e lateral ao foyer, está o bloco dos sanitários. O auditório foi projetado para 70 pessoas e ao fundo apresenta um local de depósito e também de apoio para as apresentações. Esse local foi projetado também para guardar os instrumentos que serão utilizados nas aulas de música e também dos materiais das aulas de teatro. O bloco de sanitários do térreo se repete no pavimento superior, sendo utilizado pela biblioteca. A biblioteca apresenta duas de suas laterais, as duas voltadas para a esquina e localizadas no sentido leste recebendo sol da manhã, formadas por esquadrias metálicas. Por conta de suas grandes aberturas as estantes fixas dos livros foi implantada ao centro do bloco, deixando todas as laterais livres para receber mobiliário móvel de leitura, estudo, acesso à internet.



Buscando abranger as modalidades já oferecidas pelas duas escolas públicas de Ponte Alta, o projeto propõe ofertar o Ensino Fundamental, tanto os anos iniciais de 1º ao 5º ano quanto os anos finais de 6º ao 9º ano), perpetuando também o Tempo Integral de algumas séries como o 1º, 3º e 4º ano, como é oferecido na Escola Municipal Gastão Mesquita Filho, assim como o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e também o Ensino Médio (do 1º ao 3º ano), como oferecido na Escola Estadual Aloízio Castanheira. O total de alunos, em 2020, das duas escolas de Ponte Alta foi de 428 matrículas. Pensando na possível expansão do distrito e, dessa forma, da demanda por escola na região, o projeto foi pensado inicialmente para 500 alunos. Analisando o número de salas de aulas em relação aos alunos matriculados nas escolas rurais de Uberaba foi possível chegar a conclusão de que seriam necessárias pelo menos 12 salas de aula para atender a essa quantidade de alunos. Hélio Duarte utilizava o seguinte cálculo para o dimensionamento das salas de aula: cada aluno precisava de 1,2m², portanto uma sala de 30 alunos para ele teria 1,2 x 30 = 36m². A proposta tende a englobar no projeto uma modulação mais generosa, que abrigue um aumento futuro no número de alunos e que também possibilite com que a sala de aula possa ser utilizada para aulas teóricas e práticas. Portanto, a metragem quadrada por aluno utilizada como base foi maior que a de Hélio. Cada sala apresenta 10 metros de comprimento e 5,2 metros de largura, totalizando 52m². Dividindo esse número por 30 alunos, temos 1,73m² por aluno.. Desse modo, foram projetadas 12 salas de aula. Se cada uma tivesse 30 alunos, a escola seria capaz de ofertar ensino regular simultaneamente a 360 alunos. Alguns fatos sobre esse número devem ser levados em consideração, como por exemplo o de que o número de alunos por sala é um índice variável, também que os alunos de diferentes idades estudam em períodos diferentes, assim como na modalidade EJA que geralmente é no período noturno, e que os alunos além do ensino regular, teriam aulas nos laboratórios, nos espaços esportivos e nas áreas verdes da escola, além do auditório e da biblioteca. As salas de aula foram projetadas com as portas viradas para noroeste suas portas para sudeste. As portas são grandes esquadrias de metal e vidro que se dobram e fazem com que sua abertura seja quase total, facilitando sua abertura para o jardim interno. Suas janelas têm a dimensão interna total do cômodo e são de folhas de vidro de correr. Por suas aberturas darem diretamente para a rua, foi proposto um brise metálico horizontal móvel para servir como elemento de proteção. A proposta de layout para as salas compreende os alunos se voltarem para o lado de dimensão maior do cômodo, dando maior mobilidade e fazendo com que as aberturas sejam laterais ao quadro e ao professor. Os sanitários para uso dos alunos foi alocado no fim do corredor, para poder servir também a quem estiver no refeitório ou no pátio coberto.





A cozinha foi organizada de forma a poder produzir a alimentação geral dos alunos diariamente, com área para armazenamento, refrigeração e produção. Em seu espaço também foi proposto um balcão direcionado tanto para o pátio quanto para as salas de aula, para serem comercializados ou distribuídos lanches fora do horário das principais refeições. As mesas do refeitório são equipamentos móveis que podem estar tanto na região do pátio coberto quanto nas áreas verdes próximas à cozinha, dando opções para os usuários.



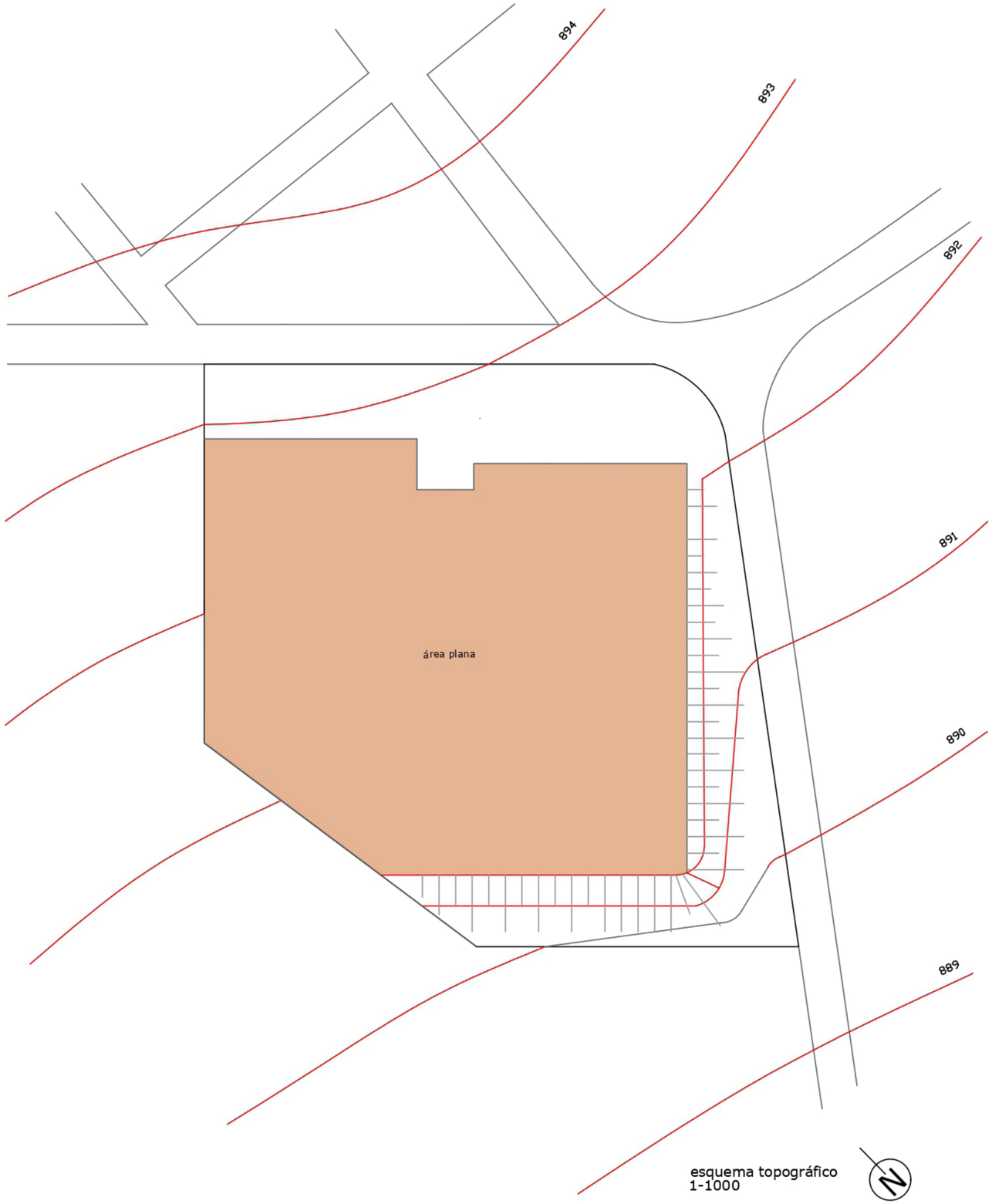


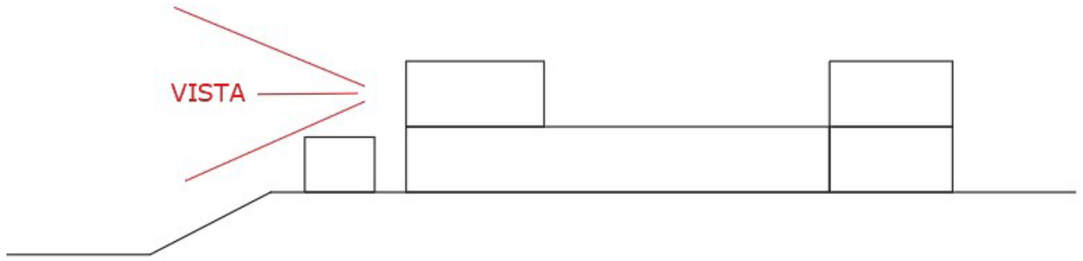
O acesso ao pavimento superior, onde se encontram as demais salas de aula, se dá por uma escada exterior ao bloco junto ao elevador. A escada é envelopada por uma retícula de metal e vidro, seguindo a mesma linguagem da escada localizada de frente para a praça e também do fechamento da biblioteca. As 6 salas de aula localizadas no primeiro pavimento seguem o mesmo padrão das 6 salas localizadas no térreo da escola. A escada e o elevador chegam em um hall interno que apresenta de um lado os sanitários e bebedouros e do outro as salas. Esse espaço foi deixado para servir como ponto de encontro dos alunos e dos professores, podendo ser instalado ali equipamentos móveis de estar ou de serviço.





O terreno apresenta uma leve declividade no sentido norte para sul. Foram identificadas quatro linhas topográficas passando por ele. A proposta compõe-se de planificar todo o perímetro em que há construções, facilitando sua repetição em outras localidades e deixando os espaços mais acessíveis. Para resolver essa situação, o projeto é recuado das laterais do terreno em três de suas extremidades, gerando a formação de taludes e deixando a região que encontra-se na região mais para baixo do terreno, em um nível mais elevado do que a rua. Esse também foi um dos motivos para que o bloco localizado próximo a essa região tenha um pavimento superior. Dessa forma, as entradas localizadas de frente para a praça estão a um nível inferior e a entrada lateral próxima aos laboratórios está a uma altura mais elevada em relação ao meio fio sendo necessária uma pequena rampa em meio ao talude.



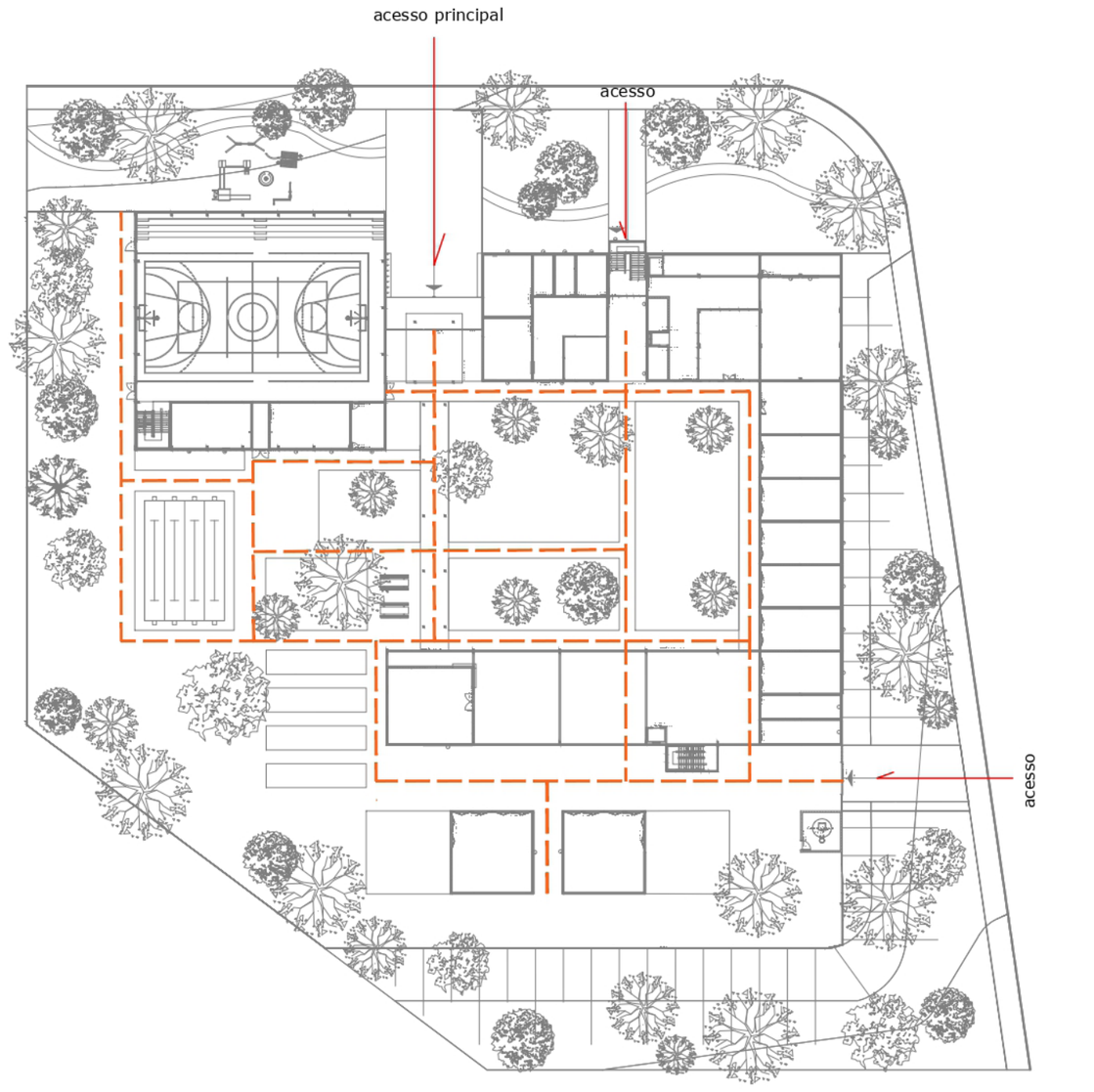


Corte para ilustrar a edificação em relação a topografia na parte sul do projeto. Fonte: autora.



A orientação solar foi outro fator que conduziu a implantação do projeto. A quadra, localizada na direção que mais pega o sentido norte, é um bloco alto e fechado com materiais que trazem luz e ventilação, podendo servir até mesmo de sombra para algumas regiões internas. Próximo a ele, a piscina, a oeste, um local que demanda muita quantidade de sol, assim como a horta, um pouco abaixo. O terreno apresentava uma grande quantidade de árvores, que foram em sua maioria mantidas, entretanto, devido a sua dimensão, foram propostas novas vegetações de porte médio, principalmente na proximidade com os blocos, para proporcionarem sombra.

Outro detalhe da implantação foi a preocupação com os caminhos internos. Foram pensados para que os alunos e professores pudessem transitar com facilidade de um local para outro de forma múltipla, com várias opções para o mesmo percurso, o que pode ser identificado na imagem a seguir:



esquema de fluxos externos
1-750

Considerações finais

Este trabalho de conclusão de curso buscou, além de tudo, destacar a importância das escolas para a população que reside no campo. Foi possível conhecer as origens e compreender a história da cidade de Uberaba - MG e de seu meio rural, de suas escolas e de sua população. Refutando a ideia de um continuum urbano-rural em que haja a absorção do rural pelo urbano, o trabalho se dedica a destacar as peculiaridades do meio rural que instigam mais pesquisas nessa área a partir de perspectivas multidisciplinares.

O projeto é uma forma de reiterar a necessidade de lutar pela educação do campo, pelo ensino das particularidades, vivenciadas no cotidiano das escolas e comunidades, fortalecendo assim, a cultura local. Através da educação do campo, destaca-se também o respeito à diversidade ao garantir que as escolas trabalhem a realidade do seu público, mostrando novas oportunidades, outros olhares ao que é ministrado em sala de aula, incentivando o conhecimento do aluno e de toda a sua comunidade, ao proporcionar que ambos caminhem juntos rumo ao desenvolvimento social e cultural.

E para isso acontecer de uma forma efetiva, a escola deve apresentar um espaço físico compatível com suas demandas, projetado de modo a garantir que sua estrutura favoreça o aprendizado, o convívio, sem limitar o trabalho educativo às salas de aula. O projeto empenhou-se em considerar o espaço físico como um espaço pedagógico, como um fator que contribui intensamente para o desenvolvimento da formação do aluno, articulando a dimensão ética com a estética.

Referências Bibliográficas

ABCZ. 80 anos de história do Parque Fernando Costa. Uberaba, 19/04/2021. Facebook: ABCZ. Disponível em: https://m.facebook.com/zebuabcz/photos/a.127229387369527/4022298141195946/?type=3&paipv=0 Acesso em: 27/03/22

ABREU, Ivanir Reis Neves. Convênio escolar: utopia construída. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007

ALMEIDA, Alessandra Felix de. Descontinuidades, controvérsias e significação das políticas públicas educacionais no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC - SP, 2017

AMADEI, José. O que é o Convênio Escolar. Habitat. São Paulo, v.4, n.2, 1951, p. 3

ANÍSIO TEIXEIRA. Site Info-Escola. Disponível em: https://www.infoescola.com/biografias/anisio-teixeira/. Acesso: 27/03/22

ARRUDA, Gilmar. Cidade e sertões. Entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000

BORGES, H. da S. Educação do campo e os planos de educação. Revista Amazônida, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: //periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/3547. Acesso em: 25 mar. 2022

BORGES, J. F. P.; DANTAS, S. M. A educação escolar no país em construção: Uberaba no período da primeira república brasileira. HISTEDBR, Online, Campinas - SP, 2013

BORGES, Marisa. Política e gestão em educação no município de Uberaba - MG nos anos de 1980-1990. Dissertação de Mestrado.Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003

BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2022

CAMPOS, A.; FONSECA, C.; BRITTO, F.; ARCANJO, G.; BRITTO, P.; LIRA, Í.; CASTRO, L.; LOBATO, P.; MARQUEZ, R.; FIRMEZA, Y. Expedição catástrofe: Por uma arqueologia da ignorância. Belo Horizonte: Rona Editora, 2017

CASANOVA, Marta Zednik de. Uberaba: 200 anos - no coração do Brasil. Uberaba: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba Hildebrando de Araújo Pontes, Edição E-book, 2020

CASANOVA, Marta Zednik de. Uberaba: "uma cidade entre córregos e colinas". Arquivo Público de Uberaba, 2013. Disponível em: https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2013/03/uberaba-uma-cidade-entre-corregos-e_2854.html. Acesso em: 03/02/2022

Comunidades Rurais. Prefeitura de Uberaba. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,107. Acesso em: 11/03/22

CONJUNTO ESCOLA PARQUE. Coordenação Milena Marinho Rocha. Caderno do IPAC. Salvador: IPAC, 2014

DANTAS, Sandra Mara. Entre sete colinas: histórias e memórias na configuração do Patrimônio de Uberaba. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2013

DUARTE, Hélio. O problema escolar e a arquitetura. Habitat. São Paulo, v.4, n.2, 1951, p. 4-6
Eboli, T. Uma experiência de educação integral. Salvador: INEP, 1969

EM ALOIZIO CASTANHEIRA. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31342556-ee-aloizio-castanheira. Acesso em: 20/03/22

EM FREDERICO PEIRÓ. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31165701-em-frederico-peiro. Acesso em: 12/03/22

EM GASTÃO MESQUITA FILHO. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31165930-em-gastao-mesquita-filho. Acesso em: 12/03/22

EM JOSÉ MARCUS CHERÉM. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31165778-em-jose-marcus-cherem. Acesso em: 12/03/22

EM MARIA CAROLINA MENDES. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31165328-em-maria-carolina-mendes. Acesso em: 12/03/22

EM SEBASTIÃO ANTÔNIO LEAL. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31165620-escola-municipal-sebastiao-antonio-leal. Acesso em: 12/03/22

EM TOTONHO DE MORAIS. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31165221-escola-municipal-totonho-de-morais. Acesso em: 15/03/22

EM VICENTE ALVES TRINDADE. QEdu. Disponível em: https://novo.qedu.org.br/escola/31165549-em-vicente-alves-trindade. Acesso em: 18/03/22

ExpoZebu 2018. Genética Animal, 2018. Disponível em: https://geneticaanimal.com.br/noticia/expozebu-2018-bate-recorde-de-publico-internacional-e-numero-de-paises-visitantes. Acesso em: 22/02/22

Fábrica de Cimento Ponte Alta. Uberaba em Fotos. 21 set. 2021. Disponível em: https://www.uberabaemfotos.com.br/2021/09/fabrica-de-cimento-ponte-alta-uma.html#:~:text=A%20C3%A1rea%20adquirida%20no%20munic%C3%A-Dpio,Flam%C3%ADnio%20Fantini%2C%20um%20emigrante%20italiano. Acesso em: 11/03/2022

FERREIRA, O. Terra Madrasta. Uberaba: Gráfica A Flama, 1928

FORTES, E.; WALDOW, C.; ALVES, V. M.; AI MORE, N.; ZÁTTERA, I. E. R. Aspectos históricos e contextuais da educação do campo: desafios de ontem e de hoje. XII EDUCERE. Curitiba - PR, 2015

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Cia. Mogiana de Estradas de Ferro (1889-1948). Estações Ferroviárias do Brasil, 2021. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/mogiana_triangulo/uberaba.htm. Acesso em: 15/02/2022

GRACIANO, Guilherme Silva. Cidade e cultura: planejamento do território e a relação urbano-rural em Monte Alegre de Minas. 2014. 126 f. TCC (Graduação) - Arquitetura e Urbanismo - FAUeD, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014

GRANDI, Leandro Teixeira. Êxodo urbano e as segundas residências: uma análise do novo rural. 2ª SIAUS, São João del-Rei - MG, 2021

História. ABCZ. Disponível em: https://www.abcz.org.br/a-abcz/historia. Acesso em: 18/02/2022

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Uberaba. IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberaba.htm Acesso em: 18 jan. 2022

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Histórico: Uberaba. IBGE, 2014. Disponível em:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/historico. Acesso em: 25 jan. 2022

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama. Acesso em: 01 abril 2022

Informativo Municipal I, 2016 - 2020, de Uberaba - MG. Secretaria de Educação. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//educacao/arquivos/LEX/LEX%2001/LEX%20INFORMATIVO%20MUNICIPAL%2001.pdf. Acesso em 01/04/22

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC, 2020

LIMA, João Filgueiras. Escola transitória: modelo rural. Brasília: MEC/CEDATE, 1984

LIMA, João Filgueiras. In: MENEZES, Cynara. João Filgueiras Lima: O que é ser arquiteto. Rio de Janeiro: Record, 2004

LINARDI, Fabrício de Francisco. A desconexão contemporânea da práxis da arquitetura e do urbanismo no Brasil. Tese (Doutorado). Campinas: PUC-Campinas, 2017

LOPES, Sonia Maria Gomes. A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba-MG: de instituição privada à instituição isolada de ensino superior (193-1960) por meio do processo de federalização. III EHECO, Catalão(GO), 2015

MARQUES, André Felipe Rocha. A obra do arquiteto João Filgueiras Lima, Lelé: projeto, técnica e racionalização. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002

MENDONÇA, J. História de Uberaba. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (organizador). As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 185-194

MUSICAL, Gilvanice B. da S. A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892 -1899): quando a distinção possibilita a exclusão. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011

NABUT, Jorge A. Coisas que me contaram, crônicas que escrevi. Uberaba: Editora Vitória, 1986

NOGUEIRA, Ariane Martins. Contradições entre o campo e a cidade no Triângulo Mineiro: Uma reflexão sobre o fechamento das escolas no campo. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019

OLIVEIRA, Amanda Hueb Tapxure. Territórios Híbridos: as novas dinâmicas dos Núcleos de Desenvolvimento de Uberaba - MG. Qualificação (Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2021

OLIVEIRA, L. L. N. A.; MONTENEGRO, J. L. A; MOLINA, M. C. Panorama da educação do campo. In: MUNARIM, A. et al. (Org.). Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011

Patrimônio de Uberaba. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2013, p. 224-238
PONTES, H. História de Uberaba e a civilização no Brasil Central. 2ª. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. Plano Diretor Municipal de Uberaba: Lei Complementar. 2014

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Aloizio Castanheira, Uberaba - MG, vigência: 2019 - 2022

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Frederico Peiró, Uberaba - MG, vigência: 2016 - 2020

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Gastão Mesquita Filho, Uberaba - MG, vigência: 2014 - 2016

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal José Marcus Cherem, Uberaba - MG, vigência: 2014 - 2017

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Maria Carolina Mendes, Uberaba - MG, vigência: 2019 - 2022

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Sebastião Antônio Leal, Uberaba - MG, vigência: 2019 - 2022

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Totonho de Morais, Uberaba - MG, vigência: 2018 - 2021

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Vicente Alves Trindade, Uberaba - MG, vigência: 2018 - 2021

REIS, Gabrielle Alves. O Território como estratégia de memória: museus de território. XIII ENANPEGE, São Paulo, 2019

REZENDE, Eliane M. M. Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910). Dissertação de Mestrado. Goiânia: Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, 1983

RICCIOPPO, Thiago. Três diferentes datas. Arquivo Público de Uberaba, 2017. Disponível em: https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2017/03/tres-diferentes-datas-origens-da.html. Acesso em: 26/01/2022

ROCHA, João A. As inovações de Anísio Teixeira na arquitetura e construção escolar: os casos da Bahia e do Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso em: 24 fev. 2011

SAMPAIO, Borges; Uberaba, História, Fatos e Homens. Volume I; Número I. 1971

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. São Paulo: Record, 2001

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. TEIAS, v. 18, n. 51, Rio de Janeiro - RJ, 2017

SERAFIM GOMES, M. T. Condições gerais de produção, atração de novos investimentos empresariais industriais: reflexões sobre o município de Uberaba - MG", Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas, (28), p. 9-26. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/6750. Acessado: 9 junho 2021

SILVA, Heladir Josefina S. Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890 - 1920). Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP/FHDSS, 1998

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. 2ª edição. Campinas - SP: UNICAMP.IE, 2002

TEIXEIRA, A. S. Educação não é privilégio. 3ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1971

TEIXEIRA, Anísio. Um presságio de progresso. Habitat. São Paulo, v.4, n.2, 1951, p. 2

VALE, Michel Hood Chaui do. Arquitetura Pública e Urbanismo em Salvador (1979-81 e 1986-88). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos (org.). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. p. 171-243

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006

WANDERLEY, M. N. B. A. A ruralidade no Brasil moderno. In: Giarracca N (organizador). Una nueva realidad en América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; 2001. p. 31-44.

Zebu. In: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zebu. Acesso em: 20/02/22

ZUQUIM, Maria de Lourdes. O lugar do rural nos planos diretores municipais. Anais. São Carlos: STT/CETEPE/EESC/USP, 2008